

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE**

**ELIZA SILVANA DE SOUZA**

**COMUNICAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOBRE O ENSINO DA LÍNGUA  
PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A PRÁTICA  
DOCENTE**

São Paulo

2019

ELIZA SILVANA DE SOUZA

COMUNICAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOBRE O ENSINO DA LÍNGUA  
PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A PRÁXIS  
DOCENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
graduação em Letras *stricto sensu* da Universidade  
Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre em Letras.

ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lucia Marcondes Carvalho Vasconcelos

São Paulo

2019

S729c Souza, Eliza Silvana de.  
Comunicação : uma abordagem sobre o ensino da língua portuguesa na educação profissional e tecnológica e a práxis docente / Eliza Silvana de Souza.  
146 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.  
Orientadora: Maria Lucia Marcondes Carvalho Vasconcelos.  
Referências bibliográficas: f. 130-138.

1. Comunicação profissional. 2. Educação profissional e tecnológica. 3. Ensino de língua portuguesa. 4. Práxis docente. I. Vasconcelos, Maria Lucia Marcondes Carvalho, *orientadora*. II. Título.

CDD 373.246

Bibliotecária Responsável: Eliana Barboza de Oliveira Silva - CRB 8/8925

## Folha de Identificação da Agência de Financiamento

**Autora:** Eliza Silvana de Souza

**Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em:** Letras

**Título do Trabalho:** Comunicação: uma abordagem sobre o ensino da Língua Portuguesa na Educação Profissional e Tecnológica e a práxis docente

- CAPES - Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- FAPESP Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- Instituto Presbiteriano Mackenzie/ Isenção integral de mensalidade e taxas
- MACKPESQUISA Fundo Mackenzie de Pesquisa
- Empresa/Indústria
- Outro

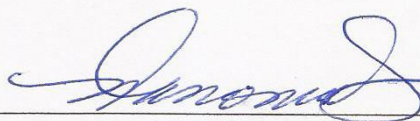
ELIZA SILVANA DE SOUZA

COMUNICAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOBRE O ENSINO DA LÍNGUA  
PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A PRÁTICA  
DOCENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
graduação em Letras *Stricto Sensu* da Universidade  
Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA



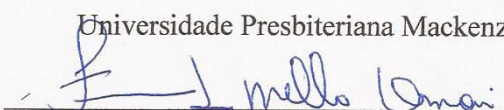
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lucia Marcondes Carvalho Vasconcelos

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Mello Demai

Universidade de São Paulo (USP)

A Guilherme, filho amado.

A Yasmin, Caio, Laís e Theodor, doces sobrinhos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus que, pela Palavra, tudo criou.

A Júlio, meu esposo, meu amor, companheiro de todas as horas. Obrigada por todo apoio e incentivo em minha carreira, especialmente nesta etapa;

aos meus amados pais, Moisés e Vitalina, agradeço pela educação proporcionada, pelo exemplo de vida, pela ajuda incansável;

a todos os meus queridos familiares.

Um agradecimento mais que especial à Maria Lucia Vasconcelos, professora que admiro e que, como orientadora, acolheu-me com dedicação e paciência, auxiliando-me com seu conhecimento, experiência e profissionalismo desde o início do projeto;

e ao corpo docente do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, especialmente aos professores Ana Lúcia Trevisan, Aurora Gedra Ruiz Álvares, Diana Luz Pessoa Barros, Maria Helena de Moura Neves, Regina Helena Pires Brito, Ronaldo de Oliveira Batista e a Albino Chacón, professor convidado, agradeço a todos pelas aulas ministradas em 2018 e 2019. Vozes somadas à construção de saberes atualizados e socialmente significativos.

Agradeço, também, às professoras Fernanda Mello Demai e Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos, profissionais exemplares que, gentilmente, aceitaram formar as bancas de qualificação e defesa, cujas observações contribuíram para a construção deste projeto. Não poderia eu ter sido mais feliz nesta escolha. Obrigada!

Às minhas companheiras de pesquisa, Ana Carolina Varella, Camila Marson e Thaís Carapiá. Sou grata a Deus por ter traçado, com vocês, este caminho;

a todos os integrantes do grupo de estudos: “O discurso pedagógico de Paulo Freire: confluências”, liderado pela professora Maria Lucia Vasconcelos, espaço no qual há discussões congruentes sobre a Educação contemporânea;

aos meus companheiros de trabalho e estudantes da ETEC Tereza Aparecida Cardoso Nunes de Oliveira, escola de espírito plural e humanista e aos seus gestores que, em um esforço nímio, viabilizaram o fazer profissional concomitante às atividades de pesquisa;

ao Centro Paula Souza e equipe da CETEC – Capacitações. Agradeço pelo incentivo em direção ao crescimento pessoal e profissional;

à Gerência de Responsabilidade Social e Filantropia do Instituto Presbiteriano Mackenzie pelo apoio concedido.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), sem o qual, esta pesquisa não seria possível.



Somente uma escola centrada democraticamente no seu educando e na sua comunidade local, vivendo as suas circunstâncias, integrada com os problemas, levará os seus estudantes a uma nova postura diante dos problemas de contexto (Paulo Freire).

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo geral discutir a práxis docente na ministração das aulas de Língua Portuguesa no cenário da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Para tanto, três capítulos, todos eles conectados ao fazer do professor, são apresentados. O primeiro capítulo expõe o percurso da EPT no Brasil a partir do decreto do presidente Nilo Peçanha (1909) e, nessa direção, os levantamentos documentais e bibliográficos evidenciam uma mudança de paradigma da modalidade. O segundo capítulo traz os fundamentos da Comunicação Organizacional (KUNSCH, 2003, 2006, 2009), base para Comunicação Profissional (no contexto da presente pesquisa, também intitulada Linguagem Trabalho e Tecnologia e Língua Portuguesa para o Trabalho), unidade curricular nos cursos técnicos - profissionais. O terceiro capítulo, cerne desta pesquisa, propicia reflexões sobre a constituição curricular para o ensino da Comunicação Profissional no curso técnico em Recursos Humanos proposto pelo Centro Paula Souza. Nessa perspectiva, a unidade deve ser ministrada à luz dos documentos norteadores, demandas do atual cenário laboral e especificidades da sala de aula. Além de uma breve análise sobre a unidade curricular aqui evidenciada, apresentam-se dois estudos de caso de caráter quali-quantitativo, estes elaborados com a intenção de detalhar o perfil do 1º módulo do Técnico em Recursos Humanos, turma à qual as propostas didáticas foram direcionadas no 1º semestre do ano de 2019, e, o segundo levantamento - dirigido a colaboradores - tem o objetivo de diagnosticar as necessidades comunicativas contemporâneas nos contextos profissionais, realidade em que a tecnologia informacional provoca mudanças significativas na esfera da comunicação em geral, informações úteis para o professor que contribui para a formação que vai além dos muros da escola. Por último, apresentam-se propostas pedagógicas para o ensino da Língua Portuguesa para o Trabalho, atividades que celebram abordagens práticas (ANTUNES, 2003, 2005 e 2007), fomentam o ensino da língua para seu uso social e que buscam envolver o educando nas ações do estudar e do aprender.

Palavras-chave: Comunicação Profissional, Educação Profissional e Tecnológica, Ensino de Língua Portuguesa, Práxis docente.

## **ABSTRACT**

This dissertation has as general objective to discuss the teaching praxis in the teaching of the Portuguese Language for Labor. Then, three chapters, all connected to the teacher's performance, are presented. The first chapter shows the path of Brazilian Professional and Technological Education, from the decree of president Nilo Peçanha (1909) and, from the surveys carried out, it shows the paradigm shift of the modality. The second chapter brings the fundamentals of Organizational Communication, the basis for Professional Communication, which is understood as a curricular unit in the modality in focus. The third chapter, the core research, provides reflections on the curriculum constitution for the teaching of Professional Communication in Human Resources Technical Courses proposed by Centro Paula Souza, that as a curriculum component, should be taught considering the guiding documents as demanded of the current labor scenario and the specificities related to the classroom practice. In this last stage, besides a brief analysis about the curricular component, we present two qualitative and quantitative case studies elaborated with the intention of detailing the profile of the first module of the Human Resources Technician, class for which the didactic proposals were directed in the first semester of 2019, and the second study, aimed at employees, with the objective of diagnosing contemporary communicative needs in the labor context. Finally, practical approaches to teaching Portuguese Language for labor are presented, activities that celebrate practical approaches (ANTUNES, 2003, 2005 E 2007) promoted the teaching of the language to social apply and search for involving the teacher on the actions of studying and learning.

**Keywords:** Organizational and Professional Communications, Professional Education, Portuguese Language Teaching.

## RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo general discutir la práctica docente en la enseñanza de las clases de Lengua Portuguesa en el escenario de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT). Para este fin, se presentan tres capítulos, todos relacionados al hacer del profesor. El primer capítulo expone el camino de la EPT en Brasil desde el decreto del presidente Nilo Peçanha (1909) y, en esta dirección, los levantamientos teóricos muestran un cambio de paradigma de la modalidad. El segundo capítulo presenta los fundamentos de la Comunicación Organizacional (KUNSCH, 2003, 2006, 2009), base para la Comunicación Profesional (en el contexto de esta investigación, también titulada Lenguaje, Trabajo y Tecnología y Portugués para el Trabajo), unidad curricular en los cursos técnicos. El tercer capítulo, el núcleo de esta investigación, proporciona reflexiones sobre la constitución curricular para la enseñanza de la Comunicación Profesional en el curso técnico en Recursos Humanos propuesto por el Centro Paula Souza. Desde esta perspectiva, la unidad debe ser enseñada a la luz de los documentos institucionales, las demandas del escenario de trabajo actual y las especificidades del aula. Además de un breve análisis de la unidad curricular resaltada aquí, presentamos dos estudios de caso (cualitativo y cuantitativo) elaborados con la intención de detallar el perfil de los estudiantes del 1º módulo del Técnico de Recursos Humanos, clase a la cual fueron hechas las propuestas didácticas dirigidas en el primer semestre de 2019, y, la segunda encuesta, dirigida a los empleados, tiene como objetivo diagnosticar las necesidades comunicativas contemporáneas en contextos profesionales, una realidad en la que la tecnología de la información provoca cambios significativos en la esfera de la comunicación en general, dato útil para el profesor que contribuye para la formación que va más allá de las paredes de la escuela. Finalmente, se presentan propuestas pedagógicas para la enseñanza de la Lengua Portuguesa para el Trabajo, actividades que celebran enfoques prácticos (ANTUNES, 2003, 2005 y 2007), fomentan la enseñanza del lenguaje para su uso social y que buscan involucrar al alumno en las acciones de estudiar y aprender.

Palabras-clave: Comunicación Profesional, Educación Profesional y Tecnológica, Enseñanza de la Lengua Portuguesa, Práxis docente.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	<i>Feedback</i> sobre adequação de redes sociais e profissionais.....	115
Figura 2	Currículo profissional elaborado por estudante.....	115
Figura 3	<i>E-mail</i> formal elaborado por estudantes.....	117
Figura 4	Mensagem (convite) veiculada via WhatsApp elaborada por estudantes.....	117
Figura 5	Comunicação em grupo de <i>instant messenger</i> .....	118
Figura 6	Convite para o evento “Semana Paulo Freire” veiculado nas mídias sociais e murais da ETEC Tereza Aparecida Cardoso Nunes de Oliveira.....	120
Figura 7	Recepção e <i>banner</i> do evento Semana Paulo Freire realizada na ETEC Tereza Aparecida Cardoso Nunes de Oliveira.....	120
Figura 8	Certificado elaborado para os participantes da Semana Paulo Freire realizada na ETEC Tereza Aparecida Cardoso Nunes de Oliveira.....	121
Figura 9	Grupo de comunicação profissional em aplicativo de mensagens instantâneas.....	123

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Gênero informado pelos alunos do primeiro módulo de Recursos Humanos – turma do 1º semestre de 2019.....	98
Gráfico 2	Faixa etária informada pelos alunos do 1º módulo de Recursos Humanos – turma do 1º semestre de 2019.....	99
Gráfico 3	Cursos realizados anteriormente pelos estudantes do 1º módulo de Recursos Humanos – turma do 1º semestre de 2019.....	99
Gráfico 4	Motivações para o ingresso no curso Técnico em Recursos Humanos – turma do 1º semestre de 2019.....	100
Gráfico 5	O estudante do 1º módulo do curso Técnico em Recursos Humanos e a prática de leitura – turma do 1º semestre de 2019.....	101
Gráfico 6	O estudante do 1º módulo do curso Técnico em Recursos Humanos e sua relação com o mercado produtivo – turma do 1º semestre de 2019.....	102
Gráfico 7	Faixa etária dos estudantes do 1º módulo do Técnico em Recursos Humanos – turma do 1º semestre de 2019.....	103
Gráfico 8	Pesquisa com colaboradores – Área de atuação.....	103
Gráfico 9	Meio de comunicação mais usado no cotidiano laboral para orientações e avisos na interação entre líderes e liderados.....	104
Gráfico 10	Meio de comunicação mais usado no cotidiano para orientações e avisos na interação entre líderes e liderados que compõem equipes diferentes.....	104
Gráfico 11	Meio de comunicação usado para questionamentos (perguntas em geral), pedidos (comandos), formalização de algum procedimento na empresa.....	105
Gráfico 12	Meio(s) de comunicação usados para interação com clientes externos.....	105
Gráfico 13	Documentos mais utilizados no contexto laboral.....	106

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Comparação entre duas teorias linguísticas.....	58
Quadro 2	Características da Comunicação Organizacional contemporânea.....	76
Quadro 3	Comunicação Oral e Escrita - SENAI.....	79
Quadro 4	Comunicação Profissional no curso Técnico em Recursos Humanos SENAC.....	80
Quadro 5	Percurso (representativo) da Comunicação Profissional como Componente Curricular no Centro Paula Souza .....	82
Quadro 6	Competências descritas para Linguagem, Trabalho e Tecnologia no curso Técnico em Recursos Humanos.....	84
Quadro 7	Habilidades descritas para Linguagem, Trabalho e Tecnologia no curso Técnico em Recursos Humanos.....	84
Quadro 8	Bases Tecnológicas descritas para Linguagem, Trabalho e Tecnologia no curso de Recursos Humanos.....	85
Quadro 9	Área de atividades descritas no plano de curso técnico em Recursos Humanos .....	86
Quadro 10	Temas para Comunicação Profissional, 1º ano.....	88
Quadro 11	Temas para Comunicação Profissional, 2º ano .....	89
Quadro 12	Temas para Comunicação Profissional, 3º ano.....	89

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEET	Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo
CEETEPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CPS	Centro Paula Souza
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETEC	Escola Técnica
ETIM	Ensino Técnico Integrado ao Médio
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LP	Língua Portuguesa
LPLCP	Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional
LTT	Linguagem, Trabalho e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional para Educação
POLI-USP	Escola Politécnica da Universidade de São Paulo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial



SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
UNESP Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
WWW Word Wide Web

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	21
<b>1 EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO NO BRASIL: UM PANORAMA HISTÓRICO .....</b>	<b>29</b>
1.1 DO RURAL AO MODERNO: UM RESGATE HISTÓRICO SOBRE O BRASIL DO SÉCULO XX .....	29
1.2 PROPOSTAS LEGAIS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA .....	38
1.2.1 A Constituição da República Federativa do Brasil .....	38
1.2.2 Diretrizes e Bases da Educação Nacional .....	39
1.2.3 O Plano Nacional de Educação – Lei n.º 010172/2001 .....	41
1.2.4 BNCC e o Ensino Profissional .....	45
1.2.5 Outras propostas legais que orientam e regulam a Educação Profissional e Tecnológica .....	49
1.3 A ESCOLA TÉCNICA – PROFISSIONAL CONTEMPORÂNEA.....	50
1.3.1 O Sistema S.....	50
1.3.2 O Centro Paula Souza.....	51
1.3.3 Desafios da Educação Profissional e Tecnológica.....	54
<b>2 COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL .....</b>	<b>57</b>
2.1 PENSAMENTOS LINGUÍSTICOS E COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL: UMA APROXIMAÇÃO .....	57
2.2 COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL .....	61
2.2.1 Da origem .....	61
2.2.2 Comunicação Organizacional como objeto de estudo científico .....	64
2.2.3 Informação <i>versus</i> comunicação .....	65
2.2.4 Características da Comunicação Organizacional .....	66
2.2.5 Níveis e meios da Comunicação Organizacional na Era do Conhecimento .....	67
2.2.6 Sobre as barreiras da Comunicação Organizacional .....	72
2.3 AS RELAÇÕES COMUNICATIVAS CONTEMPORÂNEAS: UM GRANDE DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E PARA AS ORGANIZAÇÕES .....	75

2.3.1	Aspirações para Comunicação Profissional no contexto da Educação para o Trabalho: análises curriculares .....	77
<b>3</b>	<b>ENTRE A REALIDADE, TEORIA, E O FAZER ESCOLAR: O ENSINO DA COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL PARA A FORMAÇÃO TÉCNICA CONTEMPORÂNEA.....</b>	<b>92</b>
3.1	SOBRE AS METODOLOGIAS .....	92
3.2	O CURSO TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS.....	93
3.3	A ESCOLA .....	97
3.3.1	Pesquisa de campo I: Em busca do perfil do alunado .....	98
3.3.2	Pesquisa de Campo II: As Necessidades Comunicativas do Mercado de Trabalho ..	102
3.4	A PRÁTICA DOCENTE NA MINISTRAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR LINGUAGEM, TRABALHO E TECNOLOGIA: A COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL NA FORMAÇÃO ESCOLAR .....	107
3.4.1	Plano de aula 1 - Leitura e reflexão sobre temas corporativos .....	111
3.4.2	Plano de aula 2 – Formas de apresentação da identidade profissional nas redes sociais específicas para trabalho .....	113
3.4.3	Plano de aula 3 - Adequação da linguagem .....	116
3.4.5	Plano de aula 4 - Do modelo à adequação: sensibilizando o estudante para autonomia da produção textual no contexto profissional .....	118
3.4.6	Plano de aula 5 - Comunicações em aplicativos de instant messenger .....	121
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>125</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>130</b>
	<b>ANEXO A - Lista de leis, pareceres e resoluções relativos à Educação Profissional e Tecnológica.....</b>	<b>139</b>
	<b>ANEXO B - A que se refere o artigo 1º do Decreto n.º 37.735, de 27 de outubro de 1993.....</b>	<b>141</b>
	<b>ANEXO C - Matriz Curricular do Curso Técnico em Recursos Humanos.....</b>	<b>145</b>
	<b>ANEXO D - Plano de Curso - Técnico em Recursos Humanos - Componente Curricular de Linguagem, Trabalho e Tecnologia.....</b>	<b>146</b>

Toda pesquisa nasce de uma inquietação. Esta, não é diferente.

Ser *professora* sempre foi minha primeira opção profissional. Atuar na construção de saberes e participar como agente de transformação social são, até hoje, os principais motivos que me impulsionaram a esta feliz escolha.

No Técnico em Magistério, curso oferecido pelo antigo CEFAM (Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério), desenvolvi conhecimentos e habilidades didático-pedagógicas em relação à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental I. As atividades e os projetos propostos neste percurso deram clareza sobre a importância da mediação docente na sala de aula, um profissional que atua como facilitador e não como detentor do conhecimento.

Simultânea à prática escolar na primeira etapa da Educação Básica, cursei licenciatura em Letras com habilitação português/espanhol, formação que me abriu caminhos para o exercício profissional no Ensino Fundamental II, Médio e Técnico de Nível Médio, como professora de língua espanhola. Concomitante à docência, durante a especialização *lato sensu*, obtive noções mais acauteladas sobre o ensino de línguas. Talvez os primeiros voos solos. Quiçá as primeiras análises sobre a práxis docente vindas com a maturidade e com a experiência escolar.

Com a oportunidade de trabalho na Educação Profissional e Tecnológica e o ensejo para o ensino da Língua Portuguesa, outras questões provenientes aos temas e metodologias de ensino do Português emergiram. A formação inicial não deu conta de abarcar os conteúdos requeridos nas aulas de Língua Portuguesa no contexto da Educação para o Trabalho, tampouco minhas experiências profissionais, todas elas na sala de aula, corroboraram para o saber empírico sobre a dinâmica laboral nos mais diversos setores produtivos.

Diante desse cenário, busquei aporte didático-pedagógico sobre a Comunicação Profissional. Essa investigação resultou em livros que, em grande medida, apresentam modelos de documentos desatualizados, exposição de normas gramaticais sem aplicabilidade aos textos usados no presente e que não acompanham as reais necessidades do mercado de trabalho, especialmente sobre as transformações desencadeadas pela tecnologia informacional, além de serem materiais desenvolvidos para formação superior, não contemplando, assim, o perfil dos estudantes do ensino profissional. Então, impulsionada pela busca de uma prática docente lapidada e significativa, propus esta dissertação de mestrado, que parte de uma *inquiétude*, parte de um *nós*.

## INTRODUÇÃO

Em uma visão histórica, a Educação para o Trabalho no Brasil nasce com propósitos escravistas. Fonseca (1986) afirma que os primeiros “aprendizes” em território nacional foram os índios e os escravos. De 1500 a 1800, as escolas pioneiras destinadas ao ensino de uma profissão eram propostas aos “órfãos” e “desvalidos”. Nessa época, recrutavam-se pessoas das camadas mais vulneráveis da sociedade que tinham condições mínimas de (re)produzir um ofício manufatureiro. No final do século XIX, em 1889, o Brasil ainda amargava um cenário econômico agrário-exportador e relações de trabalho rurais pré-capitalistas.

Em 1906, Nilo Peçanha, governador do estado do Rio de Janeiro na época, criou as escolas profissionais (Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul) pelo Decreto n.º 787, de 11 de setembro de 1906, o primeiro passo para que, em 23 de setembro de 1909, por meio do Decreto n.º 7.566, Peçanha, agora como Presidente da República Federativa do Brasil, criasse, em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional primário gratuito. Como justificativa para a criação dessas escolas especiais, o presidente Peçanha considera

que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação. (BRASIL, 1909).

A partir de 1909, seguindo uma linha temporal linear, muitos foram os termos usados para indicar a Educação para o Trabalho. Essa terminologia adotada ilustra como as aspirações para a modalidade escolar foram mudando com o passar das décadas. De Escolas de Aprendizes e Artífices (BRASIL, 1909), Ensino Profissional (BRASIL, 1927), Educação Profissional e Industrial (BRASIL, 1937), Liceus Industriais e Novos Liceus (BRASIL, 1937), Ensino Industrial – Escolas Industriais e Técnicas (1942), Escolas Técnicas Federais (BRASIL, 1959), Ensino Profissional (1961), Centros Federais de Educação Tecnológica (BRASIL, 1978),

Educação Profissional e Tecnológica (1996), Educação Profissional Técnica de nível médio (2005) e, por último, Formação Técnica e Profissional (BRASIL, 2017). Nesta pesquisa, adotaremos como sinônimos *Educação para o Trabalho* e *Educação Profissional e Tecnológica* (EPT) em referência à modalidade escolar destinada ao ensino de profissões e usaremos o termo *Escola Técnica – Profissional* em citação às instituições que fomentam os cursos técnicos - profissionais de nível médio.

Um dos primeiros documentos a citar a Educação para o Trabalho como modalidade de ensino foi a Constituição de 1937 na qual há orientações em relação à regulamentação e à oferta do Ensino Técnico, Profissional e Industrial no país. Em 1941, a “Reforma Capanema” é considerada um marco na história da EPT, pois é a partir dos anos 40 que o país dá passos mais substanciais em direção a sua modernização. Além da Reforma Capanema, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 constitui-se uma orientação nacional que dá origem a diversas legislações que instauram, legitimam e regulamentam a modalidade até os dias de hoje.

Diferente de sua concepção inicial, a EPT contemporânea já não aspira atender apenas aos menos favorecidos, desprovidos de inteligência, muito menos se destina ao ensino mecânico e operacional. No presente, as diversas escolas técnicas, profissionais fomentam competências e habilidades específicas, estas valorizadas para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes. Além de formadoras de profissionais especializados, essas instituições alinham-se às aspirações dos setores produtivos, de serviço, pesquisa e inovação, para que a oferta da formação escolar sobre uma profissão seja, de fato, assertiva.

Para atender às expectativas da formação profissional de qualidade, a Educação para o Trabalho tem demonstrado preocupação em relação à formação plural dos estudantes. Essa afirmação é possível com vistas à variedade de oferta dos cursos e suas respectivas composições curriculares. Atualmente, são propostos cursos técnicos - profissionais que vão além do ensino primário, reforço escolar ou das primeiras profissões ensinadas no início do século XX, resultado das mudanças da sociedade e da forma como se move o setor produtivo.

Por outra perspectiva, porém sem perder de vista o cenário apresentado, esta pesquisa resgata as especificidades da *comunicação* como importante habilidade no mundo social e profissional. Segundo Batista (2012, p. 15),

[...] uma língua, além das palavras e da série de mecanismos gramaticais que a organizam formalmente, é também *texto* (unidade básica de comunicação, independente de sua extensão, nas formas da escrita e da oralidade) e *interação verbal*, o contato entre falantes em um conjunto complexo de fatores

e elementos que garantem a produção dos sentidos em contextos comunicativos específicos.

Crucial para os sujeitos em sociedade, ensina-nos Dominique Wolton (2006, p. 27) que “[...] a comunicação não é senão a ponta emersa do *iceberg* que representa a sociedade moderna democrática”. No cenário produtivo, afirma o autor que “[...] todas as profissões abrigam-se às comunicações”. (WOLTON, 2006, p. 102).

Portanto, na esfera laboral todos os colaboradores interagem e se articulam (independentemente do nível hierárquico e do cargo que ocupam) pelo uso específico da língua. Nesse sentido, o interesse pela linguagem usada nos ambientes e nas relações de trabalho como integrante às organizações é fruto da Revolução Industrial e da crescente expansão das empresas em meados do século XIX. (KUNSCH, 2009a).

A Comunicação Organizacional nasce do entrelaçamento das várias áreas como a Administração, Sociologia, Psicologia, Antropologia, Retórica e Linguística e se desvela em áreas específicas como a Propaganda, o Jornalismo Empresarial, as Relações Públicas, as Comunicações interna e externa, entre outros. (KUNSCH, 2009a). Ao passo que as empresas estabelecem novas formas de relações para fins específicos, a comunicação se fortalece, ganhando, assim, espaço e reconhecimento como estratégia fundamental o desenvolvimento das pessoas e para manutenção e crescimento de qualquer empresa ou organização.

Como objeto de estudos, a Comunicação Organizacional é investigada a partir de 1940, nos Estados Unidos, país que, ainda hoje, abriga maior número de estudos, publicações e cursos de Pós-graduação na área. No Brasil, os termos “Comunicação Empresarial” e “Comunicação Organizacional” são usados sem distinção, embora teóricos indiquem que a Comunicação Empresarial foi o primeiro termo adotado, ainda sob influência da Revolução Industrial e da visão em relação às empresas como lugares e processos fragmentados e sistemáticos. Contudo, “Comunicação Organizacional” é uma expressão atual e contemporânea, usada na literatura específica e sinaliza as relações comunicativas de trabalho como organismos vivos e complexos.

No processo comunicativo, o colaborador é aquele que usa, em todos os níveis hierárquicos da empresa ou organização, a linguagem verbal e não verbal, formal e não formal, por diversos meios de comunicação amparado por extraordinárias tecnologias com vistas a fazer-se entender, informar, estabelecer projetos e metas, dar ordens, agradecer, retroceder,

elogiar ou cercear. Os propósitos da Comunicação Organizacional são muitos, assim como são muitos os desafios para que essa comunicação seja assertiva.

Neste ponto, acrescentamos uma terceira perspectiva de nossa pesquisa. Compreendemos que a Comunicação Organizacional deu origem à Comunicação Profissional, isto é, a Língua Portuguesa para fins específicos, entendida como currículo da EPT.

Outrora, na Educação para o Trabalho, as aulas de Língua Portuguesa ocupavam-se em apresentar, em grande medida, os modelos de documentos denominados “Correspondência Comercial”. São exemplos de conteúdos dessa disciplina: retórica, memorando, ofício, ata, atendimento telefônico. Essa prática recebia influência do antigo contexto de trabalho, estabelecido até os finais dos anos 90, baseado em roteiros, processos e procedimentos burocráticos e contextos nos quais a tecnologia informacional era incipiente.

Sobre a terminologia utilizada nesta etapa, cumpre aclarar que *Comunicação Profissional, Linguagem, Trabalho e Tecnologia e Língua Portuguesa para o Trabalho*, são expressões equivalentes, isto é, são termos atinentes à *linguagem usada no cenário laboral*.

A Língua Portuguesa para o Trabalho é uma unidade curricular presente em grande parte dos cursos técnicos – profissionais, e as instituições constituintes da EPT adotam uma nomenclatura diferente com a intenção de tornar a disciplina mais atrativa ao candidato, além de um nome alinhado aos valores celebrados por elas celebrados.

São exemplos da Comunicação Profissional, como unidades curriculares:<sup>1</sup> Linguagem, Tecnologia e Trabalho (Cursos concomitantes ou subsequentes – Centro Paula Souza), Comunicação Profissional (Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – Centro Paula Souza), Comunicação Oral e Escrita e Comunicação Empresarial (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo), Comunicação Empresarial (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), Comunicação Oral e Escrita (Serviços Educação Nacional Aprendizagem Industrial).

No cenário da EPT, o Centro Paula Souza (CPS) ocupa um lugar de destaque na formação de jovens e adultos em todo o estado paulista. Trata-se de uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Os últimos

---

<sup>1</sup> Os dados foram levantados em pesquisa às propostas curriculares disponibilizadas na internet das referidas instituições. Os endereços de acesso encontram-se nas referências da presente pesquisa.



dados da instituição informam que, atualmente, o CPS administra 223 Escolas Técnicas (ETEC) e 73 Faculdades de Tecnologias (FATEC), conforme dados de outubro de 2019.

São, aproximadamente, 294 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superiores tecnológicos. As ETECs atendem em torno de 208 mil estudantes nos Ensinos Técnico, Médio e Técnico Integrado ao Médio, com 151 cursos técnicos para os setores industrial, agropecuário e de serviços em modalidades diversificadas. (CENTRO PAULA SOUZA, 2019).

As propostas legitimadas pelo CPS incentivam o desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes em relação às especificidades da formação técnica – profissional. E, nesse sentido, as aulas de Linguagem, Trabalho e Tecnologia (também as aulas de Ética e Cidadania Organizacional, Inglês Instrumental e Aplicativos Informatizados, Planejamento de Trabalho de Conclusão de Curso e Desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso), incorporadas às matrizes curriculares dos cursos técnicos concomitantes ou subsequentes propostos pela autarquia objetivam a formação cidadã, para a vida e para o trabalho. (DEMAI, 2019).

Diante do exposto, consideramos as proposições feitas pela instituição destacada que, em 2019, comemora o jubileu de ouro, relevantes para análises e reflexões na seara do ensino profissional no Brasil, especialmente no estado de São Paulo.

Nesse sentido, esta pesquisa nasce da reflexão sobre a prática desta docente-pesquisadora licenciada em Letras que atua profissionalmente em um contexto para o qual não foi preparada em sua formação inicial e, na ministração das aulas de Língua Portuguesa na Educação para o Trabalho, depara-se com temas que requerem conhecimentos específicos.

No presente, as relações de trabalho, aqui entendidas como as diferentes oportunidades de atuação profissional, foram alteradas pela globalização, pelos novos propósitos das empresas e organizações e pela tecnologia informacional. Portanto, comunicar-se profissionalmente requer o desenvolvimento de competências e habilidades específicas, razão pela qual nós, docentes de Língua Portuguesa, devemos discutir e entender as especificidades atinentes ao ensino da Comunicação Profissional.

Em consonância com a dinâmica entre a formação profissional e o mercado de trabalho, as aulas de Língua Portuguesa para o Trabalho devem prever a mobilidade que as já consolidadas tecnologias trazem para o fomento da comunicação. Nesse ângulo, a fluidez das trocas de informações que transitam entre equipes e entre empresas (no âmbito nacional e internacional) e o relacionamento profissional que se dá pelo uso das linguagens, trazem

notoriedade às relações comunicativas no cenário laboral, propósitos da Comunicação Profissional, como currículo escolar.

Porém, dá-se, na formação docente, ênfase ao currículo e metodologias usadas na Educação Básica, falta, portanto, conhecimento mais amplo sobre outros ambientes nos quais um professor pode atuar profissionalmente, como: Ensino EaD (Ensino a Distância), Semipresencial, EJA (Ensino de Jovens e Adultos) e o Ensino Técnico - Profissional. Ainda, faz-se necessário o destaque que há muitos estudos que apontam para o ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica (Fundamental e Médio) e no Ensino Superior, mas pouco se tem trabalhado a respeito do Ensino Técnico - Profissional, dessa forma, essa é uma oportunidade de ampliação de conhecimento na área e uma contribuição aos docentes que atuam nesse contexto.

Diante das considerações até aqui realizadas, a seguinte hipótese foi cogitada: Quais abordagens metodológicas para o ensino da Comunicação Profissional são relevantes para o contexto da Educação Profissional e Tecnológica do presente? E, ainda, estaria o currículo proposto em consonância com as demandas do mercado de trabalho em relação à Comunicação Organizacional?

Para tanto, esta pesquisa abriga-se à linha de pesquisa “Línguas e literaturas: formação de professores e práticas docentes” e une duas grandes áreas do conhecimento: Letras e Educação. Nesse contexto, propomos uma discussão sobre práxis docente na ministração das aulas de Língua Portuguesa para o Trabalho diante das mudanças ocasionadas pela tecnologia informacional, orientação do currículo escolar e das demandas do atual mercado de trabalho em relação à comunicação.

À vista disso, elencamos os objetivos específicos e as metodologias adotadas, respectivamente.

- a) Destacar o percurso histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil;
- b) Indicar a origem da Comunicação Organizacional e como seus postulados se transformam em currículo escolar da Educação para o Trabalho nas aulas de Comunicação Profissional. Para os itens “a” e “b”, realizaremos uma pesquisa bibliográfica;
- c) Verificar em que medida os itens que compõem as bases tecnológicas do curso técnico em Recursos Humanos atendem as especificidades da formação profissional contemporânea em relação às linguagens. Para tanto, faremos um estudo de caso à

luz da proposta curricular do componente Linguagem, Trabalho e Tecnologia do curso de Recursos Humanos oferecido pelo Centro Paula Souza;

- d) Analisar criticamente a pesquisa de campo realizada sobre as Necessidades Comunicativas no Contexto Laboral e aproximá-la à prática escolar, além de apresentar a pesquisa de campo realizada para diagnosticar perfil da turma do curso técnico em Recursos Humanos à qual as práticas pedagógicas foram direcionadas. Para este item, realizaremos uma pesquisa de caráter quali-quantitativo;
- e) Apresentar abordagens práticas para as aulas de Linguagem, Trabalho e Tecnologia no cenário da Educação para o Trabalho - Para este objetivo, realizaremos um relato de experiências, com o registro de cinco planos de aulas aplicadas à turma participante de nossa pesquisa e algumas amostras das atividades realizadas pelos estudantes.

Frente às proposições discorridas, informamos que esta dissertação é composta por três capítulos com subdivisões, além da introdução e considerações finais. No primeiro capítulo, *Educação Profissional: um panorama histórico*, elencamos como a Educação para o Trabalho foi instaurada no Brasil, suas leis, decretos e outros documentos que validam e orientam a modalidade de ensino no país.

Levantamos, brevemente, as principais escolas técnicas - profissionais no estado de São Paulo e finalizamos o capítulo com a autarquia Centro Paula Souza, além de uma abordagem sobre as orientações da Lei de Diretrizes e Bases, Plano Nacional para Educação e a recente Base Nacional Comum Curricular. Para tanto, fundamentando-nos, principalmente, nas propostas de Luiz Antônio Cunha (2005), José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira e Mirza Seabra Toschi (2004, 2012) e Marise Nogueira Ramos (2006, 2011), especialistas em Educação.

No segundo capítulo, nomeado *Comunicação Organizacional e Comunicação Profissional*, abordamos as especificidades da Comunicação Organizacional entendida como uma necessidade latente pelas organizações no presente. Cunhamos os postulados dos teóricos brasileiros que estudam o tema e como esse conhecimento se desvela em uma unidade curricular na EPT.

Nesse sentido, aproximamo-nos das proposições de Margarida M. Krohling Kunsch (2003, 2006, 2009), Cleusa Maria Andrade Scroferneker (2008), Gaudêncio Torquato (1986,

2009), entre outras autoridades do assunto, além das propostas para a Comunicação Profissional no contexto da Educação para o Trabalho.

No terceiro capítulo, intitulado *Entre a realidade, a teoria e o fazer escolar: o ensino da Comunicação Profissional para a formação técnica contemporânea*, apresentamos e analisamos duas pesquisas de campo realizadas por esta docente-pesquisadora.

A primeira pesquisa deu voz a colaboradores paulistas que pontuaram os usos e as fragilidades da comunicação nas organizações e, após análise dos resultados, elencamos as proposições curriculares do Centro Paula Souza para o trabalho na sala de aula com a Comunicação Profissional, aproximando, dessa forma, as duas pontas importantes para a formação técnica – profissional: currículo e mundo do trabalho. A segunda pesquisa de campo revela a constituição identitária da turma de primeiro módulo do curso Técnico em Recursos Humanos, estudantes com os quais as proposições didáticas foram desenvolvidas e aquilatadas no 1º semestre de 2019.

Desejamos, com a construção do terceiro capítulo, para além de uma pesquisa enciclopédica, contribuir para o *fazer do professor*. As propostas para as aulas de Língua Portuguesa para fins específicos, decorrentes da abordagem do ensino de inglês e registrada por Maria A. A. Celani, (2009) e Anna M. M. Cintra (2009), calibradas, não se distanciam das propostas metodológicas para o ensino de Língua Portuguesa na EPT.

Por fim, evidenciando uma perspectiva prática e social do ensino de Português, orientamo-nos por Irandé Antunes (2003, 2005, 2007) e Luiz Antônio Marcuschi e Antônio Carlos Xavier (2010), Angela Kleiman (2007) e Paulo Freire (1987, 1989, 2015), com suas ideias voltadas para uma educação crítica e social, além de outros autores que encaminham suas pesquisas nessa direção. Finalizamos o capítulo com a apresentação de cinco planos de aula aplicados no contexto da EPT para a turma mencionada, abordagens didáticas que enfatizam o protagonismo da turma e favorecem o saber reflexivo – prático.

As sugestões didático-pedagógicas aqui apresentadas podem ser ampliadas a outras propostas de ensino Língua Portuguesa no contexto formativo profissional, principalmente no sentido da aquisição da norma culta, na produção e adequação de documentos oficiais/comerciais e comunicações diversas usadas nos contextos social e laboral, em especial os *e-mails* e outros gêneros que se consolidam com a internet e aplicativos de troca de mensagens instantâneas. Sugestões que abrem uma discussão sobre práticas diferenciadas para o ensino da Língua Portuguesa em um contexto diferente das séries obrigatórias da Educação Básica.

## Capítulo 1

### **EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO NO BRASIL: UM PANORAMA HISTÓRICO**

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na autorreflexão (FREIRE, 1987).

Abordaremos, a seguir, a concepção inicial da Educação para o Trabalho no Brasil e as principais legislações que a regulamentam. Damos ênfase às instituições pioneiras na formação técnica - profissional, especialmente a autarquia Centro Paula Souza.

#### **1.1 DO RURAL AO MODERNO: UM RESGATE HISTÓRICO SOBRE O BRASIL DO SÉCULO XX**

Em 1900, os cinco estados mais populosos, os quais representavam 60% da população, localizavam-se ao Sul e Sudeste do Brasil. O país recebia e abrigava milhões de estrangeiros que imigravam principalmente da Europa. Italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, entre outros povos vinham ao Brasil em busca de novas oportunidades de trabalho, porém a chamada República Oligárquica, em alusão aos grupos que dominavam a economia e a política no país, caminhava a passos vagarosos.

Nessa época, a indústria brasileira alimentava-se, a princípio, de setores rurais e agrícolas. Com os primários progressos em relação à modernização, ganhou força a indústria de bens de consumo que, timidamente, emergia no cenário nacional, tornando evidente a necessidade de pessoas instruídas para a operacionalização de todo maquinário. O Brasil dividia-se em operações nas usinas de açúcar, oficinas de serralheria e carpintaria, cerâmicas e fundição de metais, tecelagens, calçados, curtumes (processamento de couro cru). As atividades econômicas concentravam-se, em maior medida, no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. (CUNHA, 2005).

Dessarte, fazendeiros, especialmente os de Minas Gerais (leite) e os de São Paulo (café), dominavam a economia e, dessa forma, a cultura política era influenciada pela troca de favores. O cenário que se apresentava no país era: uma atividade econômica predominantemente rural;

início do desenvolvimento da indústria; nascimento dos movimentos operários; voto direto apenas por homens com estudos e não-pobres que tinham seus posicionamentos políticos direcionados pelos poderosos Coronéis (voto-cabresto); influência dos imigrantes europeus e grande parte da população sem acesso à escola.

Nesse contexto, o 7º Presidente eleito no regime democrático, Nilo Peçanha, em seu curto mandato (1909 – 1910), criou as primeiras<sup>2</sup> escolas técnicas no Brasil. O decreto 7.566, de 23 setembro de 1909, é considerado o marco inicial do ensino de profissões no país. A nomeada *Escola de Aprendizizes e Artífices*<sup>3</sup> surge como uma forma de oportunizar a formação profissional às classes menos favorecidas da sociedade brasileira daquela época.

Em sua concepção, a Educação para o Trabalho esteve fortemente ligada ao assistencialismo às classes menos favorecidas da sociedade brasileira. O primeiro objetivo dessas escolas perpassava pelo ensino de uma *ocupação* aos desvalidos (crianças órfãs, jovens analfabetos ou não intelectuais). Esses cursos tencionavam instruir sobre um procedimento manufatureiro, orientando os aprendizes como executá-lo no ambiente de trabalho e, dessa forma, aumentar a produtividade das fábricas.

Portanto, as primeiras escolas que ensinavam um ofício não tinham a preocupação com o desenvolvimento intelectual de seus aprendizes. Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 175), “O caráter elitista da educação brasileira fez com que a questão educacional se tornasse um problema apenas com o início do processo de industrialização, na década de 1920”.

Nessa época, a economia brasileira, baseada majoritariamente na exportação de café, sofre um grande abalo. O país, diante das mudanças no mercado global, não poderia seguir com

---

<sup>2</sup> Antes de 1909, podemos considerar a criação do Colégio das Fábricas, em 1809, por D. João VI como a primeira intenção em organizar o ensino de profissões à população carente. Em 1816, cria-se a Escola Belas Artes com a finalidade de propiciar o ensino de ciências e do desenho para os ofícios mecânicos. Em 1961, cria-se, por Decreto-Real, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Em 1840, criam-se as Casas de Educandos e artífices, visando o atendimento e instrução primária aos menores abandonados. Em 1864, criam-se os Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos que também ofereciam letramento e encaminhamento a ofícios aos menores abandonados, a instituição era fiscalizada pelo Juizado de Órfãos. Os Liceus de Artes e Ofícios em Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886). Em 1906, cria-se a Fundação Álvares Penteado e, com essa junta, as primeiras escolas comerciais em São Paulo, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. (BRASIL, 1999).

<sup>3</sup> Em São Paulo, fundada como Escola de Aprendizizes Artífices, o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo é uma das escolas técnicas pioneiras no país, criada como Instituto pela lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

a conotação de país “rural” ou “agrário”. Com os alicerces da exportação cafeeira fortemente enfraquecidos, o governo brasileiro percebe a necessidade de fomentar a industrialização nacional como estratégia para retomada do crescimento econômico.

Os acontecimentos políticos, econômicos e sociais da década de 30 imprimiram um novo perfil à sociedade brasileira. A quebra da bolsa de Nova York, em 29, mergulhou o Brasil na crise do café, mas em contrapartida encaminhou o país para o desenvolvimento industrial, por meio da adoção do modelo econômico de substituição das importações, alterando assim o comando da nação, que passou da elite agrária aos novos industriais. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2007, p. 133).

Nessa perspectiva, observa-se a consolidação do capitalismo industrial no Brasil e a emergente necessidade de mão de obra especializada e qualificada. A alteração no modelo econômico influencia, diretamente, as aspirações sociais em relação à Educação para o Trabalho e, conseqüentemente, confere-lhe novas exigências, fortalecendo suas instituições como essenciais para o crescimento e desenvolvimento do país. De acordo com Ramos (2006, p. 29),

A gênese histórica da escola, como espaço institucional de realização para fins [...] dá-se, portanto, ao longo do século XVIII e coincide com o advento da Ciência Moderna e do Estado de Moderno. Nesse período, a sociedade está produzindo por meio da cooperação e da manufatura, necessitando de um novo saber e de uma nova educação.

Dessa forma, a história da EPT está intrinsecamente ligada à história da industrialização do Brasil. Resultante da reestruturação produtiva e do advento do capitalismo, as relações de trabalho e da escola foram fortemente alteradas. Ainda de acordo com a autora, “À medida que o trabalho industrial foi-se tornando mais complexo, esse tema passou a atravessar os debates sobre a educação e o conceito de qualificação adquiriu importância sociológica”. (RAMOS, 2006, p. 26).

Na década de 30, a retomada da modernização do Brasil é entendida como prioridade pelo governo de Getúlio Vargas, um governo de caráter autoritário (1930 a 1945). Em 1930, Vargas cria o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública por meio do Decreto n.º 19.402 de 14 de novembro. No art. 5º, destacam-se as atribuições do novo Ministério, entre elas, a responsabilidade pelas Escolas de Aprendizes Artífices, criadas por Peçanha em 1909.

Lê-se:

[...] Ficarão pertencendo ao novo Ministério os estabelecimentos, instituições e repartições públicas que se proponham à realização de estudos, serviços ou trabalhos especificados no art. 2º, como são, entre outros, o Departamento do Ensino, o Instituto Benjamim Constant, a Escola Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música, o Instituto Nacional de Surdos Mudos, a *Escola de Aprendizes Artífices*, a Escola Normal das Artes e Ofícios Venceslau Braz, a Superintendência dos Estabelecimentos do Ensino Comercial, o Departamento de Saúde Pública, o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional e a Assistência Hospitalar. (BRASIL, 1930, grifo nosso).

A proposição da escola técnica - profissional é considerada um modelo inovador para a época, e os resultados obtidos pelas instituições são classificados como exitosos. Segundo Aranha (1989, apud LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2007, p. 134), “As escolas técnicas multiplicaram-se – 1933 a 1945 - passaram de 133 a 1.368, e o número de matrículas, de 15 mil para 65 mil”.

Almejando melhor *performance* econômica, Vargas procura reorganizar a nação em suas mais diversas instâncias. Instaure, em 10 de novembro de 1937, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Na esfera da Educação para o Trabalho, Ramos afirma que “[...] o ensino levado a cabo pelas escolas destinadas a formar trabalhadores já não visa somente o ato de disciplinar, mas conferir ao trabalhador o domínio de um ofício. A formação para o trabalho passa a ser *formação profissional*”. (RAMOS, 2006, p. 33, grifo nosso).

Dessa forma, por meio da Constituição de 37, o ensino técnico - profissional passou a ser oficializado como um elemento estratégico para o desenvolvimento da população. A Constituição dá, à indústria e aos recém-criados sindicatos<sup>4</sup>, além do Estado, a oportunidade de criação de suas próprias escolas de aprendizes, conforme destacamos:

[...] Art. 129 - À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

*O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar*

---

<sup>4</sup> O Decreto 979 de janeiro de 1903 permite aos profissionais da agricultura e indústrias a organização dos sindicatos para defesa de seus interesses. Sob influência dos imigrantes no Brasil, os trabalhadores procuram organizar-se em classes com vistas a melhorias nas condições de trabalho, salários, instituição de uma jornada de trabalho, pausas para almoço e descanso, segurança no trabalho, entre outras reivindicações.



*execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.*

É dever das *indústrias* e dos sindicatos econômicos *criar*, na esfera da sua especialidade, *escolas de aprendizes*, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937, grifo nosso).

A promulgação da Constituição brasileira, outorgada pelo presidente Vargas, atende a uma demanda proveniente do processo de industrialização dos anos 30 o qual carecia de trabalhadores mais especializados, assim, fortalece a parceria entre o Estado e as Classes Produtoras (Indústrias e Comércio).

Resultante da Constituição de 30, a lei n.º 378 de 1937, além de renomear o *Ministério da Educação e Saúde Pública* para *Ministério da Educação e Saúde*, cria um *Departamento Nacional da Educação*. O documento, além dessas e outras mudanças, celebra a renomeação das antigas *Escolas de Aprendizes e Artífices* como *Lyceus* que, segundo o registro, ofereceriam cursos de diversas naturezas. Por conseguinte, amplia-se a variedade dos cursos oferecidos pelas escolas técnicas - profissionais, pois as necessidades apresentadas pela indústria e sociedade que crescia, eram mais abrangentes.

Art. 37. A *Escola Normal de Artes e Offícios Wencesláo Braz* e as *escolas de aprendizes artífices*, mantidas pela União, serão transformadas em *lyceus*, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e grãos.

Parapho unico. Novos lyceus serão instituidos, para propagação do ensino profissional, dos varios ramos e grãos, por todo o territorio do Paiz. [sic] (BRASIL, 1937, grifo nosso).

Ainda sobre o clima da época, há, no Brasil do início dos anos 30, um forte incentivo à indústria que é patrocinada pelo Estado com a criação de empresas estatais, impulsos da Revolução Industrial oriunda da Inglaterra no final do século XIX, mas que ecoou no país posteriormente. Essas organizações atuavam nos setores-chave da indústria brasileira, pois careciam de grandes aportes financeiros. Um exemplo é a criação da Companhia Vale do Rio Doce – 1942, na área de mineração.

No final do período, o Brasil ainda vivencia crises em suas instâncias administrativas. Esta não estabilidade tem relação intrínseca com as alternâncias nas estratégias de ensino e não consolidação de um sistema educacional pensado e mantido nacionalmente que reconheça as reais necessidades da população, ou seja, políticas públicas que priorizem a formação orgânica, intelectual e profissional com qualidade a todos – demanda do passado e do presente.

No percurso da história política do país, há lutas pelo poder e, no dia 10 de novembro de 1937, no mesmo dia que promulga a Constituição, Getúlio Vargas anuncia em cadeia de rádio o Estado Novo, princípio do período ditatorial na história da nação. Embora um governo controverso e centralizador, a *Era Vargas* conduz a economia brasileira de agrário-exportadora para industrial.

De 1937 a 1945, a reestruturação da Educação foi efetivada sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino. São leis que estruturaram o ensino industrial, reformaram o ensino comercial e criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), além de provocarem mudanças no ensino secundário. O conjunto de ações na EPT ficou conhecido como *Reforma Capanema*<sup>5</sup>, alusão ao Ministro de Educação e Saúde no período, Gustavo Capanema.

Como mencionado, pelo Decreto-Lei n.º 4.048 de janeiro de 1942 cria-se o SENAI, em atenção à solicitação de Euvaldo Lodi<sup>6</sup> e Roberto Simonsen<sup>7</sup>, presidentes da CNI (Confederação Nacional das Indústrias) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), respectivamente. Lodi e Simonsen solicitaram ao então presidente Getúlio Vargas a oportunidade para organização do ensino industrial, logo, essa modalidade escolar ficou a cargo das federações sindicais do empresariado. Os recursos seriam garantidos pela contribuição compulsória de todos os estabelecimentos industriais do país, correspondente a 1% da folha de pagamento de cada empresa ou estabelecimento.

---

<sup>5</sup> Em suma, foram esses os decretos-lei que formam a Reforma Capanema: Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial; Decreto-lei n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI; Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos; Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial.

<sup>6</sup> Euvaldo Lodi (1896 - 1956) foi um empresário, engenheiro e político brasileiro.

<sup>7</sup> Roberto Cochrane Simonsen (1888 a 1948) foi engenheiro, industrial, administrador, empresário, escritor e político brasileiro.

As mudanças nas especificidades e prerrogativas da EPT continuam. A publicação do Decreto 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, transforma os Liceus Industriais em *Escolas Industriais e Técnicas*, passando a oferecer a formação técnica - profissional em nível equivalente ao secundário. Há uma valorização à teorização que buscava aperfeiçoar a prática do aprendiz com base em modelos considerados bem-sucedidos do sistema operacional fabril. Nessa lógica, cunhava-se a ideia de construir, no trabalhador brasileiro, um ritmo, uma disciplina, uma *expertise*, em troca de “benefícios” como o salário. Piçanço (1989, p. 10 apud PAIVA, 2013) afirma que

A formação dos técnicos como quadros intermediários, demandados por consequência [sic] das práticas dos métodos taylorista/fordista, torna-se, de fato, propósito governamental, contudo sob controle centralizado. E mais, constituir pelo consenso, não pela coerção, uma força de trabalho de um tipo especial, que se submetesse à disciplina fabril e aos ritmos do novo padrão de cunho taylorista, tornava-se condição necessária para a difusão de uma nova mentalidade do povo brasileiro.

O sistema educacional proposto pelo ministro Capanema correspondia à divisão econômico-social do trabalho no Brasil. Assim, a EPT deveria fomentar o desenvolvimento de habilidades de acordo com os papéis atribuídos às diversas classes ou categorias de trabalho.

Passados 16 anos desde o fim da Era Vargas, em 1961, sob a liderança do presidente João Goulart, tem-se a proposição da lei das *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, conhecida como a LDB. Porém, em uma época de um governo centralizador, esse movimento não teve força suficiente para provocar as mudanças desejadas. De acordo com Saviani (1998 apud LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOCHI, 2012, p. 179), “com os militares no poder, de 1964 a 1985, a concepção tecnicista de educação tornou a ideia de um plano nacional em instrumento de racionalidade tecnocrática, uma vez que o Ministério da Educação se subordinava ao do Planejamento”.

Na LDB, o ensino técnico – profissional é equiparado ao ensino acadêmico, uma mudança entre muitas outras provocadas pela lei, deixando de ser um ensino operacional e primário. Dessa forma, evidencia-se a EPT como essencial para a expansão da economia do Brasil e inspira-se nas escolas técnicas dos países industrializados e mais desenvolvidos. Cabe, à referida modalidade escolar, desenvolver ciência, experimentação e tecnologia no país.

A educação pública de qualidade, idealizada nas décadas de 50 e 60, ganha notoriedade entre a população, porém, a instabilidade na política e na economia brasileiras põe, à margem, medidas mais vigorosas no âmbito pedagógico e a tal qualidade pretendida está, até os dias de hoje, distante de ser alcançada. O debate gerado em torno da LDB instituiu uma descentralização do poder por parte do governo federal e, dessa forma, celebrou-se uma ideia de que estados e municípios melhor acompanhariam o desenvolvimento do processo educativo em suas escolas.

Nos anos 80, o Brasil protagoniza novamente uma grave crise econômica, a inflação chegou a 230% ao ano e a dívida externa atingiu os 100 bilhões de dólares. Durante o governo de João Batista Figueiredo, o Brasil precisou recorrer ao FMI - Fundo Monetário Internacional, para pagar suas dívidas.

Nesse clima, a sociedade organiza-se politicamente com vistas à redemocratização do país. Em 1982, os brasileiros votam diretamente pelos representantes do Congresso Nacional, Assembleia Legislativa e Câmaras de Vereadores, Prefeitos, Governadores e Vice-governadores nos estados. Em 83, o movimento *Diretas Já* reivindica as eleições presidenciais, mas por questões institucionais, o sucessor de João Figueiredo seria escolhido pelo Colégio Eleitoral. (BRAICK; MOTA, 2016).

Revigorada pela busca aos processos democráticos e pela reorganização da política da sociedade brasileira, a década de 80 é marcada pelo fim do regime ditatorial no Brasil. Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2007), há propostas de uma estruturação no sistema educacional do país, especialmente no ensino profissional, que colocava a profissionalização compulsória ao Segundo Grau, evidenciado na revogação da lei n.º 9394/96.

A população brasileira, frustrada pela realidade socioeconômica, assiste à votação à Presidência da República. Concorrem Paulo Maluf e Tancredo Neves. Tancredo vence, porém não chega ao cargo por questões de saúde, falece em 21 de abril de 1985. Assume o poder o vice da chapa, José Sarney. A posse de Sarney inaugura o período denominado “Nova República”, como presidente, Sarney tem a missão de recuperar a economia e dominar a inflação, como estratégia, propõe a aprovação da nova Constituição Federal em 1988.

O presidente tratou, em seu governo, de incorporar as aspirações democráticas populares, e, ao mesmo tempo, redefini-las. Sarney resgata o discurso da dívida social iniciado

por Figueiredo (1979-1985) e preconiza que a escola seja um lugar de acolhimento, com propostas pedagógicas voltadas para a formação cidadã, um espaço inclinado ao assistencialismo social, procurando, dessa forma, fazer justiça aos pobres não observados durante o Regime Militar. As propostas pedagógicas desse período buscavam a cidadania como direito político individual, contudo, a preocupação com os conteúdos acadêmicos foi deixada em um segundo plano.

No final dos anos 1980, o Brasil experimenta um novo cenário econômico e produtivo que se estabeleceu com o desenvolvimento e fomento das tecnologias ligadas à produção, à prestação de serviços e pela crescente globalização. Ramos (2006, p. 37-38) afirma que

As mudanças tecnológicas e de organização do trabalho por que passam os países de capitalismo avançado a partir dos meados da década de 80 configuram o mundo produtivo com algumas características tendenciais: flexibilização da produção e reestruturação das ocupações; integração com os setores da produção; multifuncionalidade e polivalência dos trabalhadores; valorização dos saberes dos trabalhadores não ligados ao trabalho prescrito ou conhecimento formalizado.

No período subsequente, nos anos 90, a mudança no cenário profissional em consonância com a globalização e as mudanças proporcionadas por toda revolução tecnológica são evidenciadas nas relações de trabalho e interferem nas proposições para a Educação Profissional. No Parecer CNE/CEB n.º 16/99 temos:

*À destreza manual se agregam novas competências relacionadas com a inovação, a criatividade, o trabalho em equipe e a autonomia na tomada de decisões, mediadas por novas tecnologias da informação. A estrutura rígida de ocupações altera-se. Equipamentos e instalações complexas requerem trabalhadores com níveis de educação e qualificação cada vez mais elevados. As mudanças aceleradas no sistema produtivo passam a exigir uma permanente atualização das qualificações e habilitações existentes e a identificação de novos perfis profissionais. (BRASIL, 1999, grifo nosso).*

Com esse breve resgate histórico, percebemos que a EPT caminhou e teve seus propósitos ressignificados. Em resposta aos desafios trazidos com a incorporação das novas tecnologias no contexto do trabalho, a modalidade amplia seu currículo e insere as práticas inerentes à atividade profissional específica, conforme elucidada o Parecer CNE/CEB n.º: 11/2012 “Em todas as modalidades de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, as instituições educacionais devem adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente de seus cursos, currículos e programas”. Além disso, o documento

salienta: “Torna-se cada vez mais essencial que o técnico de nível médio tenha um perfil de qualificação que lhe permita construir seus próprios itinerários de profissionalização, com mobilidade, ao longo de sua vida produtiva”. (BRASIL, 2012).

Toda mudança, até aqui identificada, visa ao desenvolvimento do indivíduo e assinala as necessidades do mercado de trabalho, cada vez mais rigoroso, diversificado e mutável. As exigências do mercado de trabalho continuam a requerer das escolas técnicas - profissionais formações mais específicas, que desenvolvam profissionais com capacidade de comunicação, interpretação, resolução de problemas, capacidade de pesquisa e interpretação, entre outras habilidades. (BRASIL, 2012).

## **1.2 PROPOSTAS LEGAIS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

### **1.2.1 A Constituição da República Federativa do Brasil**

Levando em consideração o contexto sociopolítico do Brasil na década de 1930, não como ideal, mas o possível naquela época, a mais importante contribuição da Constituição de 34 à Educação foi a determinação de que compete à União “traçar diretrizes para educação”. O item XIV do Art. 5 desencadeia uma série de leis e diretrizes específicas para a área.

Por serem sucintas as primeiras determinações, muitas foram as alterações até a promulgação da Constituição de 1988, idealizada e produzida durante o período ditatorial (1964 a 1985) e tem, portanto, um caráter de redemocratização e instauração dos direitos, pois foi pensada em uma época cuja liderança cerceava os ideais progressistas. Segundo Carvalho (2010, p. 75-78), “A Constituição Federal de 1988, promulgada dentro do Estado de Direito, reafirma a correlação entre educação e democracia”.

Compreendida como como espinha dorsal para as demais legislações do país, a Constituição destaca em seu Artigo 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988).

As emendas constitucionais evidenciam preocupação e orientação em relação ao cidadão brasileiro dever estudar e desenvolver-se para si e para a sociedade, além de abdicar da ociosidade, tendo o direito à formação para um ofício profissional. No artigo 214, a Emenda Constitucional n.º 59, de 2009, propõe um planejamento para o período de dez anos no qual elenca alguns objetivos. O documento ambiciona, sobretudo, o reestabelecimento do país no nível social, científico e tecnológico e que “todos brasileiros tenham acesso à escola”.

Por fim, a Constituição de 88 busca, ainda, a universalização da alfabetização. Salienta a formação social e qualificação adequada ao trabalho, além de assegurar investimento de recursos públicos à educação. Em 2015, com a Emenda Constitucional n.º 85, destaca o apoio financeiro do Poder Público às atividades voltadas para o desenvolvimento nacional, realizadas nas universidades e nas organizações que fomentam a EPT. O Art. 227, cuja redação foi ampliada pela Emenda Constitucional n.º 65, de 2010, reitera o direito à profissionalização.

### **1.2.2 Diretrizes e Bases da Educação Nacional**

A 1ª versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi promulgada em 1961 (LDB 4024/61) à luz da Constituição Federal de 1934. Em 1971, uma nova versão (lei n.º 5692/71) foi publicada em 11 de agosto, durante o regime militar. Finalmente, em 1996, a LDB atual, lei n.º 9394, foi sancionada em 20 de dezembro de 1996. A nova LDB trouxe muitas alterações em relação às leis anteriores, com relevo ao princípio do direito universal de educação para todos.

Com destaque no terceiro capítulo, a EPT carecia, ainda, de definições que não estavam presentes na LDB. Tais definições foram determinadas por meio de outras leis complementares ou de forma temporária/transitória pelos decretos, portarias ministeriais ou resoluções desde o ano de publicação (1996) até os dias atuais (AFONSO, GONSALES, 2016). Na atualização em 2008 (A seção IV- A coloca as propostas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio) temos:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (Redação dada pela Lei n.º 11.741, de 2008)

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (Incluído pela Lei n.º 11.741, de 2008)

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: (Incluído pela Lei n.º 11.741, de 2008)

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (Incluído pela Lei n.º 11.741, de 2008)

II – de educação profissional técnica de nível médio; (Incluído pela Lei n.º 11.741, de 2008)

III - de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (Incluído pela Lei n.º 11.741, de 2008)

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela Lei n.º 11.741, de 2008)

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (Regulamentado)

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Redação dada pela Lei n.º 11.741, de 2008)

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Redação dada pela Lei n.º 11.741, de 2008). (BRASIL, 1996).

A LDB indica a EPT em continuidade à Educação Básica e na instância em que se fomentam a ciência e a tecnologia. Entende que a EPT seja a modalidade escolar responsável pela formação para a vida produtiva e propõe-se que, nesse ambiente escolar, pode-se ter a formação profissional inicial, continuada e cursos oferecidos à comunidade, respeitando e validando os saberes obtidos na instituição ou em decorrência do ofício realizado. Para Afonso e González (2016, p. 738),

Somente com a participação de todos – entes federativos, comunidade acadêmica e sociedade civil – é possível dar vida a um desejado Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração no qual a concepção de EPT esteja mais direcionada para a formação omnilateral ao vislumbrar as



possibilidades do desenvolvimento integral dos indivíduos tendo a emancipação humana como horizonte.

Em 2017, com a aprovação da Resolução CNE/CP n.º 2, de 22 de dezembro, a LDB recebe emendas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Veremos as proposições da BNCC à LDB em seção específica, priorizando, assim, uma ordem cronológica das celebrações das leis.

### 1.2.3 O Plano Nacional de Educação – Lei n.º 010172/2001

O Plano Nacional de Educação<sup>8</sup> (PNE), aprovado em forma da lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001, se desdobra no delineamento dos objetivos a toda esfera educacional, conferindo aos órgãos responsáveis a incumbência de implantar projetos com vistas às metas decenais estabelecidas no documento. A respeito do Ensino Técnico, entre outras questões da educação, a lei orienta que

Faz parte dessa prioridade a *garantia de oportunidades de educação profissional* complementar à educação básica, que conduza ao permanente *desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva*, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia. (BRASIL, 2001, grifo nosso).

Falta um acompanhamento mais particular sobre a oferta da formação para o trabalho, dificultando a sistematização dos dados pela variada quantidade de escolas que oferecem o ensino técnico, que vão desde as Redes Federais e Estaduais, o Sistema S (SESI, SENAI,

---

<sup>8</sup> “O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 4.024, de 1961. Ele não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, iniciativa essa aprovada pelo então Conselho Federal de Educação. Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos. Em 1965, sofreu uma revisão, quando foram introduzidas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais. Em 1966, uma nova revisão, que se chamou Plano Complementar de Educação, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos. A idéia [sic] de uma lei ressurgiu em 1967, novamente proposta pelo Ministério da Educação e Cultura e discutida em quatro Encontros Nacionais de Planejamento, sem que a iniciativa chegasse a se concretizar. Com a Constituição Federal de 1988, cinquenta [sic] anos após a primeira tentativa oficial, ressurgiu a idéia de um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação. O art. 214 contempla esta obrigatoriedade”. (BRASIL, 2001).

SESC), as escolas privadas, sem contar os cursos de atualização e formação profissional, promovidos pelas empresas e voltados a seus colaboradores. Contudo, o documento reconhece que é fundamental ampliar a oferta da formação profissional sobre formação inicial do estudante ou atualização profissional para as pessoas que atuam no mercado de trabalho, para um melhor desenvolvimento social e econômico do país.

Ainda sobre as fragilidades da oferta da Educação para o Trabalho, o documento indica o custo elevado da instalação e manutenção das escolas técnicas - profissionais<sup>9</sup>. O número insuficiente de vagas torna as instituições seletivas em seu processo de acesso, impedindo que todos os jovens e adultos usufruam de uma formação profissional gratuita e de qualidade.

Outra colocação importante sobre o ensino técnico - profissional é a observação em relação aos cursos noturnos e às escolas não equipadas adequadamente para a EPT. Cursos com baixo custo de implantação, sem a necessidade de laboratórios e materiais específicos, são os cursos oferecidos nas escolas mais periféricas, e, conseqüentemente, à população mais carente.

O PNE também chama a atenção para o acesso restrito (mecanismos de avaliação classificatórios), a falta de material atinente à prática profissional, as unidades com instalações precárias e para a ausência de laboratórios de informática ou computadores com acesso à internet. As diretrizes traçadas na lei n.º 10.172/2001 vão ao encontro das desigualdades citadas e ressaltam que o acesso à escolarização e formação profissional tem impacto direto na economia.

Essas considerações trazem um tom de realidade que, de maneira alguma, pode ser maquiado pelos relatórios e números finais. O investimento em todas as esferas da EPT (instalações adequadas, equipamentos atualizados, formação de professores e plano de carreira docente, parcerias constantes com as indústrias e demais empresas e atenção à formação plural

---

<sup>9</sup> Frequentemente lemos nas manchetes dos jornais que os “gastos” com educação no Brasil são elevados. No título veiculado em 2018 pelo jornal “O Globo” em sua versão *on-line* temos “Percentual do PIB brasileiro dedicado à educação é maior do que em países desenvolvidos”. Para os leitores desavisados e desatentos que não se preocupam em ler toda matéria, a impressão que fica é a que muito se tem feito pela educação no país. Contudo, mais adiante na leitura do texto explica-se que, embora os investimentos sejam significativos, maior parte destina-se ao Ensino Superior, deixando a Educação Básica, especialmente a Educação Infantil à margem do esperado. Infelizmente o Brasil amarga colocações baixíssimas em *rankings* internacionais e faz-se urgente a criação e execução de políticas públicas pensadas por profissionais da área e com real conhecimento da área, voltadas para a realidade escolar e que possibilitem melhor desenvolvimento dos estudantes e realidade de trabalho para os professores.

do estudante) deve ser constante. Em termos econômicos, esse investimento retorna e incrementa a renda do trabalhador, conforme aponta o PNE:

Um cenário que as diretrizes da educação profissional propostas neste plano buscam superar, ao prever que o cidadão brasileiro deve galgar – com apoio do Poder Público – níveis altos de escolarização, até porque estudos têm demonstrado que o aumento de um ano na média educacional da população economicamente ativa determina um incremento de 5,5 % do PIB (Produto Interno Bruto). Nesse contexto, a elevação da escolaridade do trabalhador coloca-se como essencial para a inserção competitiva do Brasil no mundo globalizado. (BRASIL, 2001).

Em consonância com as aspirações da Educação para o Trabalho fundamentais para o desenvolvimento social e profissional do cidadão, o PNE determina que a modalidade de ensino deve estar “[...] estruturada nos níveis básicos – independentemente do nível de escolarização do aluno, técnico - complementar ao ensino médio e tecnológico - superior de graduação ou de pós-graduação”. (BRASIL, 2001). Valorizam-se as competências e habilidades desenvolvidas em realização do ofício, estabelecendo um sistema de reconhecimento dos saberes e validando-os à educação formal, conforme observamos:

As metas do Plano Nacional de Educação estão voltadas para a implantação de uma nova educação profissional no País e para a integração das iniciativas. Têm como objetivo central *generalizar as oportunidades de formação para o trabalho*, de treinamentos, mencionando, de forma especial, o trabalhador rural.

### 7.3 Objetivos e Metas

1. Estabelecer, dentro de dois anos, um sistema integrado de informações, em parceria com agências governamentais e instituições privadas, que oriente a *política educacional para satisfazer as necessidades de formação inicial e continuada da força de trabalho*.
2. Estabelecer a permanente revisão e adequação às exigências de uma política de desenvolvimento nacional e regional, dos cursos básicos, técnicos e superiores da educação profissional, *observadas as ofertas do mercado de trabalho*, em colaboração com empresários e trabalhadores nas próprias escolas e em todos os níveis de governo.
3. Mobilizar, articular e aumentar a capacidade instalada na rede de instituições de educação profissional, de modo a triplicar, a cada cinco anos, a oferta de cursos básicos destinados a atender à população que está sendo excluída do mercado de trabalho, sempre associados à educação básica, sem prejuízo de que sua oferta seja conjugada com ações para elevação da escolaridade.

4. Integrar a oferta de cursos básicos profissionais, sempre que possível, com a oferta de programas que permitam aos alunos que não concluíram o ensino fundamental obter formação equivalente.

5. Mobilizar, articular e ampliar a capacidade instalada na rede de instituições de educação profissional, de modo a triplicar, a cada cinco anos, a oferta de formação de nível técnico aos alunos nelas matriculados ou egressos do ensino médio.

6. Mobilizar, articular e ampliar a capacidade instalada na rede de instituições de educação profissional, de modo a triplicar, a cada cinco anos, a oferta de educação profissional permanente para a população em idade produtiva e que precisa se *readaptar às novas exigências e perspectivas do mercado de trabalho*.

7. Modificar, dentro de um ano, as normas atuais que regulamentam a formação de pessoal docente para essa modalidade de ensino, de forma a aproveitar e valorizar a experiência profissional dos formadores.

8. Estabelecer, com a colaboração entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho, as universidades, os CEFETs, as escolas técnicas de nível superior, os serviços nacionais de aprendizagem e a iniciativa privada, programas de formação de formadores para a educação tecnológica e formação profissional.

9. Transformar, gradativamente, unidades da rede de educação técnica federal em centros públicos de educação profissional e garantir, até o final da década, que pelo menos um desses centros em cada unidade federada possa servir como centro de referência para toda a rede de educação profissional, notadamente em matéria de formação de formadores e desenvolvimento metodológico.

10. Estabelecer parcerias entre os sistemas federal, estaduais e municipais e a iniciativa privada, para ampliar e incentivar a oferta de educação profissional.

11. Incentivar, por meio de recursos públicos e privados, a produção de programas de educação a distância que ampliem as possibilidades de educação profissional permanente para toda a população economicamente ativa.

[...]

14. Estimular permanentemente o uso das estruturas públicas e privadas não só para os cursos regulares, mas também para o treinamento e retreinamento de trabalhadores com vistas a inseri-los no mercado de trabalho com mais condições de competitividade e produtividade, possibilitando a elevação de seu nível educacional, técnico e de renda.

15. Observar as metas estabelecidas nos demais capítulos referentes à educação tecnológica e formação profissional. (BRASIL, 2001).

Dessa forma, o primeiro PNE, elaborado em 1996 com metas para serem executadas de 2001 a 2010, é um documento abrangente. Uma das críticas que se apresenta à proposta é que o plano não prevê objetivos claros e nem punições para aqueles que não cumprissem o determinado. Outro ponto indigesto foi a não ampliação do investimento do Produto Interno Bruto (PIB) direcionado à educação, fixo em 3%, em razão das dificuldades econômicas vigentes no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na atual legislação, PNE 2011 – 2020, na forma da lei n.º 13. 005/2014, foram determinadas apenas vinte metas, um número notoriamente reduzido em relação ao PNE anterior. Os objetivos são mais tangíveis e materializados, resultam melhor acompanhamento do andamento das ações e de seus responsáveis por parte da população e demais interessados. A décima meta consiste em “Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio”. (BRASIL, 2014).

O documento enfatiza, ainda, a importância de garantir o acesso à educação formal e profissional aos jovens e adultos que não tiveram oportunidade de fazê-lo em idade adequada. Ressalta que “[...] mais de 60 milhões de jovens acima dos 18 anos permanecem sem ter concluído a Educação Básica e sem qualificação para o trabalho”. Para dar conta dessa meta, as estratégias devem ser traçadas em total colaboração e cooperação dos sistemas e redes de ensino, em todos os níveis hierárquicos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) com a promoção e o acesso à cultura, à educação à ciência e à tecnologia.

Salientam Afonso e Gonzalez (2016, p. 738) que “Cabe à sociedade permanecer no movimento de questionar, contribuir e participar dos diferentes encontros, conferências e reuniões, como tem sido nos diversos mecanismos de participação, dentre eles as Conferências Nacionais de Educação”.

#### **1.2.4 BNCC e o Ensino Profissional**

Em seu texto introdutório, a Base Nacional Comum Curricular reconhece o novo “educando” como “ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável” (BRASIL, 2017) e que, ao encontro dos ideais de Freire

(2015 [1996]), requer muito mais do que uma educação bancária, afirmações que reverberam o fazer pedagógico do professor consciente.

A BNCC é um documento voluptuoso que abrange o país na orientação dos caminhos pedagógicos (métodos e currículo) da Educação Básica. Embora um documento norteador para as séries obrigatórias, destaca a formação profissional e a interpreta como fundamental para o crescimento e desenvolvimento do sujeito em sociedade. Afirma, ainda, ser um conjunto de normas sobre *o que e como* os alunos devem aprender no percurso da Educação Básica e enfatiza a formação integral do educando, em resposta às novas demandas sociais. Nessa perspectiva, orienta que os olhares da escola sejam voltados para uma aprendizagem baseada nas competências e habilidades, em consonância com a tendência mundial<sup>10</sup>.

O documento parte dos pressupostos pela LDB e altera algumas diretrizes. De maneira mais ampla, a BNCC estabelece conhecimentos, *competências e habilidades* a todos estudantes ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base – termo popular em referência à BNCC, soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a “formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”. (BRASIL, 2017).

Característica de um documento contemporâneo, a BNCC mostra-se pertinente ao prever, na sétima competência específica, que o ensino de Língua Portuguesa deve “prever práticas de linguagem em *ambiente digital*, que *têm modificado as práticas de linguagem* em diferentes campos de atuação social”. Esta competência tem o propósito de desenvolver “[...] práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, *trabalho*, informação e vida pessoal e coletiva”. (BRASIL, 2017, grifo nosso). O currículo do ensino técnico sobre a Língua Portuguesa, seja qual for a nomenclatura dada pela instituição de ensino, deve contemplar as necessidades inerentes às questões comunicativas contemporâneas.

Na atualidade, a EPT preocupa-se em desenvolver atividades e propiciar saberes e experiências ao estudante para seu crescimento intelectual, para que saiba fazer e saiba analisar.

---

<sup>10</sup> Enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol). (BRASIL, 2017).

A escola desloca-se da posição de *transmissão* de conteúdos para propiciar e facilitar saberes necessários no mundo contemporâneo e com vistas às oportunidades laborais futuras. O ensino por competências e habilidades ganha força e é entendido como o mais adequado ao novo cenário social.

Para a BNCC, *competência e habilidade* são definidas como a “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos)” e “práticas, cognitivas e socioemocionais atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”, respectivamente. (BRASIL, 2017).

A LDB recebe, na seção IV sobre o Ensino Médio, artigo 36, como uma das finalidades do último estágio da Educação Básica:

V - formação técnica e profissional. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 6º “A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará: (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

<sup>11</sup>§ 7º A oferta de formações experimentais relacionadas ao § V do caput, em áreas que não constem do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, dependerá, para sua continuidade, do reconhecimento pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, no prazo de três anos, e da inserção no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, no prazo de cinco anos, contados da data de oferta inicial da formação. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017). (BRASIL, 2017).

Essa orientação visa à preparação do estudante (do ensino técnico ou profissional) de maneira global, preocupa-se em dar-lhe ferramentas para um pensamento social, crítico, analítico e responsável. Na contemporaneidade, o aprendiz é encorajado a ser protagonista de

---

<sup>11</sup> Segundo aponta Mariano (2015), o Centro Paula Souza atualmente discute inovações no currículo do Ensino Médio, mais especificamente nos Cursos Integrados ao Ensino Médio, para conseguir atender melhor a grande demanda de alunos que a Instituição recebe anualmente. Essas discussões são conduzidas pela equipe do Grupo de Formulação e Análises Curriculares – GFAC, sob a responsabilidade da Cetec e envolvem professores, coordenadores pedagógicos, especialistas da área educacional e profissionais liberais.

sua vida profissional, inclusive com uma preocupação com as profissões ainda não conhecidas, as que emergirão no contexto das tecnologias em desenvolvimento. As competências com esses objetivos são:

[...]

- explicitar que o trabalho produz e transforma a cultura e modifica a natureza;
- relacionar teoria e prática ou conhecimento teórico e resolução de problemas da realidade social, cultural ou natural;
- revelar os contextos nos quais as diferentes formas de produção e de trabalho ocorrem, sua constante modificação e atualização nas sociedades contemporâneas, em especial no Brasil; e
- explicitar que a preparação para o mundo do trabalho não está diretamente ligada à profissionalização precoce dos jovens – uma vez que eles viverão em um mundo com profissões e ocupações hoje desconhecidas, caracterizado pelo uso intensivo de tecnologias –, mas à abertura de possibilidades de atuação imediata, a médio e a longo prazos e para a solução de novos problemas. (BRASIL, 2017, p. 465).

Certamente os debates em relação à BNCC não esgotaram. Há críticas acerca do currículo pensado fora dos muros da escola, desconsiderando as diferentes regiões e características de cada estado brasileiro. Seu caráter descritivo, lacunas sobre seu financiamento e sobre a formação e capacitação de professores são alvos de duras críticas. Sobre o último tema, Silva (2018) pondera que “A reforma, sem a participação dos professores, é limitada desde o seu início”. Ainda segundo a autora, “O currículo organizado com base em disciplinas isoladas, ordenadas em razão de uma complexidade linear dos saberes, muitas vezes sem significado para os alunos, de fato precisa ser superado. Mas essa superação certamente não há de ocorrer à revelia das escolas”.

À medida que a BNCC enfatiza a Língua Portuguesa e a importância social das tecnologias informacionais, não privilegia as línguas estrangeiras modernas como o inglês e o espanhol, na contramão dos países desenvolvidos.

Porém, cumpre lembrar que o documento aproxima o fazer escolar à realidade socioeconômica atual e, nesse sentido, dá diretrizes para a escola contemporânea que pode, à luz de sua realidade, interpretar o documento. A BNCC inclui propostas formativas, celebra o estudante como protagonista do processo de ensino e aprendizagem, dá visibilidade às novas tecnologias associadas à internet, além de reforçar, no Ensino Médio, a prerrogativa de formação profissional, conceitos necessários para os jovens estudantes do presente.



Sendo assim, o intuito central do fazer pedagógico apresentado na BNCC move-se em direção ao aluno, protagonista da atividade escolar, pela busca de caminhos eficazes para o ensino da Comunicação Profissional, corrobora a compreensão e o uso da Língua Portuguesa para o Trabalho.

As atuais propostas para a Educação Básica são recepcionadas por instituições de ensino, outras além das redes estaduais e municipais vinculadas à Secretaria da Educação, e podem incorporar ao escopo do ensino médio, integração ao ensino profissional, como o faz o CPS<sup>12</sup> com o Ensino Técnico; Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio (ETIM); M-Tec, Ensino Médio com Itinerários Formativos. O último curso mencionado é elaborado à luz da proposta da BNCC e requer maior assistência, pois são propostas pioneiras e necessitam acompanhamento.

### **1.2.5 Outras propostas legais que orientam e regulam a Educação Profissional e Tecnológica**

Percorremos, até aqui, as principais legislações - Constituição de 34, 88, LDB de 96, PNE de 2001 e BNCC de 2017. Elencamos<sup>13</sup> as legislações atinentes ao Ensino Profissional, porém, não caberão, neste estudo, uma pormenorização e uma análise dos documentos por não ser este o propósito central de nossa dissertação, contudo, o levantamento servirá para consulta e estudos futuros.

A partir de 1996, com a promulgação da LDB, as diretrizes para a EPT são cada vez mais pensadas e articuladas, evidenciando, dessa forma, maior preocupação com a modalidade de ensino e sua relevância nos contextos educacional e social brasileiros. Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 43), “[...] a reforma dos sistemas educativos torna-se prioridade, especialmente nos países em desenvolvimento, tendo em vista o atendimento às necessidades e exigências geradas pela reorganização produtiva no âmbito das instituições capitalistas

---

<sup>12</sup> Afirma Demai (2019, p. 22-23), “Na instituição [Centro Paula Souza] o currículo deve ser analisado, planejado, desenvolvido e avaliado em uma perspectiva multicultural e interdisciplinar, evitando-se a fragmentação e a descontextualização de conhecimento, a criação aleatória de componentes curriculares, a avaliação puramente somativa e meritocrática – e, por conseguinte, a exclusão e a ineficácia da Educação Escolar”.

<sup>13</sup> No anexo A, estão listados Leis, Pareceres e Resoluções sobre a Educação Profissional e Tecnológica.

mundiais”. As atuais organizações sociais e políticas imprimem certa qualidade educativa em todos os âmbitos (investimento, currículo, formação de professores). Aos sistemas educacionais são incorporadas estratégias com vistas a essa reorganização. Entre leis federais, decretos, pareceres e resoluções, a escola técnica - profissional encarrilha-se e regulamenta-se.

### **1.3 A ESCOLA TÉCNICA – PROFISSIONAL CONTEMPORÂNEA**

#### **1.3.1 O Sistema S**

No Brasil, algumas instituições destacam-se no nicho da Educação Profissional e Tecnológica. Vimos, no capítulo anterior que em 42 Vargas cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI) e, em 1946, em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), indicando a necessidade de outras vertentes de formação, voltadas para a indústria e o serviço. As instituições criadas assentam-se sob a direção e administração da Confederação Nacional do Comércio.

Em seguida, o Decreto-Lei n.º 4.073 de 30 de janeiro de 1942, estabelece que:

as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino, de segundo grau, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca [...]. (BRASIL, 1942).

A legislação destacada determina que o ensino industrial deve atender aos interesses do trabalhador no que se diz respeito à formação profissional e humana, aos interesses das empresas, segundo suas necessidades e adequação da mão de obra especializada, aos interesses da nação, como *obreiros* da economia do país. Ideias ultranacionalistas defendidas pelo então presidente Getúlio Vargas.

Essas escolas industriais preparavam os estudantes para a realização da operação tal qual era exercida na indústria, um alinhamento preciso entre teoria, prática e execução da atividade no ambiente de trabalho e tinham como objetivo aumentar a eficiência e produtividade

do trabalhador e o aperfeiçoamento de suas técnicas, além de corroborar com a propagação do conhecimento.

Além das escolas pioneiras formadas pelo Sistema S, destacam-se os Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia, presentes em diversos estados brasileiros, atuantes na Educação Básica (séries finais), EPT e Ensino Superior, de maneira *pluricurricular* e *multicampi*. Os Institutos Federais são especializados na oferta da Educação Profissional e Tecnológica e compõem a denominada Rede Federal<sup>14</sup> de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada em 1909.

### 1.3.2 O Centro Paula Souza

Junto às Redes Federais e Estaduais da EPT, cria-se, pelo decreto-lei de 6 de outubro de 1969, na gestão do governador Roberto Costa de Abreu Sodré, o *Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEETEPS)*, que, posteriormente (1970), adotou a sigla de Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEET) e, finalmente, foi rebatizado como Centro Paula Souza (CPS), termo adotado para todas as referências nesta pesquisa.

Antônio Francisco de Paula Souza (1843 – 1917) foi engenheiro e professor. Estudou engenharia na Alemanha e na Suíça. Fundou a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli - USP) e trabalhou diretamente no desenvolvimento da infraestrutura do Brasil, projetando

---

<sup>14</sup> “Integrante do sistema federal de ensino vinculado ao Ministério da Educação, a Rede Federal foi instituída pela reunião de um conjunto de instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais);

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG);

IV - Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e

V - Colégio Pedro II.

Em 2019, a Rede Federal está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos *campi* associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país”. (REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 2019).

obras e estradas de ferro. Na política, atuou como deputado, presidente da câmara estadual e ministro das Relações Exteriores e da Agricultura no mandato do presidente Floriano Peixoto (1891 – 1894). CENTRO PAULA SOUZA (2019). Paula Souza empresta seu nome à instituição e é o patrono da autarquia que atua na Educação Profissional e Tecnológica no estado de São Paulo. Segundo Lima; Santos Filho; Santos Filho (2008, n. p.),

Nos anos 70, afinado com as diretrizes políticas que sopravam da ditadura militar, o governo paulista reestruturou seu sistema de educação superior, acabando com os institutos isolados que existiam até então. A Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934, já se encontrava consolidada e era berço de grandes nomes da política, principalmente, da resistência ao regime. O governador Abreu Sodré decidiu, então, em 1976, fundir os 13 institutos isolados em funcionamento no estado para dar origem à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, a Unesp. O Centro Paula Souza, que não era um instituto e sim uma autarquia educacional, ficou de fora deste processo. Porém, para dar continuidade ao projeto de extinção de estabelecimentos isolados de ensino no estado, na Lei Estadual nº 952, de 31 de janeiro de 1976, que criava a Unesp, o Ceeteps foi vinculado e associado ao novo modelo universitário que surgia. Desta forma, o Ceeteps viria a beneficiar-se da aproximação com uma universidade e, conseqüentemente [sic], da pesquisa pura e aplicada. Os 13 institutos isolados que deram origem à Unesp perderam, na oportunidade, sua personalidade jurídica de autarquia de regime especial, que lhes fora conferida em 1970. Seus bens, direitos e outros valores passaram a integrar o patrimônio da nova Universidade. Com o Ceeteps, no entanto, o processo foi diferente: como não foi integrado à Unesp, mas a esta 86 vinculado e associado, ele não perdeu sua personalidade jurídica. Ao contrário, por ocasião da vinculação, o Ceeteps passou de autarquia comum para autarquia de regime especial e, além de ganhar os privilégios que a nova condição jurídica lhe conferia, manteve seu patrimônio. Eram, portanto, situações distintas: a da incorporação dos institutos isolados como unidades universitárias da Unesp e a da vinculação e associação do Ceeteps, como autarquia.

Em sua criação, a missão da instituição era a de organizar os primeiros cursos superiores de tecnologia no Estado de São Paulo. Observou-se, com a criação do CPS, a demanda do parque industrial de São Paulo que carecia de pessoal tecnicamente qualificado. Para tanto, o CPS deveria gerenciar o Ensino Médio e o Ensino Superior, procurando, dessa forma, novas direções para a pesquisa, a fim de adaptá-la ao preparo tecnológico diversificado. (LIMA; SANTOS FILHO; SANTOS FILHO, 2008).

Para dar continuidade ao projeto de agrupamento dos estabelecimentos isolados de ensino profissional no estado paulista, a Lei Estadual n.º 952, de 31 de janeiro de 1976, que criou a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP) vincula o CPS e o associa ao novo modelo universitário que surgia, Artigo 15 “O Centro Estadual de Educação

Tecnológica Paula Souza, criado por Decreto-lei de 6 de outubro de 1969, fica transformado em autarquia de regime especial, associada à Universidade.” Dessa forma, o CPS foi beneficiado pela aproximação com uma Universidade, o que facilitou o acesso às pesquisas aplicadas e práticas do Ensino Superior.

Pelo Decreto n.º 16.309 de 4 de dezembro de 1980, o governador Paulo Maluf incorporou seis escolas técnicas ao CPS, conforme destacamos:

Artigo 1.º - Ficam integradas, a partir de 1º de janeiro de 1981, no Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza", autarquia especial associada e vinculada à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", as seguintes Escolas Técnicas:

I - Colégio Técnico Industrial "Conselheiro Antônio Prado", sediado em Campinas;

II - Colégio Técnico Industrial de Jundiaí, sediado em Jundiaí;

III - Colégio Técnico Industrial "João Baptista de Lima Figueiredo", sediado em Mococa;

IV - Escola Técnica Industrial "Lauro Gomes", sediada em São Bernardo do Campo;

V - Colégio Técnico Industrial Estadual "Jorge Street", sediado em São Caetano do Sul. (BRASIL, 1980).

Em 1981, o CPS assume a área de formação profissional de nível técnico ao administrar 12 Escolas Técnicas Industriais.

O Governador Luiz Antônio Fleury Filho, com o Decreto 37.735 de 27 de outubro de 1993, soma outras 84 unidades<sup>15</sup> de Escolas Técnicas Estaduais, englobando também a Educação Profissional do estado em nível médio, incorporando a administração de unidades já existentes e construindo novas Escolas Técnicas (ETEC) e Faculdade de Tecnologia (FATEC) e, por fim, submetendo o CPS à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e à Secretaria da Educação, inclusive os cargos (professores e administrativos) ao CPS vinculados. Para tal ato, o governador define:

[...] a emergência de novas categorias profissionais, em virtude de uma *crescente sofisticação tecnológica*, impõe-se a necessidade de formação de mão-de-obra capaz não simplesmente de aplicar, mas, sobretudo, de *compreender, questionar e decidir sobre a realidade tecnológica nacional*;

---

<sup>15</sup> No anexo B, estão informações a que se referem o artigo 1.º do Decreto n.º 37.735, de 27 de outubro de 1993.

Considerando a importância do Ensino Técnico, enquanto nível de ensino cujo papel preponderante deve ser a transmissão de meios para atuar num segmento vital para a *autonomia nacional*, como é o caso da tecnologia, não devendo se restringir a mero reprodutor de um saber destinado apenas a administrar pacotes tecnológicos;

Considerando a necessidade de *articulação do ensino médio com o superior*, visto que a este cabe a tarefa de habilitar para a proficiência técnica nos diversos campos de especialização, de forma a acompanhar a demanda de uma sociedade, onde se observam contínuas evoluções tecnológicas;

Considerando a importância de *reunir em rede única as Escolas Técnicas Estaduais para fins de fixação de uma política de atuação com relação a esse ensino [...]* (BRASIL, 1993, grifos nossos).

O CPS reconhece ser um guardião do ensino técnico - profissional no estado de São Paulo. À instituição foi outorgada a tarefa de administrar, conduzir e criar caminhos pelos quais passa a Educação para o Trabalho. A diversidade dos cursos ofertados e a forma como os currículos foram e são elaborados pelo CPS são evidências de que a formação plural do estudante e as especificidades do mercado de trabalho confluem.

### 1.3.3 Desafios da Educação Profissional e Tecnológica

Quando pensamos em propostas para o desenvolvimento de uma sociedade, a escola é uma das instituições fortemente considerada, mas, a depender das intenções daqueles que estão no poder, o fazer escolar serve como instrumento de alienação e empobrecimento cognitivo. Nessa direção, pela perspectiva social da Educação para o Trabalho, Gramsci (2000 [1960], p. 49) assevera que

[...] não deveríamos multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige.

A crítica que se aplica à EPT (como Ensino Industrial) refere-se aos “antigos” modelos de formação puramente operacional e de mera repetição, cursos que não contemplavam a criticidade, a liderança e que não propiciavam, de fato, ascensão social, tal qual afirma Müller (2000), “[...] o que descortina o lado cruel da formação para o trabalho, um modelo preocupado em satisfazer interesses imediatos que passa a predominar sobre a escola formativa, de modo

não democrático, acabando por se constituir num fator adicional de perpetuação e cristalização das diferenças sociais”.

Por outro lado, e não desconsiderando os objetivos que devem ser alcançados na direção da formação integral dos estudantes, o ensino técnico - profissional “suscita um interesse cada vez maior”, segundo Atchoarena (2002, p.13), especialista em programas no Instituto Internacional para Planejamento Educacional, esse fator se dá pela multiplicidade de parceiros que incrementam a oferta de cursos profissionais e a extensão da população afetada. Hoje, o estudante da escola técnica - profissional busca qualificação para o trabalho e mais, luta contra o desemprego. Evidencia-se, assim, que o público da escola técnica - profissional advém das classes menos favorecidas da sociedade. Ainda de acordo o autor,

[...] mediante a esses programas específicos, o sistema de formação endereça-se igualmente, em inúmeros países, a diversas categorias desfavorecidas da população economicamente ativa: jovens adultos em fase de transição, desempregados há longo tempo, populações atingidas pela exclusão social etc. (ATCHOARENA, 2002, p. 27).

A Educação, no seu sentido mais amplo, é o caminho certo para a construção de uma sociedade justa e possibilita melhores oportunidades no contexto socio-profissional. A formação de qualidade deve ser a bandeira de todos nós que desejamos (e não nos acomodamos) melhores condições de vida e de trabalho para todas as pessoas. Para Freire (1987, p. 60), “Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores deles”.

Pela perspectiva de Ramos (2011, p. 11),

O Brasil conta hoje com importantes políticas direcionadas à educação profissional e tecnológica. Todas elas, em certa medida, contemplam a integração entre a educação profissional e o ensino médio, perspectiva essa que pode ser coerente com a construção teórico-prática de uma educação tecnológica que corresponda à preparação das pessoas dos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais da produção moderna.

Em suma, as recentes legislações reafirmam os propósitos da EPT na sociedade contemporânea, não identificada como um “instrumento de política assistencialista” ou um “ajustamento às demandas do mercado de trabalho”. As instituições educacionais que atuam na seara da Educação para o Trabalho fazem parte de uma “importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade”. (BRASIL, 2012).



## Capítulo 2

### COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL

Comunicar é ser, isto é, buscar a sua identidade e sua autonomia. É também fazer, ou seja, reconhecer a importância do outro, ir ao encontro dele. Comunicar é também agir. Mas é igualmente admitir a importância do outro, portanto, aceitar nossa dependência em relação a ele e a incerteza de ser compreendido por ele (Dominique Wolton, 2006).

Neste capítulo faremos um resgate a respeito da origem da Comunicação, não pela perspectiva do Jornalismo ou da Publicidade e Propaganda, áreas às quais a expressão é comumente associada, mas pelo enfoque dado, inicialmente, pela Administração, que destacou especificidades da linguagem usada pelos colaboradores no contexto profissional. Destacamos, sem a pretensão de análises profundas, teorias linguísticas que apoiam a Comunicação Organizacional e, por fim, a apresentamos no cenário da EPT, como unidade curricular.

#### 2.1 PENSAMENTOS LINGUÍSTICOS E COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL: UMA APROXIMAÇÃO

Antes de falarmos sobre Comunicação Organizacional, é preciso situar que, enquanto objeto de estudos, a Linguística como ciência plural que analisa os aspectos da linguagem e suas manifestações tem, em sua concepção inicial no século XX, alguns estudiosos que se destacaram por suas ideias inovadoras sobre a complexidade da expressão humana.

Um dos precursores da Linguística, Ferdinand Saussure, contribuiu para o destaque das especificidades da estrutura da língua. Em *Curso de Linguística Geral*, publicado por seus alunos no início do século XX, Saussure (2006 [1916]) considerou a língua como um sistema homogêneo. Preocupou-se em diagnosticar e entender as relações do sistema da língua e suas regras nos níveis fonológico, morfológico e sintático (campo da *langue*, língua em francês). Todavia, o linguista não observou as formas do sistema da língua e sua heterogeneidade, isto é, a língua como fundamento de um processo comunicativo (a comunicação processada por meio dos textos), os falantes das línguas como elementos centrais das relações comunicativas e da

significação que os enunciados imprimem de acordo com cada contexto (campo da *parole*, fala em francês) (BATISTA, 2012).

Ainda segundo o autor (2012, p. 15),

A análise da língua, suas unidades e relações, pode ser feita a partir de duas abordagens. Em uma delas, o destaque está na forma linguística, desvinculada do uso real dos processos de expressão e comunicação em meio a trocas sociais. Em outra delas, é a função linguística das unidades em contextos comunicativos que está em destaque, privilegiando uma observação sobre os modos por meio dos quais a estrutura linguística é condicionada pelos diferentes fatores que determinam a interação verbal.

Hoje, à luz de outras teorias linguísticas, percebemos que as ideias de Saussure se somam a outros fatores que constroem e interferem a/na comunicação humana.

Os russos Bakhtin e Volóshinov, no texto *Marxismo e filosofia da linguagem*, publicado pela primeira vez em meados dos anos 1930, pensaram a língua por outro viés, o da filosofia, considerando-a como centro da relação dialógica, o falante. No chamado império dos sentidos, observa-se a forma e a função; a interação verbal e as marcas linguísticas; os fundos social e ideológico da fala; os elementos implícitos e os mecanismos linguísticos que produzem sentidos, e mais, a arbitrariedade, iconicidade e os vários níveis da língua.

Ao resgatarmos as informações acima, estabelecemos a seguinte comparação:

Quadro 1 – Comparação entre duas teorias linguísticas

<b>Império da Forma – Saussure</b>	<b>Império dos Sentidos – Bakhtin/Volóshinov</b>
Sistema da língua, suas relações e regras	Forma e função
Homogeneidade	Inscrição social e ideológica
Análise nos níveis: fonológico, morfológico, sintático	Implícitos e produção de sentidos
Interação verbal escrita	Interação verbal (oral e escrita)

Fonte: BATISTA (2017), adaptado.

Com a soma da estrutura da língua, contexto social no qual a comunicação se estabelece e suas influências e a língua em funcionamento, a Linguística recebeu valiosas contribuições, pois, pelas várias perspectivas, se pode compreender a linguagem humana e seu enredamento.

Para Benveniste (2005, p. 27), linguista francês, “A sociedade não é possível a não ser pela língua; e, pela língua, também o indivíduo”.

Sobre alguns dos campos da Linguística que estudam a linguagem e seu uso, sintetiza Batista<sup>16</sup> (2012, p. 45) que “O processo comunicativo e a interação verbal definem espaços de utilização da linguagem em meio a constantes produções de sentidos, a partir dos interesses de um falante situado em um contexto específico”.

Nessa perspectiva, a pragmática, área que estuda os atos da fala, tem como preocupação a linguagem e seu uso pelos falantes marcado por unidades que “remetem os falantes ao próprio ato de produção linguística.” (ibidem).

Já a contribuição do linguista inglês Austin (1911 – 1960) alcançou o entendimento dos fenômenos linguísticos, associando-os às relações sociais e aos diferentes papéis sociais. Nessa direção, a linguagem ordinária - a linguagem do dia a dia - é que passaria a ser o centro das atenções. Reforça Batista (2012)<sup>17</sup> que o uso da linguagem está imerso em intenções, portanto, falar “não é apenas proferir enunciados, mas expressar e comunicar sentidos por meio dos atos de fala, muitas vezes não muito claros e evidentes naquilo que dizemos”. (ibidem).

Por último, Batista<sup>18</sup> apresenta Grice (1913 – 1988), linguista inglês que introduziu os estudos sobre cooperação nos atos de fala. Em suma, a língua e seu uso indicam complexidades que tornam a linguagem imbuída em efeitos de sentidos. “A tensão entre o significado do código e o significado do falante permite observar a necessidade da perspectiva pragmática do estudo das línguas”. (ibidem).

Embora fuja do nosso propósito aprofundar teoricamente as premissas linguísticas sobre o processo comunicativo, a aproximação desses conceitos ao nosso texto indica a maneira pela qual as empresas pensaram a comunicação e como nós, docentes de Língua Portuguesa, podemos nos preparar e fomentar os saberes hodiernos à Comunicação Organizacional no contexto da Educação para o Trabalho em confluência com as teorias linguísticas sobre a interação comunicativa entre os sujeitos.

Por outra perspectiva, a Administração calibrou olhares à Comunicação nos ambientes corporativos. Concomitante aos novos tempos, a comunicação usada nos ambientes de trabalho pode contribuir tanto para seu fortalecimento e crescimento como para um processo de

---

<sup>16</sup> BATISTA, Ronaldo Oliveira. Introdução à pragmática: a linguagem e seu uso. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012.

<sup>17</sup> Ibid., p. 82-83.

<sup>18</sup> Ibid., p. 104.

falência<sup>19</sup>. A comunicação externa busca a consecução dos objetivos na direção dos parceiros e clientes finais. Já a comunicação interna objetiva o fazer fluir de todos os processos e etapas para que o produto ou serviço chegue a sua fase final.

Se, no desempenho das atividades profissionais, as equipes não se relacionarem bem, os processos falham e toda organização é afetada. Vale ressaltar as ideias de Lee O. Thayer (1976), na voz de Kunsch (2003, p. 69), que coloca a comunicação como vital ao processo interno das funções administrativas.

A dinâmica segundo a qual se coordenam recursos humanos, materiais e financeiros, para atingir objetivos definidos, desenvolve-se por meio da interligação de todos os elementos integrantes de uma organização, que são informados e informam ininterruptamente, para a própria sobrevivência da organização. Assim, o sistema comunicacional é fundamental para o processamento das funções administrativas internas e do relacionamento das organizações com o meio externo. Esse é o primeiro aspecto a ser considerado quando se fala em comunicação nas organizações.

Segundo Dowbor (2006, p.7), “[...] a comunicação não se resume mais no conjunto de instrumentos técnicos que ajudam na conectividade dos seres humanos, ou numa disciplina para especialistas da área [...] O que está mudando não é a comunicação, é a sociedade”.

Sendo a comunicação o grande fio condutor das relações humanas, esta modifica, expõe, propõe, esclarece, enfatiza, instrui e modaliza todas as ações no ambiente de trabalho. A comunicação nos ambientes laborais deve corresponder à cultura organizacional e, de acordo com as especificidades desse perfil, nortear os documentos inerentes à área de atuação, formas de articulação entre os colaboradores, relacionamento entre fornecedores, parceiros e, considerado o mais importante, o cliente final de cada produto ou serviço.

Em uma empresa ou organização com as raízes fincadas no século XX, a comunicação se aproxima ao Império da Forma, isto é, há procedimentos pré-determinados para cada situação, modelos de documentos e suas especificações, fluxograma para envio de mensagens, textos-padrão para as interações verbais internas e externas. Os canais de comunicação são determinados e fixos, assim com a linguagem, sempre formal.

Em outra direção, as empresas e as organizações contemporâneas se orientam em torno de algum bem de consumo ou serviço, propiciam uma divisão racional do trabalho, têm

---

<sup>19</sup> Termo usado por Kunsch (2003) em Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada.

preocupação com produtividade e controle, analisam e monitoram os resultados, observam e fomentam os relacionamentos interpessoais e com as hierarquias formais, oferecem formação contínua aos colaboradores, além de traçarem um plano de carreira aos colaboradores.

Nesse ambiente, a comunicação é multilateral, dinâmica, pensada para cada situação e para cada público-alvo, recebe o frescor das novas formas de comunicação estruturadas pela tecnologia e pela internet, ultrapassa fronteiras e culturas. Estrutura-se de maneira formal, mais próxima à norma culta, mas também dialoga com as formas contemporâneas de comunicação, sem perder o prestígio ou ter a imagem “arranhada” por algum deslize nas regras gramaticais ou qualquer outro traço linguístico considerado inadequado para o contexto social específico.

## **2.2 COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL**

### **2.2.1 Da origem**

Os avanços tecnológicos informacionais fomentaram (e continuam a fomentar) novas formas e relações de trabalho e, conseqüentemente, instauraram novas características e funções para a comunicação entre colaboradores. Nessa perspectiva, estudiosos destacam três grandes *momentos* na história da sociedade moderna e pós-moderna, cenários dessas transformações.

As primeiras alterações no mundo produtivo são evidenciadas após a 1ª Revolução Industrial, compreendida entre os séculos XVIII e XIX. Nessa época, as indústrias foram ferramentadas e substituíram grande parte da mão de obra humana por máquinas objetivando, dessa forma, o aumento da produtividade.

A 2ª Revolução Industrial deu-se no final do século XIX, com o fim da 2ª Guerra Mundial. O período de guerra impulsionou pesquisas nas indústrias químicas, de energia, petróleo e aço, além do aperfeiçoamento dos meios de locomoção, acomodação de alimentos e propiciou a invenção do telefone eletromagnético.

Por último, a 3ª Revolução Industrial, com início em meados dos anos de 1950, aperfeiçoou as técnicas desenvolvidas anteriormente para outras finalidades, nesse período, temos os primeiros passos da robótica, construção dos satélites de telecomunicações, criação dos primeiros computadores, além das indústrias de alta tecnologia, desenvolvimento das áreas da genética, telecomunicações e eletrônica.

Como agente de transformações técnico-científicas, além das Revoluções Industriais (revolução científica e técnica, revolução informacional, revolução informática, era digital, sociedade técnico-informacional, sociedade do conhecimento), apontam Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 69) a *Revolução Tecnológica*, que abriu caminhos para a tecnologia informacional.

Consoante às novas possibilidades tecnológicas, em meados dos anos de 1960, o governo dos Estados Unidos encomendou uma ferramenta de comunicação confiável e inovadora entre computadores, para fins de segurança nacional e, assim, estudiosos em processamento de dados pensaram em meios viáveis para a transmissão de dados de um computador para o outro.

Nessa época, cientistas americanos, juntamente com cientistas da França e do Reino Unido, viabilizaram o uso da internet. Em primeira instância, essa rede de computadores *on-line* era utilizada pelas forças armadas e por Universidades. Nos anos 1980, os computadores e, conseqüentemente, a internet, tornaram-se mais acessíveis, utilizados, em primeiro lugar, por órgãos públicos e empresas e, posteriormente, nos anos 90, usados pela população em geral para múltiplas finalidades. Esse evento se deu com a criação de um aplicativo que reunia os computadores do mundo em uma espécie de *teia*, Word Wide Web (WWW), termo em inglês para Rede de Alcance Mundial. (CASTELLS, 2018).

De lá para cá, a internet se consolidou como o principal veículo de comunicação nas grandes cidades e nas comunidades desenvolvidas. Cada vez mais os meios de informações como jornais, revistas, telejornais, têm suas versões na rede mundial de computadores. Castells (2018, p. 101) afirma que “A universalidade da linguagem digital e a pura lógica das redes do sistema de comunicação geraram as condições tecnológicas para a comunicação horizontal<sup>20</sup>”.

No presente, os telefones fixos e os celulares foram substituídos pelos *smartphones*, vocábulo em inglês que significa “telefone inteligente”, aparelhos que têm acesso à internet e que unem as funções de ligação a um telefone fixo, chamadas telefônicas com o uso da internet, transmissão simultânea de vídeos-chamada, envio de mensagens de texto, arquivos, acesso a todo conteúdo *on-line*, entre outras funções.

Portanto, as Revoluções Industriais, especialmente a Revolução Tecnológica Informacional, impactaram a maneira como as pessoas vivem em sociedade, se comunicam, e,

---

<sup>20</sup> A comunicação horizontal refere-se à comunicação estabelecida entre colaboradores do mesmo nível hierárquico.

consequentemente, modificaram as formas de relações e comunicações nos ambientes de trabalho. A tecnologia informacional possibilitou outras ferramentas de *encontro, relação e interação*, além da interação presencial direta.

Para Souza (2006, p. 21, grifos nossos), “O conceito de comunicação é difícil de delimitar e, por consequência, de definir. De um determinado ponto de vista, *todos os comportamentos e atitudes humanas e mesmo não humanas, intencionais ou não intencionais, podem ser entendidos como comunicação*”. Inerente à ação humana, define Wolton (2006, p. 13, grifo do autor) que “A comunicação é sempre a busca da *relação* e do compartilhamento com o outro”. Nesse sentido, a comunicação é fruto da complexidade da relação *inter* e *intrapessoal*.

Da análise sobre a comunicação humana em diferentes contextos sociais vem a *Comunicação Organizacional*, um termo mais amplo no qual estão imbuídas as múltiplas vertentes da comunicação usada nas organizações para fins específicos, como mural informativo, jornal ou revista da empresa, publicidades externas, propagandas, *endomarketing*, relações públicas etc.

Torquato (2009, p. 11) afirma que a “Comunicação Empresarial”<sup>21</sup> era o termo usado antes dos anos de 1980, ainda com a conotação sistêmica e mecânica. A comunicação nas empresas não era feita ou pensada de modo a representar o coletivo, mas fragmentada em seus departamentos, cada qual com suas metas. Esta alimentava-se pela “construção de modelos integrados de comunicação como definidores da eficiência e eficácia organizacionais”.

Diante dessas mudanças, o termo *Comunicação Empresarial* passou para *Comunicação Organizacional*. Explica o autor, “Tratava-se, afinal, de reconhecer a irrefutável realidade: a comunicação resvalava para outros terrenos e espaços, ampliando o escopo e adicionando novos campos ao território da comunicação empresarial”. (TORQUATO, 2009, p.26).

As terminologias adotadas em referência à comunicação utilizada nas relações de trabalho são variadas. Para Kunsch (2003, p. 149), os termos “‘Comunicação Organizacional’, ‘Comunicação Empresarial’ e ‘Comunicação Corporativa’ são termos usados indistintamente

---

<sup>21</sup> Antes da *Comunicação Empresarial* atrair a atenção da Academia, a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) é fundada em 8 de outubro de 1967 por um grupo de jornalistas, relações-públicas e administradores. Aberje é considerada um “embrião da comunicação organizacional brasileira”. (KUNSCH, 1997, p. 57 apud NASSAR, 2006, p. 30 in KUNSCH, 2006).

no Brasil para designar todo o trabalho de comunicação levado a efeito pelas organizações em geral”.

A autora informa, ainda, que a Comunicação Organizacional “[...] é fruto das sementes lançadas na Revolução Industrial, que, com a conseqüente expansão das empresas a partir do século XIX, proporcionou mudanças radicais nas relações trabalhistas e nos processos de produção e comercialização”. (KUNSCH, 2009a, n. p.).

### **2.2.2 Comunicação Organizacional como objeto de estudo científico**

De acordo com Kusch (2003, p. 50), os estudos preliminares sobre a Comunicação Organizacional surgiram nos Estados Unidos, país que abriga maior número de produção científica e de cursos de Pós-graduação na área.

Na esfera da educação, a Comunicação Organizacional é a disciplina que estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro das organizações no âmbito da sociedade global. Ela analisa o sistema, o funcionamento e o processo de comunicação entre a organização e seus diversos públicos.

Para a autora, a década de 1950 apresenta um momento de “cristalização dos estudos” sobre a comunicação nas organizações. Sobre as investigações realizadas nos Estados Unidos, afirma que,

Com o nome de comunicação industrial ou *business communication* (comunicação de negócios), e com muita ênfase na capacidade de comunicação dos executivos, os estudos estavam eminentemente centrados na comunicação descendente e em seus efeitos no ambiente organizacional, nas redes, nas relações superior-subordinados etc. (KUSCH, 2006, p. 65).

Nos anos 1960, ainda nos Estados Unidos, surgiram os primeiros trabalhos (teses de doutorado) sobre a comunicação industrial, comunicação de negócios e sobre as habilidades comunicativas dos colaboradores. Em 1972, W. Charles Redding submete à revisão os estudos sobre a Comunicação Organizacional, afastando-os de uma visão reducionista e em direção a estudos mais complexos, além de enfatizar as características da comunicação interna, fenômeno até então não evidenciado.



Em reconhecimento ao trabalho desenvolvido, Redding é considerado o *pai* da Comunicação Organizacional. Seus estudos desempenharam papel imperioso para o entendimento da Comunicação Organizacional como importante área do conhecimento e fundamental para as relações em todas as organizações. Seu livro *The Corporate Manager's Guide to Better Communication*<sup>22</sup>, de 1984, é uma das principais contribuições à área.

### 2.2.3 Informação *versus* comunicação

A velocidade com a qual conseguimos contatar uma pessoa nos dias atuais nos dá a impressão de que estamos nos comunicando melhor. Nunca foi tão fácil enviar e receber uma mensagem, ter acesso à informação ou trocar mensagens instantaneamente. Por essa característica, nas palavras de Castells (1999, p. 67), a presente tempo é considerado a “Era da Informação”, posteriormente chamada por ele “Era do Conhecimento”.

Contudo, o fato de vivermos na Era do Conhecimento não significa, necessariamente, que estejamos nos comunicando melhor. Pensadores de nosso tempo diferenciam os termos *informar* e *comunicar* como ações atinentes à relação humana, porém, com especificidades distintas. Para Wolton (2006, p. 18), a informação está intrinsecamente ligada à mensagem (conteúdo), já a comunicação é “um processo mais complexo que a informação, pois se trata de um encontro com um retorno e, portanto, com um risco”. Conclui o filósofo que “transmitir [alguma informação] não é sinônimo de comunicar”.

Importa dizer que, também, devemos considerar os novos modelos de trabalho, especialmente as formas e os lugares de atuação profissional, que, reestruturados para essas novas possibilidades, instauram maneiras diferentes de comunicação. Um colaborador que não depende de um espaço físico, rigidamente estabelecido, usa ferramentas tecnológicas para desempenhar sua função, contatar outros colaboradores e superiores hierárquicos, comunicar-se com equipe e clientes mesmo a quilômetros de distância. Para todas as ações profissionais, a comunicação, viabilizada pela tecnologia informacional do presente, possibilita o fazer laboral contemporâneo.

---

22 O Guia do gerente corporativo para melhor comunicação. Tradução nossa.

Afirmam Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) que essa nova sociedade tem como aspectos marcantes a organização eficaz da produção e o tratamento da informação. Na mesma lógica, Scroferneker (2008, p. 18) chama nossa atenção para “as realidades mutantes, cada vez mais presentes no mundo das organizações e dos sujeitos organizacionais, por sua vez, implicam necessariamente um (re)visitar permanente das concepções de comunicação, organização e sujeito organizacional”.

#### 2.2.4 Características da Comunicação Organizacional

Kunsch (2009b) informa os dez postulados propostos por Redding (1972), como competências e habilidades comunicativas estão presentes nas organizações:

1. Posicionamento da significação (do significado) nos processos interpretativos de recepção, e não no uso de transmissão;
2. Qualquer coisa é uma mensagem em potencial – insere-se o debate sobre a comunicação não-verbal, que à época não tinha sido suficientemente explorada;
3. Administrar a Comunicação Organizacional é saber ouvir, e não refutar as informações;
4. A mensagem recebida é aquela que o receptor recria (percepção seletiva);
5. Importância do *feedback* nas organizações, com distinção entre *feedback* receptivo e *feedback* responsivo;
6. Atentar para o fator custo ou a eficiência das interações comunicativas nas organizações;
7. A redundância da mensagem deve ser equilibrada de acordo com seu custo de eficiência;
8. É preciso ter cuidado com os exageros de comunicação e dosá-la conforme a capacidade de absorção de receptores;
9. Atentar para os efeitos de transmissão em série (mudança de significado devido a distorções e filtros);
10. Considerar o clima organizacional para a comunicação como mais importante que as habilidades e técnicas comunicativas. (TOMPKINS, WANCA-THIBAUT, 2001, p. 18 – 23, apud KUNSCH, 2009b, p. 67).

Nesse sentido, Redding, com a aplicabilidade de seus estudos, colaborou para a recepção da Comunicação Organizacional nos ambientes de trabalho e deu luz às novas perspectivas, focalizando a comunicação interna e o importante papel do receptor da mensagem, antes posto à margem como um receptor passivo. Essas ideias estão em confluência com as ideias

linguísticas da época que apontavam em direção aos falantes e contextos situacionais da língua<sup>23</sup>, não apenas às formas da linguagem. Para Oliveira e Paula (2007, p. 7),

Este modelo segue tendência das teorias da comunicação que avançaram na concepção da interlocução entre emissor e receptor e supera o caráter bipolarizado da comunicação, compreendendo a organização como um entre muitos interlocutores de um processo de interação e construção de sentidos.

### 2.2.5 Níveis e meios da Comunicação Organizacional na Era do Conhecimento

Na década de 1990, época em que a tecnologia informacional ainda desbravava horizontes nas empresas e começava a ser, de alguma forma, popularizada, Gary L. Kreeps (1995)<sup>24</sup> nomeia quatro níveis hierárquicos da comunicação humana, assim como Thayer o fez em 1976<sup>25</sup> e, no Brasil, Torquato, em 1986<sup>26</sup>. Segundo Kreeps, os quatro níveis hierárquicos da comunicação humana são: Comunicação intrapessoal; comunicação interpessoal; comunicação de grupos pequenos e comunicação de multigrupos.

Ainda de acordo com o autor, a *comunicação intrapessoal* é a maneira mais extensa e trivial da comunicação humana. Em nível intrapessoal, pensamos e processamos a informação. A *comunicação interpessoal* se constrói sobre o nível intrapessoal. A *comunicação de grupos pequenos*, por sua vez, se constrói sobre a interação interpessoal, utilizando vários mecanismos para comunicação e somando as dimensões das dinâmicas grupais e relações interpessoais múltiplas para a situação de comunicação. Por sua vez, a *comunicação de multigrupos* existe por meio da combinação dos outros três níveis de comunicação, ao coordenar um grande número de pessoas para cumprir os objetivos complexos compartilhados. (KREEPS, 1995, grifos nossos).

---

<sup>23</sup> São exemplos de estudiosos da linguagem em seu aspecto social, Bakhtin, Volóshinov, Benveniste, Jakobson, Brow & Levinson, Maingueneau.

<sup>24</sup> KREEPS, Gary L. *La comunicación en las organizaciones*. 2. ed. Buenos Aires: Addison-Wesley Iberoamericana, 1995.

<sup>25</sup> THAYER, Lee O. *Comunicação: Fundamentos e sistemas na organização, na administração, nas redes interpessoais*. Tradução Esdras do Nascimento e Sônia Coutinho. São Paulo: Atlas, 1976.

<sup>26</sup> TORQUATO DO REGO, Francisco Gaudêncio. C. *Comunicação Empresarial/ Comunicação Institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estruturas, planejamento e técnicas*. São Paulo: Summus, 1986.

Dessa forma, é importante que as organizações considerem os níveis da Comunicação Organizacional e fiquem atentas às dinâmicas da comunicação para os diferentes contextos, receptores e comunicadores. Toda comunicação necessita *adequação*.

Sob uma perspectiva mais atual, a Comunicação Organizacional, independente da especificidade do local de trabalho, transita por meios formais e informais. Ambos os meios são cruciais e alimentam a arquitetura organizacional. Afirma Kunsch (2006, p. 18) que

O sistema formal de comunicação de toda organização – o conjunto de canais e meios de comunicação estabelecidos de forma consciente e deliberada - é suplementado, no decorrer de pouco tempo, por uma rede informal de comunicações, igualmente importante, que se baseia nas relações sociais intraorganizativas e é uma forma mais rápida de atender a demandas mais urgentes e instáveis.

A comunicação formal advém da arquitetura organizacional oficial e usa diferentes veículos para tramitação da mensagem, como os meios impressos, eletrônicos, visuais, telemáticos<sup>27</sup> etc. Geralmente, essas comunicações recebem influência dos tipos textuais (narrativo, dissertativo, descritivo, injuntivo) e se desvelam em gêneros textuais como: comunicado, ofício, memorando, medidas, portarias, pronunciamentos, discursos, memorandos, entre outros.

Por sua vez, o sistema informal de comunicação é inerente aos impulsos humanos que buscam sintetizar e simplificar as comunicações, contudo, os colaboradores devem estar atentos para que o sentido inicial da mensagem não seja esvaziado nesse processo. A comunicação informal se materializa pelos boatos, rumores, conversas paralelas, entre outros. A internet e as múltiplas formas de comunicação por aplicativos e as plataformas específicas para troca de mensagens disponíveis gratuitamente na rede mundial de computadores, viabilizam o aumento da comunicação informal nas organizações.

Esse último fator (uso massivo de aplicativos para troca de mensagens instantaneamente) tem sido usado como justificativa para o monitoramento, por parte de algumas empresas, das mensagens enviadas pelos colaboradores no período do expediente, o que é uma ação sensível, pois, na atualidade, há uma plasticidade em relação ao tempo de

---

<sup>27</sup> Telemático é um conjunto de tecnologias da informação como a telefonia, satélites, cabos, fibras óticas etc.

trabalho e, muitos contratos preveem assessoria por parte do colaborador 24 horas por dia, obscurecendo o limite entre a atividade social e profissional.

Para manutenção da essência da mensagem formal enviada, cabe à organização estabelecer “lideranças” e “comissões de trabalhadores” a fim de validar ou elucidar as comunicações informalizadas. (KUNSCH, 2006). As políticas organizacionais devem contemplar orientações precisas sobre as atividades laborais e promover capacitações e formação contínua com vistas a desenvolver melhor a consciência comunicativa nos colaboradores.

Observamos que, de acordo com a atual dinâmica tecnológica informacional, os canais da Comunicação Organizacional foram reestruturados pelo fomento da tecnologia e da internet. Se no passado as comunicações eram manuscritas ou datilografadas, reproduzidas e enviadas mecânica ou pessoalmente, hoje, a maior parte das comunicações são elaboradas e compartilhadas com o uso de computadores (programas de edição de arquivos, ferramentas de escrita e edição colaborativa etc.) e usam a internet ou a intranet para o compartilhamento dos documentos e das mensagens.

Nas organizações privadas, a linguagem formal é usada para evidenciar as tomadas de decisões, convocações para reuniões, comunicados de grande impacto. Usam o *e-mail*<sup>28</sup> - como gênero textual e meio de comunicação - em maior medida. Além da linguagem mais formal evidenciada nos documentos impressos e *e-mails*, a linguagem informal escrita também está presente no dia a dia laboral. Com o uso de aplicativos de *instant messenger*<sup>29</sup>, a linguagem oral informal é estabelecida entre colaboradores em encontros presenciais ou não presenciais. Nesse contexto, a chamada telefônica perde espaço para a linguagem informal escrita, veiculada pelos aplicativos.

Para os documentos escritos considerados importantes, geralmente documentos que guardam alguma tomada de decisão, além da divulgação por vários meios propiciados pela internet, a organização orienta que sejam impressos. São exemplos desses documentos as atas

---

<sup>28</sup> Segundo Marcuschi (2010, p. 33), “*e-mail* – correio eletrônico com formas de produção típicas e já padronizadas. Inicialmente um serviço (*electronic mail*), resultou num gênero (surgiu em 1972/3 nos EUA e está hoje entre os [gêneros] mais praticados na escrita)”.

<sup>29</sup> *instant messenger* é o termo em inglês para “Mensagens Instantâneas”. São aplicativos usados para troca de mensagens instantâneas via internet.

de reuniões importantes nas quais as assinaturas dos presentes são autenticadas em cartório, além de contratos, protocolos, memorandos e ofícios. Documentos que, além de impressos, são digitalizados e enviados a dispositivos de armazenamento na internet. Nas instituições públicas, a preferência pelos documentos citados anteriormente é maior que nas organizações privadas.

Os meios de comunicação elencados por Charles Redfield (1980) são, no presente, ressignificados. O autor sinalizou em sua época que

Os meios orais podem ser divididos em diretos e indiretos. Os diretos são: conversa, diálogo, entrevistas, reuniões, palestras, encontros com o presidente face a face; os indiretos: telefone, intercomunicadores automáticos, rádios, alto-falantes etc.

Os meios escritos dizem respeito a todo material informativo impresso, a saber: instruções e ordens, cartas, circulares, quadro de avisos, volantes, panfletos, boletins, manuais, relatórios, jornais e revistas.

Os meios pictográficos são representados por mapas, diagramas, pinturas, fotografias, desenhos, ideografias, entre outros.

Os meios escrito-pictográficos se valem da palavra escrita e da ilustração. São os cartazes, gráficos, diplomas e filmes com legenda.

Os meios simbólicos são insígnias, bandeiras, luzes, flâmulas, sirenes, sinos e outros sinais que se classificam tanto como visuais quanto auditivos.

Os meios audiovisuais são constituídos principalmente por vídeos institucionais, de treinamento e outros, telejornais, televisão corporativa, clipes eletrônicos, documentários, filmes etc. (REDFILED, 1980, apud KUNSCH, 2003, p. 87).

Outros meios de comunicação, procedentes desta observação, são usados na atualidade. Kunsch (2003) aponta, ainda, a intranet, o *e-mail*, os terminais de computadores, os telões, os telefones celulares, ferramentas comunicativas que se unem às elencadas anteriormente.

Nessa perspectiva, acrescentamos: encontros formais e informais com gestores, equipes em geral e com clientes (almoços, jantares, passeios culturais etc.). Nos meios orais indiretos indicamos, também, videoconferência, telefones fixo, em menor medida, e celular, em maior medida, comunicação oral, arquivos pelo *smartphone* e aplicativos de *instant messenger*.

Aos meios escritos, acrescentamos: relatórios, memorandos, comunicados (via *e-mail*), mensagem de condolências, pêsames e felicitações, mensagem de texto enviada de telefone

para telefone para comunicações curtas diversas. Por fim, aos meios audiovisuais, acrescentamos as propagandas elaboradas para veiculação específica nas redes sociais.

Nas organizações contemporâneas, o uso da tecnologia tornou-se parte do cotidiano e constituiu-se em uma estratégia para desenvolvimento e alcance dos objetivos. Grande parte dos profissionais aprenderam como manejar as ferramentas tecnológicas, como o computador e o *smartphone*, ou cresceram nesse atual contexto e, às tecnologias informacionais, não têm aversão.

Castells (2018) sintetiza bem a complexidade oriunda da tecnologia informacional na Era do Conhecimento. Para o autor (2018, p. 11), “A sensação de desorientação é exacerbada por mudanças radicais no âmbito da comunicação, derivadas da revolução tecnológica nesse campo”.

Nos ambientes profissionais atuam colaboradores de diversas faixas etárias. Essa convivência, muitas vezes, é, pela idade, afetada. Castells (2018, p. 11) anuncia que “A construção de uma nova cultura baseada na comunicação multimodal e no processamento digital de informações cria um hiato geracional entre aqueles que nasceram antes da Era da Internet (1969) e aqueles que cresceram em um mundo digital”.

É fato que as chamadas Gerações Y (1980 a 2000) e Z (1990 a 2009)<sup>30</sup> não apresentam resistência às tecnologias fomentadas pela internet. Contudo, ao jovem é preciso ensinar como desenvolver a capacidade crítica de análise das informações apresentadas, competência na resolução de problemas, desenvolvimento de foco e concentração, entre outras características importantes para as relações de trabalho e constituição de uma carreira profissional.

Pela perspectiva social, Bauman (2013, p. 17) analisa que a tecnologia informacional, especialmente a consolidação da internet é “[...] uma das mais notáveis modificações no ambiente da Educação, e potencialmente também em suas *metodologias* – e, com efeito, no próprio significado do conhecimento e na forma de sua produção, distribuição, aquisição, assimilação e utilização”.

Portanto, a nova realidade que celebra a Era do Conhecimento traz aspectos importantes para serem pensados pelas instâncias que regulam os vários níveis da Educação no país, especialmente as Universidades que, com a criação de currículos revisitados nos cursos de licenciatura, contribuem para melhor formação dos futuros professores. Aos docentes que já

---

<sup>30</sup> Inclusive as gerações do porvir.

atuam profissionalmente e se deparam com um contexto de trabalho totalmente diferente em relação à sua formação inicial (também diferente das experiências que vivenciaram enquanto alunos), cabe a formação contínua que visa, exatamente, a atualização profissional.

### 2.2.6 Sobre as barreiras da Comunicação Organizacional

No cenário laboral, aponta Kunsch (2003) que os ruídos são as *Barreiras na Comunicação*<sup>31</sup>, problemas que interferem, negativamente, no processo comunicativo. A autora indica a existência de barreiras:

- físicas (ou mecânicas), a comunicação é interrompida pela inadequação ou defeitos nos aparelhos físicos;
- fisiológicas, a comunicação não é estabelecida por deficiências físicas e falta de preparo (conhecimento) que substitua a língua oral;
- semânticas, dizem respeito ao uso inadequado da linguagem;
- psicológicas, atos preconceituosos e estereotipados que interrompem ou prejudicam o processo comunicativo.

Assim como na sociedade, o processo comunicativo organizacional é instaurado entre as pessoas<sup>32</sup>. Obter a informação sobre um determinado processo ou produto não é suficiente para que se estabeleça uma comunicação efetiva, nesse sentido, o falante é o principal agente que faz fluir, corromper ou bloquear uma comunicação. Kunsch (2003) salienta, ainda, quatro *Barreiras na Comunicação Organizacional*, de um conjunto maior<sup>33</sup>: as barreiras pessoais, administrativas/ burocráticas, sobrecarga de informações e informações parciais.

---

<sup>31</sup> Não negligenciamos o fato de estes temas – as barreiras na comunicação humana - serem muito bem trabalhados pela Linguística quando estuda as variações da fala, ambiguidade e ambivalência, coesão e coerência, questões de textualidade etc. Contudo, no contexto desta pesquisa optamos por investigar os temas não trabalhados na licenciatura em Letras, que é a perspectiva da Administração sobre a comunicação apresentada neste capítulo 2.

<sup>33</sup> Barreiras à comunicação e criatividade organizacional: um estudo de caso em hotéis brasileiros e cubanos de Felipe Chibás Ortiz – Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina – Prolam da Universidade de São Paulo.



As *barreiras pessoais* dizem respeito ao relacionamento entre os colaboradores. A personalidade de cada indivíduo interfere na forma como se comunica. A formação profissional que indica práticas colaborativas e cordiais nas organizações (comportamentos adequados aos ambientes de trabalho) e a formação contínua, que visa à melhoria no relacionamento interpessoal, são aspectos fundamentais para boa comunicação entre os membros de cada equipe de trabalho, assim como para com o público externo.

As *barreiras administrativas/burocráticas* são formadas pelas organizações no trato e processamento das informações. Thayer (1976) indica quatro condições impeditivas ao processo comunicativo administrativo: a distância física, a especialização das funções-tarefa, as relações de poder, autoridade, *status* e a posse de informações. Salvaguardadas as especificidades de seu tempo e revisitando suas proposições para as características organizacionais e tecnológicas do presente, podemos citar que hoje, na maioria dos casos, a distância física deixou de ser uma barreira.

O que nos leva à afirmação anterior é o fato de, com a globalização, as barreiras físicas ou fronteiriças foram, em grande medida<sup>34</sup>, flexibilizadas. As grandes empresas têm suas filiais em todas as partes do mundo, e a comunicação se dá pelas ferramentas atuais que usam a internet como principal condutor dessas mensagens, inclusive por vídeo-chamadas ou teleconferência que propiciam o contato simultâneo entre pessoas de diversas cidades, estados ou países.

Contudo, para que a distância geográfica não seja uma barreira, uma língua deve ser comum a todos. Não importa a nacionalidade de cada profissional, todos se comunicam e interagem usando um idioma específico. Não ter o conhecimento do idioma usado no mundo do trabalho, hoje, é, ao nosso ver, uma barreira comunicativa organizacional.

A *sobrecarga de informações* diz respeito ao volume impressionante de informações que as organizações detêm. Esses dados obtidos e armazenados em decorrência das relações entre as organizações, parceiros, colaboradores e clientes, não têm finalidade específica, mas, de alguma forma, devem ser administrados.

---

<sup>34</sup> Não negligenciamos o fato que a globalização rompeu as fronteiras nacionais, especialmente de países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento ou abaixo da linha da pobreza ainda amargam o abandono por parte das grandes nações, a precarização da educação e o isolamento tecnológico informacional, entre outros.

A manutenção e transmissão de dados satura o receptor, na qualidade de um profissional. Ao contrário do que se pensa quando se compartilha um volume grande de informações, os colaboradores não têm capacidade de digerir todas as mensagens e compreendê-las bem. Filtrar as informações e destiná-las a quem realmente importa, são práticas que ajudam no *fluir* do processo comunicativo propositivo.

As *informações completas ou parciais* são aquelas informações que não receberam o tratamento devido para a sua finalidade específica. Informações transmitidas sem detalhes importantes fazem com que o receptor interrompa o processo de leitura para buscar mais informações a respeito de algo. Esse fator também é indicado por Thayer (1976) como uma barreira comunicativa administrativa e acrescenta

- A audição seletiva, que diz respeito ao bloqueio de informações que contrariam as percepções preconcebidas e aquelas que se acreditam como verdadeiras;
- Juízo de valor, uma análise estabelecida pelo receptor baseada nas experiências que teve (ou não) com o comunicador;
- Credibilidade da fonte: a maneira com a qual o comunicador reage quando acredita na veracidade da informação afeta sua formulação enunciativa e contribui para que o receptor acredite ou não na mensagem transmitida;
- Problemas semânticos, os que dizem respeito ao significado empregado pelo receptor, de acordo com suas experiências pessoais;
- Filtragem, que significa manipulação das mensagens consideradas desfavoráveis;
- Linguagem intergrupala: a linguagem criada entre os pares da mesma equipe que se transforma em códigos que apenas os membros daquela mesma equipe são capazes de compreendê-la;
- Diferença de *status*: quando a comunicação é afetada pela relação hierárquica;
- Pressões de tempo e sobrecarga nas comunicações, referindo-se às tomadas de decisões e velocidade com as quais as comunicações resultam em ações concretas, o limite entre o tempo e a ação é cada vez mais curto.

Os postulados se aproximam às barreiras comunicativas organizacionais já citadas e acrescentam outros pontos de vista, estes à luz do presente cenário laboral. Ao serem consideradas, temos, na qualidade de professores de Língua Portuguesa, noções mais claras

sobre as dificuldades comunicativas encontradas em uma organização e podemos, conscientemente, direcionarmos as práticas pedagógicas para a *não reprodução* das ações e comportamentos citados anteriormente.

### **2.3 AS RELAÇÕES COMUNICATIVAS CONTEMPORÂNEAS: UM GRANDE DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E PARA AS ORGANIZAÇÕES**

Segundo Torquato (2009, p. 27), as organizações do presente defrontam-se com grandes revoluções, cujas consequências determinam o modelo de comunicação contemporâneo: a revolução da informação e a revolução no sistema de vendas e distribuição. Como mencionado na seção anterior, a globalização e a tecnologia são os protagonistas da reestruturação das atividades laborais, conseqüentemente, a Comunicação Organizacional acompanha essa “nova” demanda corporativa.

Nos domínios da linguística, Marcuschi (2010) chama a atenção para as mudanças que ocorrem nas formas textuais com a consolidação da internet e dos gêneros usados para comunicação que com a rede mundial surgiram (e surgirão).

Seguramente, os novos meios eletrônicos não estão atingindo a estrutura da língua, daí que sua interface com a linguística não se dá precisamente no que toca aos aspectos nucleares do sistema, como a fonologia, morfologia e a sintaxe. Mas estão atingindo o aspecto nuclear do uso pela manifestação mais importante que é o texto. São novas formas de textualização que surgem e devem ser analisadas com cuidado, em especial quanto aos processos de condução tópica, produção de sentido e relações interpessoais. (MARCUSCHI, 2010, p. 79).

Para fins laborais, os colaboradores comunicam-se de maneira mais formal por meios eletrônicos, como o *e-mail*, documentos *on-line*, arquivos armazenados em nuvens, e como meios de comunicação menos formais, troca de mensagens instantaneamente, utilizando aplicativos ou plataformas específicas. As comunicações estão concentradas, em grande parte,

em meios eletrônicos e usam a linguagem verbal, ou seja, textos. Essa facilidade em produzir mensagens escritas em substituição às conversas pessoais ou via telefone, tornou o *e-mail*, como gênero textual e como meio de comunicação, um grande usurpador de tempo. Afirma Cardoso (2009, p. 356 in KUNSCH, 2009b) que,

Para muitos funcionários, o e-mail se tornou um dos maiores consumidores de recursos nas organizações. [...] Ao menos potencialmente, trata-se de percepção que pode se tornar cada vez mais recorrente devido à intensificação e ampliação do uso do correio eletrônico e de meios similares (chats, msn etc.) no ambiente de trabalho.

Por outro viés, Castells (2006) elenca algumas características dos atuais modelos de organização, relacionamento e comunicação. Pautamos, no quadro a seguir, como a identidade organizacional contemporânea se caracteriza, segundo o autor.

Quadro 2 – Características da Comunicação Organizacional contemporânea

Crise da empresa de grande porte e concentração de pequenos negócios;
Novos métodos de gestão – cooperação entre trabalhadores e gerentes, trabalho multifuncional, controle de qualidade e redução de incertezas;
Rede de interfirmas entre pequenos negócios;
Formação de alianças empresariais;
Surgimento de empresas horizontalizadas e das redes globalizadas de negócios;
Crise do modelo de corporação verticalizada e o surgimento das redes de negócios;
Passagem para empresas multinacionais, corporações transnacionais e redes internacionais;
Ascensão do espírito do informacionalismo.

Fonte: Castells (2006), adaptado.

As multiculturas das organizações na atualidade representam a liquidez socioeconômica trazida pela globalização. Se temos uma certeza em relação ao mundo do trabalho, é que vivemos tempos diferentes.

Com tantas possibilidades trazidas e viabilizadas pela tecnologia e pela internet, a Comunicação Organizacional é mais que o veículo ou o código que leva as mensagens e as informações. Assim sendo, as escolas técnicas - profissionais, responsáveis pela formação

profissional de jovens e adultos, têm (ou deveriam ter), em seu currículo, uma disciplina que trabalha com a Comunicação Organizacional.

A *Comunicação Profissional, como unidade curricular da EPT*, advém das especificidades postuladas pela Comunicação Organizacional. À Comunicação Profissional indicam-se as competências e as habilidades desenvolvidas e usadas pelos colaboradores em todos os níveis hierárquicos e para todo relacionamento pessoal em atenção às especificidades, funções e metas da organização. Tem, por isso, a linguagem oral ou escrita como principal forma de comunicação e usa os mais diferentes meios para criar e veicular as mensagens elaboradas, além de estabelecer as relações profissionais entre colaboradores da mesma empresa ou relações profissionais entre colaboradores de outras empresas.

### **2.3.1 Aspirações para Comunicação Profissional no contexto da Educação para o Trabalho: análises curriculares**

Enquanto a Comunicação Organizacional diz respeito à linguagem usada pelo colaborador no exercício de suas funções, a Comunicação Profissional volta-se ao estudante da EPT, futuro ou atual profissional em formação. Em confluência com os propósitos de uma linguagem adequada ao contexto laboral, a Comunicação Profissional tem caráter de uma linguagem formal (ou menos formal, de acordo com o perfil da empresa), polida, cordial, além de verídica, persuasiva, concisa, imperativa, didática e informativa.

Cumprе aclarar que, em relação aos termos terminológicos, a abordagem recebe algumas nomenclaturas, além da Comunicação Profissional. Afirmam Lacerda, Souza e Silva (2014, p. 2) que

A denominação de português instrumental adotada inicialmente tem contribuído para gerar confusão terminológica com a expressão português para fins específicos, que vem sendo mais usada atualmente. Lacerda (2010) observa que o português para fins específicos está relacionado às profissões ou carreiras dos alunos ou a grupos de profissionais que têm necessidade de fazer uso da língua em diferentes situações de comunicação, possibilitando-lhes um desempenho satisfatório na leitura e na escrita. Já o português instrumental envolve questões básicas sobre a língua e de natureza mais geral, comum a todos os cursos. Além disso, quando se trata do português instrumental, a língua portuguesa é estudada dentro de uma visão reducionista mais voltada para uma concepção instrumentalista.

O ensino do Português para brasileiros dentro de uma formação específica inspira-se no ensino instrumental da língua, que não se limita a um conjunto de regras mecanicistas, e no ensino da língua para fins específicos. Com vistas a particularidades do contexto socio-profissional, cabe, ao docente de Língua Portuguesa, no ambiente de formação técnica - profissional, oportunizar contato com os conteúdos e facilitar práticas que desenvolvam as habilidades comunicativas necessárias.

Geralmente direcionado a profissionais já inseridos nos ambientes corporativos, o ensino da Língua Portuguesa para fins específicos<sup>35</sup> enquadra-se no campo da Linguística Aplicada. Nesse sentido, Lima (2001, p. 104) ressalta sua importância para a carreira profissional. Segundo o autor, “quem não consegue articular pensamentos com clareza e correção tem um grande entrave à ascensão na carreira”. Nessa abordagem, os professores conhecem as necessidades comunicativas cotidianas dos cursistas e, com atividades específicas, buscam sanar as lacunas em relação à Língua Portuguesa.

Para Cintra (2009, p. 53), a abordagem instrumental objetiva

[...] chegar a determinados fins práticos, razão pela qual se impõe uma prática centrada no aprendiz e um conjunto de atividades capazes de trabalhar habilidades cognitivas e metacognitivas, dado que se parte do que o aluno já sabe para ajudá-lo a construir novos conhecimentos, ou a buscar internalizar conhecimentos ainda periféricos.

No SENAI, por exemplo, a Comunicação Profissional é intitulada *Comunicação Oral e Escrita*. Importa destacar que os cursos técnicos oferecidos pelo SENAI são cursos voltados para a formação técnica industrial ou de manufatura<sup>36</sup> e áreas correlatas ao setor produtivo. Os

---

<sup>35</sup> Cintra e Passarelli (2008), Marquesi (2007), Lacerda (2010) e Torres (2005) são indicações de leituras sobre o ensino da língua portuguesa para fins específicos cujas obras encontram-se nas referências desta dissertação.

<sup>36</sup> Até abril de 2019, os cursos técnicos presenciais oferecidos pelo SENAI são: Técnico de alimentos, Técnico de Automação Industrial, Técnico de Mecatrônica, Técnico de Manutenção Automotiva, Técnico de Edificações, Técnico de Calçados, Técnico de Design de Calçados, Técnico de Eletroeletrônica, Técnico em Eletrônica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Sistemas de Energia Renovável, Técnico de Qualidade, Técnico de Comunicação Visual, Técnico de Impressão de OFFSET, Técnico de Impressão Rotográfica e Flexográfica, Técnico de Processos Gráficos, Técnico de Portos, Técnico de Logística, Técnico de Eletromecânica, Técnico de Fabricação, Mecânica, Técnico de Manutenção de Máquinas Industriais, Técnico de Manutenção de Sistemas Metroferroviários, Técnico em Mecânica, Técnico de Mecânica de Precisão, Técnico de Metalurgia, Técnico de Soldagem, Técnico de Cerâmica, Técnico de Petroquímica, Técnico de Plásticos, Técnico de Análises Químicas, Técnico

42 cursos técnicos de nível médio na modalidade presencial estão abrigados por áreas tecnológicas<sup>37</sup>, todos os cursos têm, em suas matrizes curriculares, a disciplina *Comunicação oral e escrita*, o que possibilita aos estudantes contato com a Língua Portuguesa usada nas relações de trabalho.

A disciplina Comunicação Oral e Escrita apresenta pequenas variações de um curso para outro. Chamou-nos a atenção o fato de não ter uma disciplina específica para uma língua estrangeira moderna, como o inglês. No curso “Técnico em Plástico”, por exemplo, o professor de Língua Portuguesa deverá trabalhar nas aulas de Comunicação Oral e Escrita “Técnicas de inteligência de textos em inglês”. Para dar conta desse conteúdo, a formação do professor que leciona a disciplina, obrigatoriamente, deverá ser uma licenciatura com habilitação em Português/ Inglês.

Quadro 3 - Comunicação Oral e escrita – SENAI

Técnico em Eletromecânica	Técnico de Informática	Técnico de Qualidade	Técnico de Plásticos
Comunicação: elementos, processo e tipos; Técnica de Intelicção de Texto: análises textual e temática; Parágrafo: estrutura interna e unidade interna; Descrição: de objeto, de processo e de ambiente; Dissertação; Relatório: estrutura e tipos; Estruturas-padrão de redação técnica;	Comunicação; Níveis de fala; Níveis de Correção Textual; Parágrafos; Expressão Oral; Tipologia Textual; Textos empresariais.	Comunicação Técnica de intelicção de texto Técnicas de elaboração de textos Editor de texto Editor de apresentação Técnicas de apresentação Rede mundial de computadores Pesquisa	Comunicação; Técnica de Intelicção de Texto; Parágrafo; Descrição; Dissertação; Relatório Técnico; Documentação Técnica; Técnicas de apresentação; Técnicas de intelicção de textos em inglês; Pesquisa;

de Química, Técnico de refrigeração e Climatização, Técnico de Equipamentos Biomédicos, Técnico de segurança do Trabalho, Técnico de Desenvolvimento de Sistemas, Técnico de Informática, Técnico de Redes de Computadores, Técnico de Vestuário, Técnico Têxtil. (SENAI, 2019).

<sup>37</sup> As Áreas Tecnológicas propostas para os cursos técnicos do SENAI são: a saber: Alimentos e Bebidas, Automação e Instrumentação, Automação Mecatrônica, Automotiva Mecânica, Construção Civil, Couros Calçados, Eletrotécnica e Eletricidade, Eletroeletrônica e Eletrônica, Energia, Gestão - Qualidade, Gráficas e Editorial, Logística e Distribuição, Logística e Produção, Metalmeccânica e Mecânica, Metalmeccânica e Metalurgia, Minerais Não-metálicos – Cerâmica, Petróleo Gás, Plásticos, Química, Refrigeração e Climatização – Refrigeração, Saúde e Segurança no Trabalho. (SENAI, 2019).

Fundamentos da computação; Editor de Texto; Internet. Computadores.			Editor de Texto; Editor de apresentação gráfica; Rede Mundial de Computadores.
---	--	--	--

Fonte: Próprio autor, 2019.

A exemplo da proposta curricular dos quatro cursos citados anteriormente (Eletromecânica, Informática, Qualidade e Plásticos), nota-se que a instituição une o desenvolvimento de habilidades com a Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Aplicativos Informatizados em uma única unidade curricular. As bases da unidade curricular Comunicação Oral e Escrita voltam-se para a estrutura dos textos escritos, com ênfase ao texto descritivo, muito usado nos relatórios.

No SENAC, os cursos técnicos são compostos por unidades curriculares que levam nomes descritivos, indicando a principal habilidade desenvolvida. O SENAC aponta “indicadores” que são as funções desempenhadas pelos profissionais no exercício da função. Assinalam, ainda, os “Elementos de Competência” que são os conhecimentos, as habilidades e atitudes e valores específicos da profissão estudada.

No curso Técnico em Recursos Humanos oferecido pela instituição, não há, na matriz curricular disponibilizada na internet<sup>38</sup>, a indicação de uma unidade curricular destinada especificamente à Comunicação Profissional. Contudo, os temas atinentes à linguagem laboral são pulverizados no decorrer do curso, sejam como indicadores ou elementos de competência (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores).

#### Quadro 4 – Comunicação Profissional no curso Técnico em Recursos Humanos - SENAC

Unidade Curricular 1: Organizar e executar atividades administrativas nos processos de Recursos Humanos da organização.
Conhecimentos: Atendimento ao cliente e relacionamento interpessoal: conceito e tipos de atendimento, tipos de clientes, técnicas de atendimento e abordagem ao cliente, comunicação oral, gestão de conflitos e técnicas de negociação.

<sup>38</sup> Plano de Curso do curso técnico de nível médio em Recursos Humanos oferecido pelo SENAC na modalidade presencial. Disponível em <<https://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=DYNAMIC,oracle.br.dataservers.CourseDataServer,selectCourse&course=25307&template=380.dwt&unit=NONE>>. Acesso em 03 out. 2019.



Habilidades: Comunicar-se de forma oral e escrita com clareza e objetividade com clientes internos e externos. Utilizar recursos de tecnologia da informação e comunicação nas atividades realizadas.
Unidade Curricular 2: Acompanhar e executar atividades nos processos de recrutamento, seleção e ambientação.
Indicadores: Elabora proposta de edital de vaga e divulga nos canais de comunicação, conforme requisitos e critérios preestabelecidos pelo setor de Recursos Humanos.
Conhecimentos: Recrutamento de pessoal: conceitos, etapas e tipos de recrutamento (interno, externo e misto), formas de anúncio e divulgação, canais de comunicação, fontes de pesquisa. Atendimento ao cliente e relacionamento interpessoal: conceito e tipos de atendimento, tipos de clientes, técnicas de atendimento e abordagem ao cliente, comunicação oral, gestão de conflitos e técnicas de negociação.
Habilidades: Comunicar-se de forma oral e escrita, com clareza e objetividade, com clientes internos e externos. Utilizar recursos de tecnologia da informação e comunicação nas atividades realizadas.
Unidade Curricular 3: Representar o empregador em situações referentes a relações de trabalho.
Habilidades: Comunicar-se de forma oral e escrita, com clareza e objetividade, com clientes internos e externos.
Unidade Curricular 4: Apoiar e executar ações referentes a rotinas de admissão e demissão de colaboradores.
Habilidades: Comunicar-se de forma oral e escrita com clareza e assertividade.
Unidade Curricular 6: Auxiliar na elaboração da folha de pagamento. Carga horária: 72 horas
Habilidades: Comunicar-se de forma oral e escrita com clareza e assertividade.
Unidade Curricular 7: Realizar atividades no processo de elaboração, implantação e manutenção da política salarial e do plano de cargos e salários da organização. Carga horária: 84 horas
Habilidades: Comunicar-se de forma oral e escrita, com clareza e objetividade, com clientes internos e externos.
Unidade Curricular 8: Acompanhar e executar atividades nos processos de treinamento e desenvolvimento. Carga horária: 96 horas
Indicadores: Divulga as ações de treinamento e desenvolvimento utilizando canais de comunicação interna da organização, conforme requisitos da ação planejada e dos procedimentos da organização.
Conhecimentos: Comunicação interna: planejamento de comunicação, tipos de linguagem e formas de abordagem.
Habilidades: Comunicar-se de forma oral e escrita, com clareza e assertividade, com clientes internos e externos. Utilizar recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação nas atividades realizadas.
Unidade Curricular 10: Auxiliar na organização e realização de ações relacionadas ao ambiente organizacional. Carga horária: 108 horas
Habilidades: Comunicar-se de forma oral e escrita, com clareza e assertividade, com clientes internos e externos. Utilizar recursos de tecnologia da informação e comunicação nas atividades realizadas.

Fonte: SENAC, 2019. Adaptado.

Ao não especificar a Comunicação Profissional em uma unidade curricular, a instituição indica que os temas relativos à Língua Portuguesa serão ministrados concomitantemente aos temas específicos da profissão de Recursos Humanos.

A orientação curricular é abrangente e multidirecional, o que é positivo, pois a comunicação permeia toda relação dialógica do colaborador. Contudo, se faltar conhecimentos ao docente que ministra as unidades curriculares da formação técnica – profissional, esses temas não serão trabalhados adequadamente, pois, sem acesso às teorias linguísticas revisitadas, corre-se o risco de reduzir a Comunicação Profissional a normas estanques.

Nos cursos técnicos de nível médio concomitantes ou subsequentes do CPS, a Língua Portuguesa para o Trabalho - Comunicação Profissional no ETIM e Linguagem, Trabalho e Tecnologia (LTT) nos cursos técnicos concomitantes ou subsequentes - nem sempre esteve presente com esta nomenclatura e com os mesmos conteúdos.

Com um caráter ilustrativo, elencamos os nomes dados à unidade curricular que trabalha a Comunicação Profissional nos cursos oferecidos pelo CPS a partir de 1978. As mudanças nominais do componente indicam que, de tempos em tempos, não apenas os nomes são alterados, mas há uma revisão dos planos de cursos que, dessa forma, recebem a devida atualização.

Quadro 5 – Percurso representativo da Comunicação Profissional como componente curricular no Centro Paula Souza

Ano	Curso	Comunicação Profissional
<b>1978</b>	Técnico em Enfermagem	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira
<b>1985</b>	Técnico em Nutrição e Dietética	Língua Portuguesa, Literatura Brasileira
<b>1997</b>	Técnico em Processamento de Dados	Língua Portuguesa e Literatura
<b>2001</b>	Curso Técnico em Eletrônica	Produção de Textos
<b>2019</b>	Todos os cursos técnicos de nível médio	Linguagem, Trabalho e Tecnologia
<b>2019</b>	Todos os cursos técnicos integrados ao médio	Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional

Fonte: Próprio autor, 2019.

Em entrevista<sup>39</sup>, Fernanda Demai, atual responsável pelo Grupo de Formulações Curriculares do CPS, afirma que o trabalho na elaboração de currículos é um trabalho de gestão (pedagógica e de equipes) voltado para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir dos perfis profissionais, das demandas do mundo do trabalho e também das regras da EPT. E os desafios para este intento são a concatenação do mundo do trabalho, os professores, expectativas da escola, encontrando, nesses atores, equilíbrio entre o ensino e a formação profissional.

Para LTT, unidade curricular específica, encontram-se as seguintes indicações: “a leitura crítica de textos e a sua construção mais próxima à norma culta, o estudo de documentos oficiais, adequação da linguagem”, temas a serem trabalhados em sala de aula pelo professor licenciado em Letras. Um dos grandes desafios está no fazer pedagógico nas aulas de Língua Portuguesa com um grupo heterogêneo, não apenas em idade e saberes, mas também em experiências profissionais. Para transpor estas e outras dificuldades, as propostas em sala de aula devem ser guiadas pelas indagações: *O quê e como ensinar a Língua Portuguesa voltada para as comunicações corporativas*.

As Bases Tecnológicas, os “conteúdos”, indicam, separadamente, para fins metodológicos, desde estudos morfológicos e sintáticos, conceitos de coesão e coerência, modelos de documentação técnica aplicados à área do curso, níveis de formalidade adequados à situação comunicativa, glossário específico da área do curso, normas para a redação do trabalho científico à luz das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), formatação de textos, técnicas de apresentação oral execução de apresentações audiovisuais, leitura técnica até a apresentação à criação de texto argumentativo.

Pela perspectiva instrumental ou específica do ensino do Português (CINTRA, PASSARELLI, 2008), é importante destacar que, “O conteúdo é alvo: ele representa os comportamentos, procedimentos, conceitos que se visa desenvolver no aluno. Não deve ser entendido, parece-me, como princípio organizador das atividades curriculares”. (KLEIMAN, 2007, p. 5).

As competências descritas nos Planos de Curso apresentam alterações terminológicas da área de atuação que envolvem as ações de: ler, interpretar, desenvolver e pesquisar. Esses

---

39 Entrevista concedida a esta pesquisadora em 21 de novembro de 2019 na sede do Centro Paula Souza em São Paulo. Av.: Dos Andradas Rua dos Andradas, 140 - Santa Ifigênia.

pilares são as indicações do que o usuário da língua deve desenvolver com vistas ao exercício da profissão.

Quadro 6 – Competências descritas em Linguagem, Trabalho e Tecnologia no curso Técnico em Recursos Humanos

1 - Analisar textos técnicos, administrativos e comerciais da área do curso por meio de indicadores linguísticos e de indicadores extralinguísticos;
2- Desenvolver textos técnicos, comerciais e administrativos aplicados à área do curso, de acordo com normas e convenções específicas;
3- Pesquisar e analisar informações da área do curso, em diversas fontes, convencionais e eletrônicas;
4. Interpretar a terminologia técnico-científica da área profissional.

Fonte: Plano de curso, Técnico em Recursos Humanos – Linguagem, Trabalho e Tecnologia. Centro Paula Souza, 2018.

As habilidades apresentadas são as descrições das destrezas que os estudantes devem desenvolver durante o curso. Estas são delimitadas de acordo com as especificidades de cada habilitação técnica. Observa-se que as habilidades ainda circundam as ações de: ler, interpretar, desenvolver e pesquisar.

Quadro 7 – Habilidades descritas para Linguagem, Trabalho e Tecnologia no curso Técnico em Recursos Humanos

1.1 Identificar indicadores linguísticos e indicadores extralinguísticos de produção de textos técnicos.
1.2 Aplicar procedimentos de leitura instrumental (identificação do gênero textual, do público-alvo, do tema, das palavras-chave, dos elementos coesivos, dos termos técnicos e científicos, da ideia central e dos principais argumentos).
1.2 Aplicar procedimentos de leitura especializada (aprofundamento do estudo do significado dos termos técnicos, da estrutura argumentativa, da coesão e da coerência, da confiabilidade das fontes).
2.1 Utilizar instrumentos da leitura e da redação técnica e comercial direcionadas à área de atuação.
2.2 Identificar e aplicar elementos de coerência e de coesão em artigos e em documentação técnico-administrativos relacionados à área de <i>Recursos Humanos</i> .

2.3 Aplicar modelos de correspondência comercial aplicados à área de atuação.
3.1 Selecionar e utilizar fontes de pesquisa convencionais e eletrônicas.
3.2 Aplicar conhecimentos e regras linguísticas na execução de pesquisas específicas da área de <i>Recursos Humanos</i> .
4.1 Pesquisar a terminologia técnico-científica da área.

Fonte: Plano de curso, Técnico em Recursos Humanos e Eletrônica– Linguagem, Trabalho e Tecnologia – Centro Paula Souza, 2018.

Um aspecto importante a ser considerado, citando as ideias promovidas pela Círculo de Bakhtin (1997 [1929]), é que a língua não pode ser vista como um sistema estático, mas um lugar no qual ocorre a interação humana. Daí que, ao trabalhar os gêneros textuais sugeridos, o professor precisa introduzir as relações de poder neles explícitas (ou implícitas). Não basta mostrar o que é um ofício, por exemplo. É preciso sim, estudar um ofício autêntico, identificar suas características como gênero e aplicá-las a um contexto situacional, entender sua finalidade, quem deve expedi-lo e a quem deve enviá-lo.

As bases tecnológicas apontam, como já mencionado, conteúdos sugeridos para o desenvolvimento das competências e habilidades concernentes à formação profissional. Nelas são sinalizados aspectos importantes da língua para comunicação estabelecida no exercício de um ofício, não devem ser vistas como unidades separadas, pois a língua é constituída por um todo, tal qual reforça Cintra (2009) sobre o ensino do Português no qual a gramática é compreendida como “meio” e não como “fim” para se atingir o uso da linguagem adequadamente.

Quadro 8 – Bases Tecnológicas descritas para Linguagem, Trabalho e Tecnologia no curso de Recursos Humanos

- |   |
|---|
| <p>1. Estudos de textos técnicos/comerciais aplicados à área de <i>Recursos Humanos</i> a partir do estudo de:</p> <p>1.1 Indicadores linguísticos: vocabulário; morfologia; sintaxe; semântica; <i>grafia</i>; <i>pontuação</i>; acentuação, entre outros.</p> <p>1.2 Indicadores extralinguísticos: efeito de sentido e contextos socioculturais; <i>modelos pré-estabelecidos de produção de texto</i>; contexto profissional de produção de textos (autoria, condições de produção, veículo de divulgação, objetivos do texto, público-alvo).</p> |
|---|

2. Conceitos de coerência e de coesão aplicados à análise e à produção de textos técnicos específicos da área de <i>Recursos Humanos</i> .
3. Modelos de Redação Técnica e Comercial aplicados à área de Recursos Humanos: Ofícios; Memorandos; Comunicados; Cartas; Avisos; Declarações; Recibos; Carta-currículo; Currículo; Relatório técnico; Contrato; Memorial descritivo; Memorial de critérios; Técnicas de redação.
4. Parâmetros de níveis de formalidade e de adequação de textos a diversas circunstâncias de comunicação (variantes da linguagem formal e de linguagem informal)
5. Princípios de terminologia aplicados à área de <i>Recursos Humanos</i> Glossário dos termos utilizados na área de <i>Recursos Humanos</i> ;
6. Apresentação de trabalhos técnico-científicos: Orientações e normas linguísticas para a elaboração do trabalho técnico científico (estrutura de trabalho monográfico, resenha, artigo, elaboração de referências bibliográficas);
7. Apresentação oral: Planejamento da apresentação; Produção da apresentação audiovisual; Execução da apresentação.
8. Técnicas de leitura instrumental: Identificação do gênero textual; Identificação do público-alvo; Identificação do tema; Identificação das palavras-chave do texto; Identificação dos termos técnicos e científicos; Identificação dos elementos coesivos do texto; Identificação da ideia central do texto; Identificação dos principais argumentos e sua estrutura.
9. Técnicas de leitura especializada: Estudo dos significados dos termos técnicos; Identificação e análise da estrutura argumentativa; Estudo do significado geral do texto (coerência) a partir dos elementos coesivos e de argumentação; Estudo da confiabilidade das fontes.

Fonte: Plano de curso, Técnico em Recursos Humanos – Linguagem, Trabalho e Tecnologia. Centro Paula Souza, 2018.

Há, no Plano de Curso, a descrição de atividades que, em suma, referem-se às funções que o profissional deve saber desempenhar ao final do curso. Ao estudarmos as responsabilidades e atividades nele descritas, e que são elaboradas à luz do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), notam-se as incumbências dos futuros técnicos que envolvem a comunicação em geral.

Quadro 9 – Área de atividades descritas no plano de curso técnico em Recursos Humanos

<b>REDIGIR TEXTOS ATINENTES À ÁREA DE RECURSOS HUMANOS</b>
Redigir correspondência e documentação técnica oficial;

Preparar cartas e memorandos;
Elaborar atas e pautas;
Elaborar relatórios;
Enviar informações ao Diário Oficial.

Plano de curso, Técnico em Recursos Humanos – Linguagem, Trabalho e Tecnologia. Centro Paula Souza, 2018.

Na contemplação das responsabilidades, o profissional, no exercício de sua função, tem relação mais direta ou não com a comunicação. Nessa análise curricular, o docente responsável pela ministração de LTT não pode ater-se às descrições das bases tecnológicas, estas são sugestões de temas que devem ser pensados e adequados à contemporaneidade. Cabe ao professor desenvolver as competências e habilidades específicas à formação profissional, conforme plano de curso, bem como projeto político-pedagógico da unidade escolar. Nessa direção, afirma Demai (2019, p. 50) que “as competências profissionais estão intrinsecamente relacionadas às práticas (habilidades) e aos conhecimentos (bases tecnológicas e bases científicas)”.

O artigo 6º da Resolução CNE/CEB n.º 4/99 traz o conceito de “competência”. As competências indicadas para a EPT, considerada a natureza do trabalho, são: “I – competências básicas, constituídas no ensino fundamental e médio; II- competências profissionais gerais, comuns aos técnicos de cada área; III- competências profissionais específicas de cada qualificação ou habilitação”. (BRASIL,1999).

O desenvolvimento da habilidade, dentro do saber escolar, refere-se ao *saber fazer* da prática profissional, muito além da prática manual ou ação motora, ou seja, conhecimento.

Desde 2012, em consonância com a legislação (Decreto n.º 5.154<sup>40</sup> de 23 de julho de 2004) que orienta a Educação Profissional Técnica de nível médio, o CPS oferece, além dos cursos técnicos modulares e cursos do ensino superior, cursos do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio (ETIM). Os propósitos desses cursos são, em uma só formação, integrar o

---

<sup>40</sup> “§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno.” (BRASIL, 2004).

currículo da Base Comum e o currículo da Formação Técnica<sup>41</sup> específica de cada profissão. Com o ETIM, o componente curricular de Língua Portuguesa e Literatura ganha mais uma vertente, a Comunicação Profissional e ampliação da carga horária, de três para quatro aulas semanais.

Para Demai (2019, p. 72),

As competências-chave de analisar, interpretar e produzir textos técnicos das diversas áreas profissionais são desenvolvidas nesses componentes [LTT e ETIM], de acordo com as respectivas terminologias técnicas e científicas, nas modalidades oral e escrita de comunicação, visando à elaboração de gêneros textuais como cartas comerciais e oficiais, relatórios técnicos, memoriais, comunicados, protocolos, entre outros gêneros, considerando as características de cada área de atuação.

Verificamos que o plano de curso do ETIM reserva os seguintes *temas* à Comunicação Profissional, o componente integrado à Língua Portuguesa e Literatura, ministrado no decorrer dos três anos do curso. Com os temas indicados para o primeiro ano da formação técnica integrada ao ensino médio, os jovens são levados à reflexão sobre a produção textual no contexto profissional.

Quadro 10 – Temas para Comunicação Profissional, 1º ano.

5. Estudos de textos técnicos/ comerciais aplicados à área de Gestão através de indicadores linguísticos: Modelos preestabelecidos de produção de texto. 6. Conceitos de coerência e de coesão aplicadas à análise e a produção de textos técnicos específicos da área de Gestão: Ofícios; Memorandos; Comunicados; Cartas; Avisos; Declarações; Recibos.

Fonte: Plano de Curso do Ensino Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Centro Paula Souza, 2019.

<sup>41</sup> Até abril de 2019, são 31 os cursos integrados oferecidos pelo CPS, Administração, Agropecuária, Agropecuária (Modalidade Alternância), Alimentos, Automação industrial, Biotecnologia, Comunicação Visual, Contabilidade, Cozinha, Design de Interiores, Edificações, Eletroeletrônica, Eletrônica, Eletrotécnica, Eventos, Florestas, Hospedagem, Informática, Informática para Internet, Lazer, Logística, Marketing, Mecânica, Mecatrônica, Meio Ambiente, Modelagem do Vestuário, Nutrição e Dietética, Química, Segurança do Trabalho, Serviços Jurídicos, Secretariado. E na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), são: Administração, Calçados, Contabilidade, Cozinha, Edificações e Logística. (Centro Paula Souza, 2019).



Os temas orientados ao segundo ano da formação integrada indicam o desenvolvimento de habilidades voltadas para adequação das produções textuais, prática oral de acordo com o contexto situacional.

Quadro 11 – Temas para Comunicação Profissional, 2º ano.

Conceitos de coerência e de coesão aplicadas à análise e a produção de textos técnicos específicos da área de atuação do integrado; Princípios de terminologia aplicados à área de atuação do integrado; Orientações e normas linguísticas para a elaboração do trabalho de conclusão de curso; Apresentação de trabalhos de pesquisas; Modelos preestabelecidos de produção de texto; Parâmetros de níveis de formalidade e de adequação de textos a diversas circunstâncias de comunicação.

Fonte: Plano de Curso do Ensino Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Centro Paula Souza, 2019.

Para o terceiro ano, além das orientações sobre a redação organizacional, adequação da linguagem, há uma introdução às normas para elaboração de trabalhos acadêmicos.

O último tema objetiva contribuir com o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, desenvolvido no terceiro ano da formação integral.

Quadro 12 – Temas para Comunicação Profissional, 3º ano.

5. Estudos de textos técnicos/ comerciais aplicados à área de Gestão por intermédio de indicadores linguísticos: Modelos preestabelecidos de produção de texto. 6. Parâmetros de níveis de formalidade e de adequação de textos a diversas circunstâncias de comunicação: Apresentação de trabalhos de pesquisas. 6. Princípios de terminologia aplicados à área de Gestão: Orientações e normas linguísticas para a elaboração do trabalho de conclusão de curso.

Fonte: Plano de Curso do Ensino Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Centro Paula Souza, 2019.

A padronização do componente curricular de LTT no ensino técnico de nível médio, e de Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional (LPLCL), no ETIM, fazem parte da matriz curricular de todos os cursos técnicos da instituição, têm a finalidade de contribuir para a construção da “identidade do CPS” e contribuir para o “fortalecimento das competências relacionadas à Comunicação Profissional em Língua Portuguesa.”. Nesse sentido, Demai (2019, p. 71) acrescenta

Nos cursos técnicos, a Língua Portuguesa é trabalhada nos componentes curriculares Linguagem, Tecnologia e Trabalho e Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional, além das especificidades de algumas habilitações que exigem domínio de outros conhecimentos para o exercício da profissão.

Lecionar Língua Portuguesa, especialmente quando essa prática é voltada para a formação profissional, não se sustenta em “copiar modelos de documentos”, mas sim em aproximar o estudante, usuário da língua, a uma variante de prestígio, fazê-lo entender que cada comunicação, seja escrita ou falada, deve ser elaborada à luz de um contexto situacional específico e em atenção a cada público-alvo, departamento, perfil de empresa etc.

Reforça, pois, práticas em leitura e escrita que têm, no texto, seu objeto de estudo. Nas palavras de Celani (2009, p. 18), “a ideia [ensino instrumental] nasceu em 1977, com Maurice Broughton [...] no Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas (LAEL) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)”.

O Programa trouxe olhares mais acutelados sobre o ensino do inglês como língua estrangeira. No final da década de 1990, os professores observaram que seus alunos precisavam estar familiarizados com uma variedade maior de textos, pois as funções sociais, profissionais e de pesquisa eram mais abrangentes Cintra (2009). As ideias para uma nova abordagem para o ensino do inglês como língua estrangeira despertou, nos professores de Português como língua materna, interesse e curiosidade. Com a intenção de darem uma nova roupagem às aulas, antes centradas no ensino da gramática, trouxeram, como nas aulas do inglês instrumental, diversos tipos de textos para serem trabalhados de acordo com a necessidade dos estudantes. Ainda de acordo com a autora,

Em síntese, o que a abordagem instrumental trouxe inovação para o ensino de língua materna foi uma consciente mudança de atitude do professor para ensinar, uma clareza de que seria fundamental estabelecer objetivos alcançáveis e metas, em lugar de transcrição de planejamentos anteriores; uma

certeza de que deveria transformar conhecimentos teóricos em ações práticas, em lugar de disponibilizar textos teóricos para os alunos e apenas discuti-los em sala de aula. (CINTRA, 2009, p. 52).

Assim sendo, o papel das instituições da EPT e suas proposições curriculares devem ser alvos de análises constantes. Não se pode correr o risco de oferecer uma formação obsoleta, assim como na sala de aula, o professor deve, com cautela, levar em considerações os documentos norteadores, compreendendo-os bem e refletindo sobre sua prática na sala de aula.

Nessa direção, encerramos este capítulo com a fala de Perrenoud (2002, p. 13) na qual afirma que “A autonomia e a responsabilidade de um profissional dependem de uma grande capacidade de refletir sobre sua ação. Essa capacidade está no âmago do desenvolvimento permanente, em função da experiência de competências e dos saberes profissionais”.

### Capítulo 3

## **ENTRE A REALIDADE, TEORIA, E O FAZER ESCOLAR: O ENSINO DA COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL PARA A FORMAÇÃO TÉCNICA CONTEMPORÂNEA**

Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo (Paulo Freire, 2015).

Neste último capítulo, apresentaremos os levantamentos realizados sobre o perfil do 1º módulo do técnico em Recursos Humanos, necessidades comunicativas contemporâneas, além de práticas voltadas para o ensino do Português na Educação Profissional e Tecnológica.

### **3.1 SOBRE AS METODOLOGIAS**

Para dar conta da proposta inicial da presente dissertação que busca refletir acerca do ensino de Língua Portuguesa na Educação Profissional relacionando-o à práxis docente, além da pesquisa bibliográfica que deu suporte e contexto ao tema, apoiamo-nos tanto em dados quantitativos como na pesquisa qualitativa, mais especificamente nas estratégias do estudo de caso e do relato de experiência, combinando-os para que nossos objetivos pudessem ser concretizados.

O estudo de caso trouxe, por meio da análise do Plano de Curso do componente curricular de LTT proposto pelo CPS para o curso Técnico em Recursos Humanos (RH), a realidade de uma determinada escola - a Escola Técnica (ETEC) *Tereza Aparecida Cardoso Nunes de Oliveira*. O objetivo deste procedimento metodológico é, ao detalhar uma dada realidade, oferecer dados que possibilitem a compreensão de outros contextos, quer seja por comparação, quer seja por contraste.

Com a finalidade de dar suporte às análises que posteriormente serão realizadas, foi levada a efeito uma pesquisa quantitativa, realizada com a intenção de revelar a constituição identitária da turma do primeiro módulo do Técnico em RH da ETEC Tereza Aparecida

Cardosos Nunes de Oliveira, *locus* de nossa pesquisa. Elaboramos um questionário destinado à turma de 40 estudantes dos quais contou com 35 participações efetivas e voluntárias, estudantes para e com os quais as reflexões e as práticas aqui apresentadas foram desenvolvidas e amadurecidas no primeiro semestre do ano de 2019.

Uma segunda pesquisa, intitulada *Necessidades Comunicativas do Mercado de Trabalho*, foi elaborada e destinada aos colaboradores em geral, profissionais de diversas áreas que atuam no cenário laboral contemporâneo. Para este levantamento, não limitamos a enquete aos colaboradores de RH, pois, nossa intenção foi verificar como se dá a relação da Comunicação Organizacional em qualquer ambiente corporativo, não especificamente o setor de Recursos Humanos. Dessa forma, à segunda pesquisa apresentada, atribui-se uma natureza tropológica.

Por fim, a estratégia do relato de experiência entra em cena para propiciar o compartilhamento das práticas pedagógicas desta docente-pesquisadora. Cinco planos de aula já ministrados são apresentados e, além do planejamento pedagógico, alguns relatos dos estudantes em relação à ministração das aulas, avaliações das aulas de LTT, autoavaliações e, ainda, os resultados alcançados com essas práticas são discutidos.

Reiteramos que esta última parte elaborada tenciona, além da composição desta dissertação, somar o pensar escolar coletivo para a nossa reflexão docente e de outros colegas de profissão que comunguem de nossas inquietações.

### **3.2 O CURSO TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS**

Para a proposição do curso técnico, o CPS, além de obter autorização devida das instâncias superiores, elabora o Plano de Curso, documento norteador que atende às legislações da Educação Profissional no Brasil. Todos os Planos de Curso da instituição são elaborados pelo Grupo de Formulação e Análises Curriculares. As pesquisas que sustentam as especificidades profissionais têm como referência documentos oficiais como: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) - MEC, Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), literatura da área e analisam as tendências do mercado de trabalho.

Em 2008, após passar pelo crivo da Supervisão Educacional do CPS, o Plano de Curso do eixo tecnológico de Gestão e Negócios referente à habilitação profissional técnica de nível médio em Recursos Humanos é aprovado e, em 2013, liberado para ser implantado na rede de escolas do CPS.

O perfil profissional do Técnico em Recursos Humanos é traçado da seguinte maneira:

O TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS é o profissional que detém aptidão para intermediar as relações interpessoais e éticas de uma organização. É habilitado para trabalhar na execução das rotinas administrativas de pessoal com base na Legislação Trabalhista e Previdenciária. Auxilia no controle e avaliação de subsistemas de gerenciamento e contribui para a implementação das estratégias organizacionais. Compromete-se com o desenvolvimento humano, administra pessoal, promove ações de treinamento, identifica e sugere plano de benefícios. Descreve e classifica postos de trabalho, aplica questionários e processa informações acerca dos trabalhadores. Atua nos processos de recrutamento, seleção e integração, assessora as relações de trabalho e sistemas de avaliação de desempenho. Prestam serviços de comunicação oral e escrita, liderança, motivação, formação de equipes e desenvolvimento de pessoal com empenho no crescimento simultâneo, individual e do grupo. Realiza ações empreendedoras e em processos de orientação sobre a importância da segurança no trabalho e da saúde ocupacional. Propõe relações positivas propícias para o clima organizacional e responsabilidade social aos diversos públicos. (CENTRO PAULA SOUZA, 2013).

O curso técnico em RH tem, no total, uma carga horária de 1200 horas. É composto por três semestres letivos. As aulas podem ser divididas em aulas teóricas e/ou aulas práticas, dependendo da especificidade de cada componente curricular. Cada um dos três módulos tem uma qualificação técnica, assim, ao concluir o primeiro módulo, o estudante obtém a qualificação de *Auxiliar de Recursos Humanos*, após o segundo módulo, *Assistente de Departamento Pessoal* e, com a conclusão dos três módulos, *Técnico de nível médio em Recursos Humanos*<sup>42</sup>.

Os objetivos explícitos no Plano de Curso de RH dizem respeito às competências que devem ser desenvolvidas durante a formação técnica – profissional para o exercício da profissão:

- formar profissionais com competências e habilidades em Recursos Humanos que lhes possibilite *enfrentar os desafios relativos às transformações sociais e no mundo do trabalho*;

---

<sup>42</sup> No anexo C, está a Matriz curricular do curso técnico em Recursos Humanos.

- formar técnicos *conscientes* de suas responsabilidades *ética, moral e social*, que *se comprometam com a aplicação de tecnologias, prezem pela qualidade de vida e promova o bem-estar individual e coletivo*;
- *interagir e respeitar os diversos contextos socioeconômico, cultural e humano*, nos planos local, regional e global;
- *aplicar*, nas diferentes realidades de trabalho, *conhecimentos e atitudes favoráveis à transformação da realidade social*, buscar construir uma sociedade mais justa, igualitária e ética;
- *ter uma formação científica e técnica para empreender e/ ou atuar em organizações de diferentes níveis*;
- desenvolver competências *para analisar, criticar e atuar* nas questões da organização e buscar melhorias que proporcionem transformações;
- aplicar técnicas de planejamento, gestão, avaliação e controle, para o melhor desempenho das equipes e organizações. (CENTRO PAULA SOUZA, 2013, grifos nossos).

O MEC define o Técnico em Recursos Humanos como o profissional que

Organiza rotina diária da gestão de pessoas. Elabora documentos administrativos. Confere frequência, benefícios concedidos, afastamentos, férias e transferências de funcionários. Presta informações sobre direitos trabalhistas. Planeja e executa atividades de capacitação e desenvolvimento de pessoas. (BRASIL, 2016).

Aproxima-se ao perfil deste profissional em questão o *Administrador de Recursos Humanos* e o *Analista de Recursos Humanos*. O profissional de RH é uma profissão relativamente nova. Advém do antigo Departamento Pessoal, seara dos Administradores e Contadores. Trata-se de uma área que encontra-se em desenvolvimento e, dessa forma, as perspectivas são animadoras<sup>43</sup>, pois há cada vez mais espaço nas organizações para as políticas e ações voltadas para a constituição do colaborador como indivíduo, um ser singular.

A formação profissional evidenciada no Plano de Curso visa ao desenvolvimento de competências técnicas que vão desde noções de legislações trabalhistas, teorias da administração, competências sociais, introdução à psicologia, cálculos para folha de pagamento, aplicativos informatizados, até a oferta de noções sumárias nos dois idiomas

---

<sup>43</sup> OS MOTIVOS QUE FAZEM A CARREIRA EM RECURSOS HUMANOS ESTAR EM ALTA. *Revista Exame*. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/os-motivos-que-fazem-a-carreira-em-recursos-humanos-estar-em-alta/>>. Acesso em 20 mai. 2019.

estrangeiros mais requisitados para o profissional brasileiro, as línguas inglesa e espanhola, oferecidas no segundo e terceiro módulos, respectivamente, além do componente curricular de Linguagem, Trabalho e Tecnologia, ministrado no primeiro módulo do curso.

As competências gerais apresentadas no Plano de Curso são ambiciosas. Pretendem que o estudante, ao concluir os três módulos do curso, possa:

- identificar e interpretar as diretrizes do planejamento estratégico, tático e do plano diretor aplicáveis à gestão de Recursos Humanos;
- interpretar resultados de estudos de mercado, econômicos ou tecnológicos, utilizando os sistemas e subsistemas de gestão de Recursos Humanos;
- utilizar os instrumentos de planejamento, bem como executar, controlar e avaliar os procedimentos dos sistemas e subsistemas na gestão de Recursos Humanos;
- operacionalizar as informações por meio de sistemas informatizados;
- comunicar-se utilizando a terminologia técnica da área de gestão de Recursos Humanos;
- acompanhar os procedimentos de desempenho individual e coletivo, bem como o controle de agregação de valores relacionados ao ciclo de gestão de pessoal;
- coordenar a rotina administrativa no que tange à gestão de Recursos Humanos e seus processos;
- comunicar-se nos diversos contextos profissionais em Língua Portuguesa, espanhola e inglesa, utilizando terminologia própria;
- investir no próprio desenvolvimento, mantendo-se permanentemente atualizado, com plena capacidade de adaptações às mudanças;
- organizar e manter arquivo de documentos e prontuários funcionais, procedendo à classificação, etiquetagem e guarda, facilitando consultas e promovendo a conservação;
- desenvolver técnicas de atendimento a candidatos a vagas de emprego; aplicar técnicas para fluxo de trabalho em departamento de pessoal: atendimento ao público, cumprimento das determinações legais, cálculo de folha de pagamento, expedição de documentos, registro de informações, arquivos de prontuários e de documentos;
- identificar a importância e formas de organizar manuais de integração/ socialização e Código de Ética;
- identificar e avaliar a importância dos documentos, prontuários e informações, operacionalizando todo seu trâmite, desde sua chegada/ emissão até sua incorporação no arquivo permanente;



- ter iniciativa, criatividade e determinação política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- interpretar a legislação que regula as atividades da área de Recursos Humanos, tais como as normas de higiene e segurança;
- identificar oportunidades, tendências e perspectivas das organizações, modelos e relações de trabalho para criação de novos métodos de trabalho. (CENTRO PAULA SOUZA, 2013).

As competências descritas são, em maior ou menor medida, aplicáveis à atividade profissional do técnico em RH, a depender da estrutura da empresa, número dos colaboradores na equipe e das ferramentas disponíveis na organização. Para o docente, ter conhecimento dessas diretrizes dá clareza a respeito da direção para a qual os estudantes deverão ser encaminhados. Mais que um mero cumprimento de tarefas por parte do professor, que, muitas vezes, entende os documentos formais de qualquer instituição pela ótica burocrática, compreender o curso, em sua plenitude, possibilita um fazer pedagógico eficaz.

### 3.3 A ESCOLA

Localizada na Zona Leste da cidade de São Paulo, a ETEC palco de nossa pesquisa recebe a primeira denominação ETEC *Arthur Alvim*. Criada pelo Decreto n.º 53.452, de 18 de setembro de 2008 constitui-se a primeira Escola Técnica da região. As atividades pedagógicas iniciaram-se com a oferta de três turmas do Ensino Técnico de Nível Médio nos eixos de Infraestrutura e Controle e Processos Industriais.

Em 27 de abril de 2010, a ETEC Arthur Alvim recebeu nova denominação: ETEC *Tereza Aparecida Cardoso Nunes de Oliveira* (ETEC Tereza Nunes), lei n.º 14.055, em homenagem à Tereza Aparecida Cardoso Nunes de Oliveira (1949 – 2008), líder comunitária que exerceu grande influência na região, defendendo educação de qualidade, direitos aos menos favorecidos, entre outras temáticas sociais. Ainda em 2010, a Unidade Escolar recebeu a incumbência de gerir uma extensão<sup>44</sup>, denominada no CPS de *Classe Descentralizada*. A

---

<sup>44</sup> Simultânea à extensão “Cunha Bueno”, a ETEC Tereza Nunes administrou outra extensão localizada no bairro de São Miguel, ainda na zona leste de São Paulo, abrigada na Escola Estadual Dep. Raul Pilla, nesta extensão, ofertava-se o curso de Serviços Jurídicos. Em 2013, o CPS inaugura um *campus*, unindo a FATEC de Itaquera – Professor Miguel Reale e ETEC Itaquera II. Enquanto os trâmites legais eram realizados para a inauguração da ETEC Itaquera II em 2015, esta é administrada como extensão da

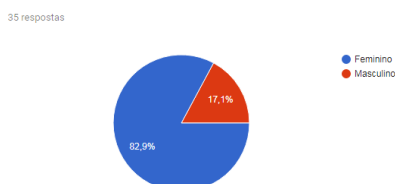
Escola Estadual Dep. Antônio da Sylvio da Cunha Bueno abrigou, durante os anos de 2010 e 2013, no período noturno, alguns cursos da referida ETEC. No primeiro momento, foram ministrados na extensão os cursos de Secretariado e Técnicas e Transações Imobiliárias, posteriormente, foram ofertados os cursos de Marketing e Comércio. Da antiga extensão “Cunha Bueno” vem a tradição de oferta de cursos do eixo de Gestão e Negócios da ETEC Tereza Nunes.

Com o fechamento das extensões e criação da ETEC Itaquera II, o curso de Secretariado passou a ser ofertado na ETEC Tereza Nunes, e Técnicas e Transações Imobiliárias na ETEC Itaquera II. Os cursos de Marketing e Comércio não tiveram suas ofertas continuadas. Em continuidade ao oferecimento de cursos em dois eixos tecnológicos, Gestão e Negócios e Controle e Processos Industriais, em 2016, junta-se aos cursos de Secretariado e Serviços Jurídicos, o curso técnico em RH, que teve grande aceitação pela comunidade local e, desde então, é ofertado em todos os semestres letivos.

### 3.3.1 Pesquisa de campo I: Em busca do perfil do alunado

Além da avaliação diagnóstica que indica ao professor dados relevantes sobre as competências e habilidades linguísticas do alunado, aplicamos uma pesquisa via formulário *online* para identificar detalhes da formação identitária desses estudantes. Alguns dados serão aqui comentados. No 1º módulo do técnico em RH da turma participante da pesquisa, predominam estudantes do sexo feminino<sup>45</sup>.

Gráfico 1 – Gênero informado pelos alunos do primeiro módulo de RH – turma do 1º semestre de 2019



Fonte: Próprio autor, 2019.

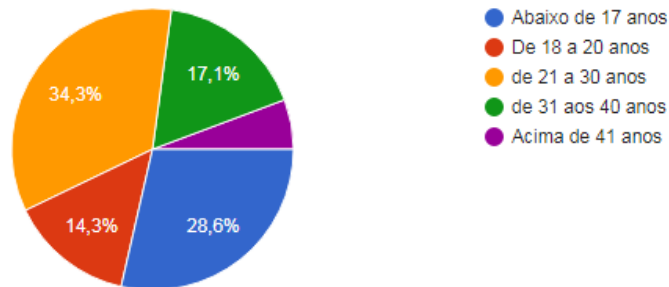
---

ETEC Tereza Nunes. Como ETEC, Itaquera II herda o curso de Transações Imobiliárias da extensão Raul Pilla e os cursos do eixo de Infraestrutura.

<sup>45</sup> A prevalência de um gênero no curso técnico é uma característica comum nos cursos técnicos que, comumente são majoritariamente masculino ou feminino.

Gráfico 2 – Faixa etária informada pelos alunos do primeiro módulo de RH – turma do 1º semestre de 2019

35 respostas

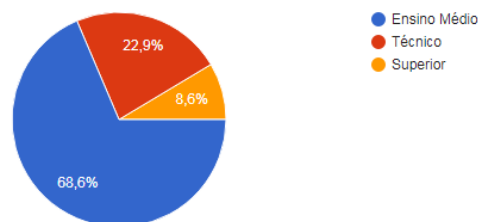


Fonte: Próprio autor, 2019.

Ao contrário da quase homogeneidade do dado anterior, a faixa etária, nesta específica sala de aula, é díspar. Aproximadamente 35% dos estudantes têm entre 21 e 30 anos. Esse dado refere-se aos alunos que concluíram o ensino médio e têm alguma experiência no mercado de trabalho. Mais de 28% dos estudantes são menores de 17 anos. Estes nunca vivenciaram experiências profissionais formais e, para eles, o cenário laboral é hipotético e imaginário. Uma parcela mais experiente soma 20% e é composta por estudantes que, em alguns casos, encontram-se à procura de novas oportunidades de trabalho ou almejam mudança da área de atuação.

Gráfico 3 – Cursos realizados anteriormente pelos estudantes do 1º módulo de RH – turma do 1º semestre de 2019

35 respostas

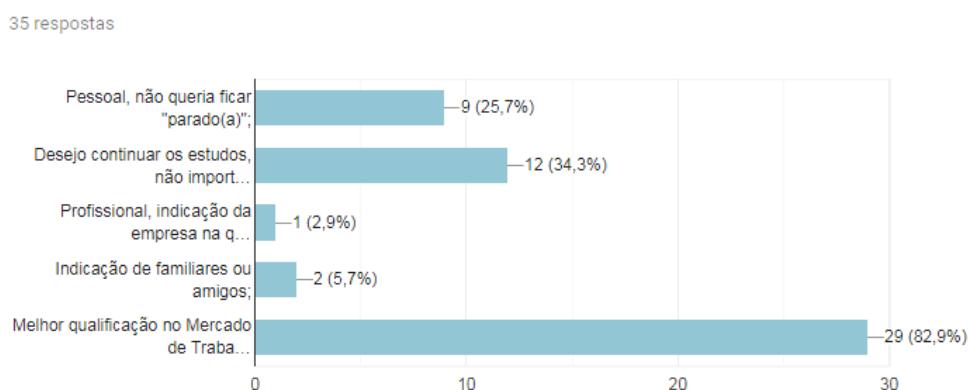


Fonte: Próprio autor, 2019.

Em relação às formações acadêmicas anteriores, coletamos a seguinte informação: quase 70% dos estudantes concluíram ou realizam o ensino médio concomitantemente ao curso técnico. Para esta parcela particular, há duas hipóteses em relação à aprendizagem da Língua Portuguesa para o Trabalho: a primeira ideia está relacionada à compreensão, por parte do estudante, de que as aulas de LTT são um reforço aos conteúdos aprendidos (ou não) nas aulas de Língua Portuguesa (LP) no ensino médio. A segunda hipótese é a de que os discentes recepcionam as aulas de LTT como uma oportunidade para um contato com a Comunicação Organizacional.

Mais de 30% dos estudantes já concluíram o ensino médio e reúnem outras formações técnicas de nível médio ou graduações. A estes estudantes, em especial, dá-se a oportunidade de compartilhar seus saberes e experiências com seus colegas de classe. Contudo, é preciso considerar que, ter mais de uma formação não garante melhor desempenho comunicativo.

Gráfico 4 – Motivações para o ingresso no curso técnico em RH – turma do 1º semestre de 2019<sup>46</sup>



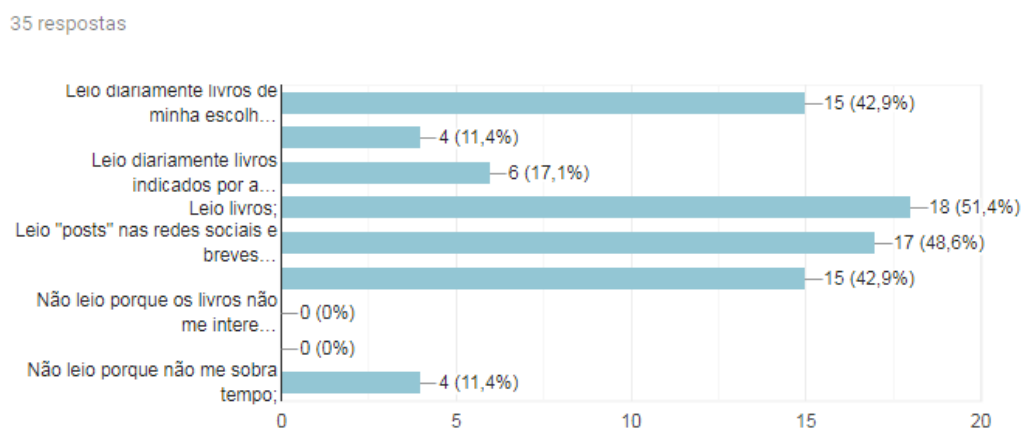
Fonte: Próprio autor, 2019.

A maior parcela dos estudantes busca melhor qualificação no mercado de trabalho. Estes estudantes e profissionais desejam galgar outros postos de trabalho, aumento salarial ou mudança de área de atuação. Ainda nessa amostra, 25% indicam ver na formação técnica uma forma de “não ficarem parados”, isto é, buscam um saber profissional atualizado.

<sup>46</sup> Legenda do Gráfico 4 referente à 3ª pergunta “Profissional, indicação da empresa na qual trabalho, cujo percentual é de 2,9%”

Aproximadamente 10% ingressaram no curso técnico por algum tipo de indicação, ou seja, recomendações da empresa na qual atuam, dos familiares ou amigos.

Gráfico 5 – O estudante do 1º módulo de curso técnico em RH e a prática de leitura Humanos – turma do 1º semestre de 2019<sup>47</sup>



Fonte: Próprio autor, 2019.

Um pouco mais de 42% dos estudantes afirmam que têm o hábito de ler diariamente. Leem livros escolhidos por eles. Apenas 11% afirmam que leem livros recomendados pelos professores. A influência dos amigos aparece em maior medida quando o assunto é indicação de leituras, 17% dos estudantes afirmaram que leem livros que amigos sugeriram.

Sobre as diferentes formas de acesso a textos, metade da turma afirma ler livros e a outra metade indica ler postagem nas redes sociais, esta última parcela comunica que apenas acessam a textos publicados na internet, especialmente nas redes sociais. 42% afirmam ler livros disponíveis em outros suportes, além dos livros impressos. Leem em *kindles*, *tablets*, computadores pessoais, celulares etc. Outros 11% dos participantes informam não ter tempo para destinar à leitura, seja ela em livros ou em outros meios.

De modo geral, os estudantes que responderam à enquete afirmaram que se interessam pela leitura de alguma forma. Contudo, cabe o incentivo do professor que atua na EPT de maneira significativa e que, com essa ação, pode impactar o desenvolvimento pessoal e

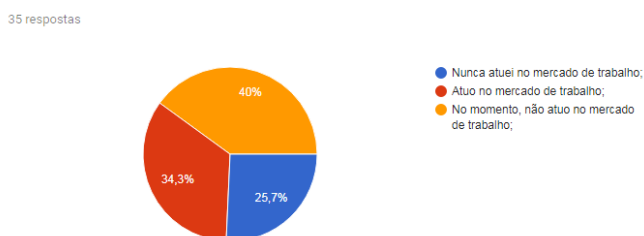
<sup>47</sup> Legendas referentes às perguntas do Gráfico 5, de cima para baixo:

Leio diariamente livros de minha escolha; Leio diariamente livros indicados por professores; Leio diariamente livros indicados por amigos; Leio livros; Leio "posts" nas redes sociais e breves notícias; Leio usando outros mecanismos (kindle, tablet, celular etc.); Não leio porque os livros não me interessam; Não leio porque não tenho prazer na leitura; Não leio porque não me sobra tempo.

profissional dos educandos. Nas palavras de Feire (1989, p. 13), “[...]a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente”.

Sendo a escola técnica - profissional um espaço escolar no qual se preparam futuros profissionais, o dado a seguir indica ao professor que deve planejar e ministrar suas aulas pensando na constituição do alunado em três frentes: estudantes que nunca atuaram profissionalmente; estudantes que estão ativamente no mercado de trabalho e os estudantes que procuram uma recolocação profissional.

Gráfico 6: O estudante do primeiro módulo de RH e sua relação com o mercado produtivo Humanos – turma do 1º semestre de 2019



Fonte: Próprio autor, 2019.

Essa pesquisa quali-quantitativa, embora ilustrativa, apresentou dados importantes para o professor na concepção da formação do perfil da turma. Além da faixa etária díspar, as experiências no mercado de trabalho, as aspirações para a formação técnica, as motivações pessoais para o ingresso no curso técnico, os conhecimentos em relação às normas cultas da Língua Portuguesa, entre outras informações, são dados que fornecem material para o planejamento das aulas ao público discente conhecido, logo, poderá usá-los em benefício de todos no processo de ensino e aprendizagem profissional. Conforme postula Vasconcelos (2009), a ação docente deve ser planejada, tarefa que representa competência e compromisso por parte do professor.

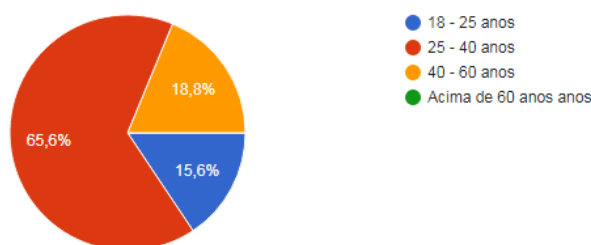
### 3.3.2 Pesquisa de Campo II: As Necessidades Comunicativas do Mercado de Trabalho

Após compreensão das orientações institucionais e do perfil do alunado, o docente precisa ter conhecimento sobre a realidade do contexto no qual o estudante atuará

profissionalmente. Com a intenção de entender melhor as demandas do mercado de trabalho no qual o futuro estudante atuará profissionalmente e ter atualizadas as estratégias para o *fazer pedagógico*, elaboramos uma enquete destinada a colaboradores do mercado corporativo composta por 8 perguntas. Obtivemos o total de 32 respostas. Por seu caráter qualitativo, os dados que serão apresentados a seguir servem como indicadores sobre as necessidades comunicativas do mercado de trabalho atual.

Gráfico 7 – Faixa etária dos estudantes do 1º módulo do Técnico em RH – turma do 1º semestre de 2019

32 respostas

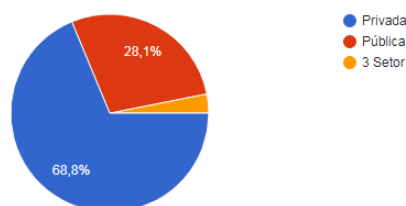


Fonte: Próprio autor, 2019.

Apontada pela pesquisa, a maior parcela representa colaboradores têm de 25 a 40 anos. O menor índice indica a faixa etária dos mais jovens, um pouco mais de 15% dos colaboradores têm entre 18 e 25 anos. Aproximadamente 19% têm entre 40 e 60 anos e correspondem aos colaboradores mais experientes da organização e, nesta pesquisa, não foram apontados colaboradores com mais de 60 anos, o que não significa que não existam profissionais nessa faixa etária.

Gráfico 8 – Pesquisa com colaboradores – Área de atuação

32 respostas

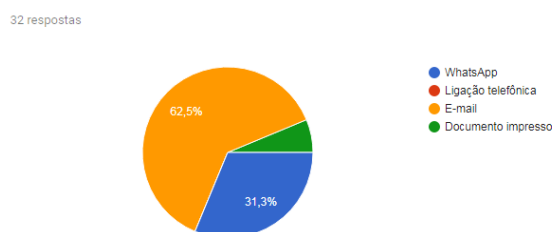


Fonte: Próprio autor, 2019.

Quase 70% dos colaboradores atuam na iniciativa privada, isto é, trabalham em empresas e organizações que não sofrem interferências diretas do setor público; 28,1% trabalham em repartições públicas e, apenas 3% dos colaboradores atuam profissionalmente no terceiro setor, termo que designa organizações de iniciativa privada, que não objetivam fins lucrativos e prestam serviços de caráter público.

Em consonância com os novos meios de comunicação decorrentes dos avanços tecnológicos, os dados, a seguir, informam os canais comunicativos usados nas organizações.

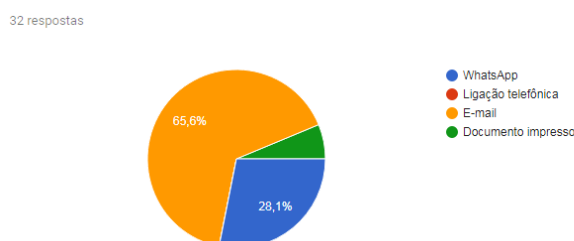
Gráfico 9 – Meio de comunicação mais usado no cotidiano laboral para orientações e avisos na interação entre líderes e liderados.



Fonte: Próprio autor, 2019.

Para esses colaboradores, o meio de comunicação *e-mail*, também entendido como gênero textual, é o canal mais usado no dia a dia corporativo quando a comunicação é elaborada por líderes para liderados, representando um total de 62,5%. O *WhatsApp*, um aplicativo de *instant messenger* disponível na atualidade, assume o lugar da ligação telefônica, que, nesta pesquisa, não foi mencionada como meio de comunicação usado pelos colaboradores participantes. Não se trata de um dado absoluto, porém, aponta para a substituição da língua oral pela verbal, do uso do telefone para mensagem de texto escrito ou áudio, em alguns casos.

Gráfico 10 - Meio de comunicação mais usado no cotidiano para orientações e avisos na interação entre líderes e liderados que compõem equipes diferentes.

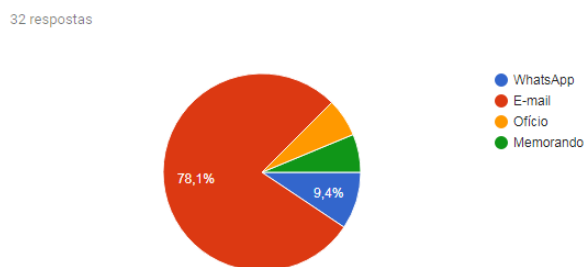


Fonte: Próprio autor, 2019.



Para as orientações e comunicações gerais, os dados não se alteram significativamente, quando comparados à pergunta anterior.

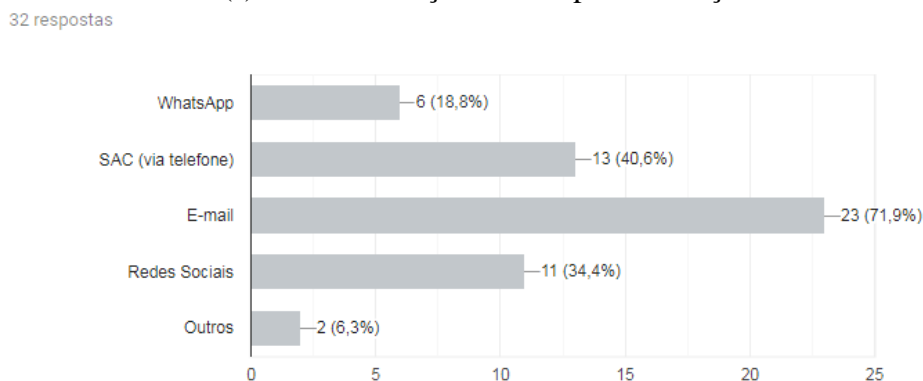
Gráfico 11 - Meio de comunicação usado para questionamentos (perguntas em geral), pedidos (comandos), formalização de algum procedimento na empresa.



Fonte: Próprio autor, 2019.

Contudo, para comunicações mais formais, quase 80% dos colaboradores usam e escrevem *e-mail*, o texto de caráter mais informal viabilizado pelo *WhatsApp* cai para menos de 10% e, em menor medida, 6,3% usam o ofício ou memorando.

Gráfico 12 - Meio(s) de comunicação usados para interação com clientes externos

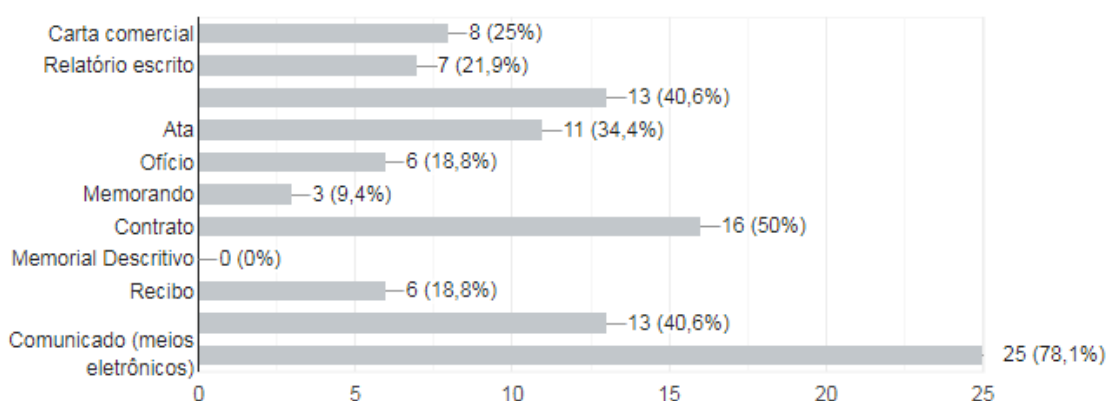


Fonte: Próprio autor, 2019.

Para a comunicação entre colaboradores e clientes externos, o *e-mail* aparece numa porcentagem de 71,9%; seguido do atendimento telefônico, 40,6%, e, em terceiro lugar, a

pesquisa aponta o uso das redes sociais corporativas como canal de comunicação, 34,4%. Em menor recorrência para a comunicação explicitada, o *WhatsApp*, com quase 20% e, por fim, os colaboradores apontaram que usam outros meios de comunicação com o público externo à organização, um percentual de 6,3%.

Gráfico 13 - Documentos utilizados em algum momento no contexto laboral.



Fonte: Próprio autor, 2019.<sup>48</sup>

Os dados mostram a frequência com a qual os colaboradores participantes da pesquisa utilizam os documentos indicados como integrantes da correspondência empresarial.

Em confluência com os dados anteriores, as comunicações viabilizadas pelos meios eletrônicos são apontadas como as mais utilizadas nos ambientes corporativos, especificamente 78,1% de recorrência. Os contratos aparecem em grande medida, 50% das ocorrências e, em seguida, as comunicações afixadas em painéis, 40,6%. As apresentações que usam os recursos audiovisuais são indicadas substancialmente: 40,6%. As atas de reuniões são apontadas como documento elaborado em um percentual de 34,4%, seguidas das Cartas Comerciais, 25%, e pelo relatório escrito, quase 22%. Em menor recorrência, aparece o uso do ofício, do memorando e do recibo. O documento “memorial descritivo” não foi citado pelos participantes.

<sup>48</sup> Legenda do Gráfico 13 referente ao 3º item, de cima para baixo, com o valor de 40,6%, refere-se ao “apresentações com recursos visuais”. O Décimo item, também com o valor de 40,6%, refere-se a “comunicado afixado em painel”.

Todas essas informações coletadas nos permitem entender melhor a dinâmica em correspondente à Comunicação Organizacional do presente. Esse levantamento anuncia as ações em relação ao uso da Comunicação Profissional e manifesta pontos importantes para o trabalho no componente de LTT. Vimos que, muitas vezes, o documento constante no plano de curso sequer é utilizado, não significa que não devamos, como professores da EPT, mencioná-lo e ensinar sua funcionalidade social, contudo, a informação sobre sua recorrência (ou não) indica o quanto devamos demandar e preparar os futuros profissionais para o uso da Língua Portuguesa no cenário laboral de maneira atual e usando as ferramentas de comunicação adequadas a cada situação comunicativa.

### **3.4 A PRÁXIS DOCENTE NA MINISTRAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR LINGUAGEM, TRABALHO E TECNOLOGIA: A COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL NA FORMAÇÃO ESCOLAR**

As aspirações a que se referem as competências gerais descritas para os concluintes do curso Técnico em RH são desenvolvidas pela *leitura e interpretação dos fenômenos sociais e profissionais, relacionamento interpessoal, comunicação assertiva, capacidade para tomada de decisões e interpretação de dados*. De fato, como profissionais nos movemos por meio da comunicação e, para o exercício profissional na área de RH, não poderia ser diferente.

Muitos estudantes, até mesmo os professores, interpretam as aulas de LTT como um reforço de Língua Portuguesa. Por um lado, não podemos negar que, na ministração das aulas de LTT, temos a oportunidade de “rever” ou “elucidar” algumas regras gramaticais. Por outro lado, a Comunicação Profissional não se sustenta no exclusivo saber das normas gramaticais da Língua Portuguesa.

Com vistas às competências indicadas, o estudante deve saber: *analisar, desenvolver, pesquisar, definir textos relativos à atividade profissional*. E desenvolver habilidades para *utilizar recursos, identificar e utilizar elementos de coesão e coerência nos textos, selecionar e utilizar fontes de pesquisas confiáveis, comunicar-se com a devida adequação aos contextos e interlocutores e utilizar a LP como geradora de sentidos para as relações profissionais*.

Ao voltar-se, em estudo, para as competências e habilidades descritas, o professor compreenderá que vale oferecer ferramentas linguísticas para que sejam utilizadas pelos estudantes na Comunicação Profissional, sejam em situações formais ou informais, em meios

eletrônicos ou impressos, com pessoas da mesma posição hierárquica ou aos colabores com posições hierárquicas superiores. Para Oliveira (2010), o domínio da leitura e, principalmente, o domínio da escrita são competências essenciais para a maioria das atividades profissionais no mundo contemporâneo.

As Bases Tecnológicas são indicações dos conteúdos, não uma lista que deve ser percorrida inalteradamente. Muitos professores que lecionam LTT, também os docentes que lecionam outros componentes curriculares, se apegam aos conteúdos como o único e válido objetivo a ser alcançado em sala de aula.

Essa atitude docente (seguir as bases tecnológicas sem a necessária reflexão do que, para quem e como ensinar) reforça o conceito de educação bancária postulado por Freire (1987), cenário em que a escola é o único espaço para o acesso às informações e o professor é aquele que detém o saber, colocando, à margem, todo o avanço em vários sentidos, especialmente o tecnológico informacional dos últimos tempos que propiciou a democratização de informações. Em suas palavras, “[...] a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir ‘conhecimentos’ e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação ‘bancária’, mas um ato cognoscente [...]”.

(FREIRE, 1987, p. 68, grifos do autor).

A escola renovada, independentemente da modalidade à qual se alinha, é o espaço para o fomento e construção do saber. Os papéis pedagógicos do professor e do estudante são postos com novos desígnios. Ao professor cabe mediar e propiciar estratégias de aprendizagem não assentadas apenas nos conteúdos, mas no desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais para a formação profissional; aos estudantes, a prática do estudo, pesquisa e resolução dos problemas.

Conforme Oliveira (2010, p. 43), “ajudar o estudante a aprender a se comportar linguisticamente em diversas situações de interação social é o principal objetivo das aulas de português”. Portanto, ensinar, isoladamente, cada item da base tecnológica não seria uma estratégia em consonância com as atuais perspectivas pedagógicas.

As bases tecnológicas<sup>49</sup> sugeridas nos documentos norteadores das instituições escolares podem ser trabalhadas em sala de aula à medida que se apresentam modelos atuais de documentos usados nos ambientes corporativos, especialmente na área de Recursos Humanos.

---

<sup>49</sup> No anexo D, consta o Plano de Curso completo para Linguagem Trabalho e Tecnologia para o curso de Recursos Humanos – CPS.

Pela leitura, análise e criação de textos, o estudante apresentará facilidades e/ou dificuldades nas relações linguísticas. Com o contato com novos textos, textos estes com teor profissional, os estudantes podem explorar novos conceitos semânticos apropriados ao mundo corporativo. Diante disso, afirma Antunes (2007, p. 41) que nas aulas de Português

Para ser eficaz comunicativamente, não basta, portanto, saber *apenas* as regras específicas da gramática, das diferentes classes de palavras, suas reflexões, suas combinações possíveis, a ordem de sua colocação nas frases, seus casos de concordância, entre outras. Tudo é necessário, mas não é suficiente.

Os novos gêneros textuais vêm recheados de propósitos que apenas são entendidos por aqueles leitores mais atentos e com repertórios de conhecimento atualizados. A leitura e a interpretação de variados textos, a busca pelos sentidos das palavras, ou orações, são habilidades fundamentais para a vida social e profissional. Para Marcuschi (2010, p. 22), “O fato inconteste é que a internet e todos os gêneros a ela ligados são eventos textuais fundamentalmente baseados na escrita”. Contudo, a escrita à qual refere-se o autor não possui as mesmas características do texto escrito fora da veiculação pela internet, ponto que requer maior atenção de nós, professores.

Em relação aos exemplos da correspondência comercial, cabe ao professor, considerando as características da turma e as necessidades do mercado de trabalho, decidir quais documentos devem ser esmiuçados e quais documentos serão, apenas, apresentados. Salientamos, mais uma vez, que não se trata de uma lista cabal. Sobre a prática do docente de Língua Portuguesa, Antunes (2007, p. 46) assegura que “[...] tem relevância também saber que gênero de texto é mais adequado à situação de interação em foco. Em geral, as propostas para produção de texto não especificam o gênero a ser produzido pelo aluno”.

Após examinar as diretrizes da instituição, o professor poderá acrescentar documentos ou apenas mencioná-los e dar propósito à produção textual, conforme nos ensina a autora, “A escrita, como toda atividade interativa, implica uma relação cooperativa entre duas ou mais pessoas”. (ANTUNES, 2003, p. 44).

Destacamos a importância do trabalho com os meios de comunicação da atualidade e dos gêneros textuais contemporâneos. Ao lecionar LTT, o professor deve preparar o futuro profissional de RH para ambientes corporativos diferentes dos modelos tradicionais. Dar ênfase

à constituição e mobilidade das informações e à importância de tratá-las e interpretá-las é um exemplo das necessidades contemporâneas da Comunicação Profissional deste tempo.

Com o fomento da tecnologia informacional, as formas de comunicação são multiplicadas e a interação verbal entre os colaboradores do mesmo nível hierárquico ou de níveis hierárquicos diferentes estão mais ágeis e frequentes. A compreensão da necessidade de adequação das práticas comunicativas contemporâneas torna-se uma habilidade valorizada no mercado de trabalho.

Outro aspecto importante apresentado no plano de LTT para o técnico em RH diz respeito aos primeiros passos em direção à pesquisa acadêmica. Provavelmente, a formação técnica - profissional propiciará ao estudante o primeiro contato com o conhecimento e aplicabilidade das técnicas para a escrita acadêmica. Esse item aponta para os futuros componentes curriculares de Planejamento de Trabalho de Conclusão de Curso e Desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso ministrados no segundo e terceiro módulos, respectivamente.

Refletir e aprender técnicas para apresentação oral, não só é importante para um bom desempenho no cotidiano escolar, como é uma habilidade valorizada no mercado de trabalho, possibilitando aos futuros profissionais acesso a cargos de liderança para aqueles que têm domínio de apresentação oral formal e profissional a um público determinado, além de aproximar o estudante à terminologia específica da área da atuação profissional.

A apresentação oral, embora seja a última base do plano de curso, sugerimos que seja a primeira a ser trabalhada pelo professor que leciona LTT no início do semestre, para que, com o entendimento sobre pesquisa e apresentações orais formais, os estudantes, logo no início do curso técnico em RH, coloquem os saberes em prática, não apenas nas aulas de LTT, mas em todos os demais componentes, constituindo-se, assim, uma oportunidade de consolidar a aprendizagem e aperfeiçoá-la pela prática. Nesse sentido, Antunes (2007, p. 45) nos ensina que

Todo falante, para ser eficaz, precisa saber, em cada situação, que tipo de vocabulário empregar (vocabulário técnico, especializado, fora do usual, comum, literal, metafórico, coloquial). Logo, as atividades de exploração das variedades lexicais são bastante significativas, com ênfase, é claro, na ampliação do repertório disponível.

Com propostas para o ensino de Português orientado pelo seu uso social, a autora postula que

A língua apresenta mais de um componente (léxico e gramática), e seu uso está sujeito a diferentes tipos de regras e normas (regras de textualização e normas sociais de atuação). Restringir-se, pois, à sua gramática é limitar-se a um de seus componentes apenas. É perder de vista sua totalidade e, portanto, falsear a compreensão de suas múltiplas determinações. (ANTUNES, 2007, p. 41).

Ao encontro dessas ideias, os planos de aula foram propostos para o primeiro módulo de RH no primeiro semestre de 2019, com o propósito de dar significação às práticas nas aulas de LTT. Como mencionado na metodologia deste capítulo, objetivamos, com este partilhar, somar ao fazer pedagógico do professor licenciado em Letras que trabalha a Comunicação Profissional. Essas experiências foram levadas a efeito no cenário da escola técnica - profissional, mas poderão ser aplicados nas últimas séries da Educação Básica e em cursos superiores, respeitando a constituição do perfil do alunado e as especificidades do curso.

### 3.4.1 Plano de aula 1 - Leitura e reflexão sobre temas corporativos

A leitura é uma atividade de acesso ao conhecimento produzido, ao prazer estético e, ainda, uma atividade de acesso às especificidades da escrita (ANTUNES, 2003).

Tema: Leitura e reflexão sobre a formação e atuação profissional
Competências e Habilidades previstas no Plano de Curso: Analisar textos técnicos, administrativos e comerciais da área do curso por meio de indicadores linguísticos e indicadores extralinguísticos; Interpretar e identificar a terminologia técnico-científica da área profissional; Utilizar instrumentos da leitura e da redação técnica e comercial direcionadas à área de atuação; Pesquisar a terminologia técnico-científica da área.
Objetivos: Privilegiar um momento de leitura e reflexão de textos da esfera profissional; Propiciar interpretação e significação de textos; Promover o debate de forma crítica e formal.
Tempo: Semestre letivo

**Metodologias:** Separamos 15 minutos do período inicial de cada aula do semestre letivo para leitura e reflexão de textos que tratam da temática corporativa. Os textos selecionados são artigos curtos e, dessa forma, dão a oportunidade para, após leitura, uma pequena explanação e debate. Feita a leitura por um aluno voluntário, alinhamos o conteúdo do texto à prática corporativa de forma didática. Nesse momento, os estudantes que têm mais experiência podem se expressar de alguma forma, e aqueles que não têm experiência profissional, projetam os exemplos citados. Com essa ação, além do incentivo à leitura, fundamental para uma prática comunicativa eficaz, amplia-se o vocabulário dos estudantes na seara corporativa. Chamamos a atenção para uma leitura que respeite as regras de pontuação, acentuação gráfica; constituição dos parágrafos e do texto escrito (introdução, desenvolvimento e conclusão), entre outros temas. Após discussão, solicitamos aos estudantes que elaborem uma reflexão escrita no caderno ou um *e-mail*, que deve ser enviado ao professor no prazo de três dias a partir da ministração da aula.

**Crterios de avaliao:** Considerar desempenho oral, apresentao oral formal, participao oral, leitura e interpretao de textos e associao ao tema à prtica profissional via participao oral ou escrita.

**Resultados esperados:** Com essa proposta, desejamos propiciar contato com textos corporativos e dar subsdios para uma escrita mais prxima à linguagem formal.

#### Bibliografia

ANTUNES, Irland. Aula de Portugu: encontro e interao. So Paulo: Parbola, 2003.



FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 27ª ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

KLEIMAN, Angela. Oficina de leitura: Teoria e Prática. Campinas: Pontes/EdUNICAMP, 1993.

LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. São Paulo: Atiea, 1993.

MAX, Gehringer. Superdicas para impulsionar sua carreira. São Paulo: Saraiva, 2017.

\_\_\_\_\_. Clássicos do Mundo Corporativo. São Paulo: Editora Globo, 2008.

Revista Exame. Editora Abril.

Revista Você S/A. Editora Abril.

### 3.4.2 Plano de aula 2 – Formas de apresentação da identidade profissional nas redes sociais específicas para trabalho

A escrita varia, na sua forma, em decorrência das diferenças de função que se propõe cumprir e, conseqüentemente, em decorrência dos diferentes gêneros em que se realiza (ANTUNES, 2003).

Tema: Eu profissional
<p>Objetivos: Propiciar reflexão sobre a constituição do <i>eu profissional</i>; Indicar as características valorizadas pelo mercado de trabalho; Orientar sobre a criação de perfil da rede de contatos profissionais nas redes sociais profissionais; Criar currículo atualizado, entendendo os elementos fundamentais e os elementos acessórios.</p>
<p>Competências e habilidades previstas no Plano de Curso: Desenvolver textos técnicos, comerciais e administrativos aplicados à área do curso, de acordo com normas e convenções específicas; Aplicar os modelos de correspondência comercial [...]; Aplicar conhecimentos e regras linguísticas na execução de pesquisas específicas da área de Recursos Humanos.</p>

Duração: 5 aulas

Metodologias: Logo nas primeiras aulas do semestre letivo, trazemos à sala de aula a temática do perfil profissional em diversos meios de relacionamento contemporâneo.

Comentamos sobre a constituição do perfil em redes sociais como no *Facebook* e suas implicações como constituintes de uma imagem profissional. Ainda no tema, discorremos sobre as atuais redes sociais profissionais, como o *LinkedIn*, rede na qual tratamos das relações corporativas e temas atinentes ao mundo do trabalho. Pensamos nessas formas de relacionamentos virtuais como possibilidades para a criação de um *networking*, termo em inglês para “rede de contatos”. Após esta etapa, chamamos a atenção para esse fator, além de ajudá-los na elaboração de um currículo atualizado e que deve ser adequado a cada vaga pretendida e à empresa almejada. Na elaboração do currículo e do perfil da rede social profissional, além da escrita social e profissionalmente relevante e sua pertinente adequação, podemos, entre outros tópicos, rever regras de pontuação, uso da letra maiúscula, abreviação, sequência lógica cronológica, síntese e concisão, além da concordância verbo-nominal.

Critérios de avaliação: Participação oral, criação de perfil profissional no *LinkedIn*, adequação da apresentação e fotos de perfil nas redes sociais ajustando-as à imagem profissional adequada a cada função pretendida, currículo impresso ou enviado por *e-mail*.

Resultados esperados: Tencionamos provocar uma maior sensibilização dos estudantes na direção da influência e do poder das redes sociais para fins profissionais e como poderão, nesse contexto, apresentar-se adequadamente a uma vaga de trabalho.

**Observações:**

Em resposta à pergunta: Durante o percurso das aulas, você notou mudança de hábitos em relação ao uso das linguagens nos seus mais diversos contextos? Poderia mencionar exemplos? Uma das questões enviadas aos discentes como avaliação da aula de LTT, uma estudante informa:

Figura 1 – *Feedback* sobre adequação de redes sociais e profissionais

Sim, notei. Supervisiono as minhas redes sociais em relação ao conteúdo postado e busco melhorias em relação a minha escrita.

Fonte: Arquivo pessoal digital

Figura 2 – Currículo Profissional elaborado por estudante

[redacted] de Souza  
 [redacted]@gmail.com  
 19 anos, solteiro  
 [redacted], nº 100, Jardim Romano, São Paulo, SP  
 Res.: [redacted]-6560 / Cel.: (11) [redacted]-6004cel.

**Objetivo**

- Atuar na área administrativa,

**Formação Acadêmica**

- Etec da Zona Leste – Técnico em Administração – Concluído 2º Semestre/2018 ;
- Etec Tereza Aparecida Cardoso de Oliveira Nunes – Técnico em Recursos Humanos – Início 1º Semestre/2019; Previsão de Conclusão 1º Semestre/2020

**Experiência Profissional**

- Estagiário Administrativo [redacted] SEGUROS LTDA EPP – 02/07/2018 a 31/12/2018

Fonte: Arquivo pessoal

#### Bibliografia:

LINKEDIN. Disponível em <[https://www.linkedin.com/uas/login?\\_l=pt](https://www.linkedin.com/uas/login?_l=pt)>. Acesso em 20/maio/2019.

MINHOTO, L. D.; MARTINS, C. E. As redes e o desenvolvimento social. Cadernos Fundap, n. 22, p. 81-101, 2001.

MODELOS DE CURRÍCULOS. G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/modelos-de-curriculo.html>>. Acesso em 20 mai. 2019.

REDES SOCIAIS CONECTAM VIDA PESSOAL A PROFISSIONAL. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252012000300008>>. Acesso em 20 mai.2019.

TERCIOTTI, Sandra Helena. MACARENCO, Isabel. Comunicação empresarial na prática, 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

### 3.4.3 Plano de aula 3 - Adequação da linguagem

A escrita, na diversidade de seus usos, cumpre funções comunicativas socialmente específicas e relevantes (ANTUNES, 2003).

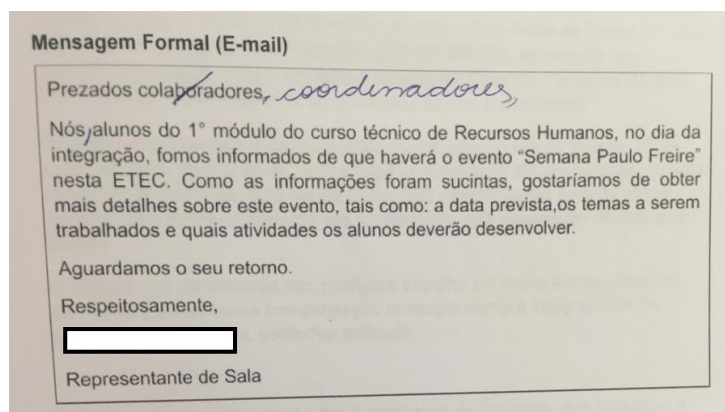
Tema: Comunicação Profissional na prática
Objetivos: Assegurar que os estudantes tenham acesso a estruturas de textos de <i>e-mail</i> atualizadas e saibam adequá-las ao contexto específico no qual atuam ou atuarão profissionalmente.
Competências e Habilidades previstas no Plano de Curso: Analisar textos técnicos, administrativos e comerciais da área do curso por meio de indicadores linguísticos e indicadores extralinguísticos; Desenvolver textos técnicos, comerciais e administrativos aplicados à área do curso, de acordo com normas e convenções específicas; Identificar e aplicar elementos de coesão e coerência em artigos e em documentação técnico-administrativos relacionados à área de Recursos Humanos; Aplicar modelos de correspondência comercial [...]; Aplicar conhecimentos e regras linguísticas na execução de pesquisas específicas da área de Recursos Humanos.
Tempo: Semestre letivo
Metodologias: Em momentos oportunos, durante o semestre letivo, devemos dar a devida importância ao canal e gênero textual mais usado no cenário laboral contemporâneo. Assim, coube apresentar alguns <i>e-mails</i> autênticos e analisá-los junto à turma. Após familiarizados com a estrutura e os propósitos do <i>e-mail</i> , levamos os estudantes ao laboratório de informática para que realizem exercícios práticos. Nesse espaço, temos a oportunidade de tirar algumas dúvidas em relação ao <i>e-mail</i> como ferramenta de trabalho e praticar a escrita, além do envio e <i>feedback</i> . Para escrita do <i>e-mail</i> , damos um destinatário real (pode ser o próprio professor), algum departamento da escola ou até mesmo outras instituições. Definido o destinatário, o teor do <i>e-mail</i> também deve corresponder a alguma situação real ou o mais próximo disso, pode ser uma atividade escolar prevista, como uma visita técnica.

O *e-mail* deve ser enviado e tudo nele analisado para fins didáticos, isto é, o correio eletrônico configurado e adequado à atividade profissional, forma de exposição do nome do usuário, assunto descrito, saudação adequada (revisamos os pronomes de tratamento), corpo do *e-mail* (aqui trabalhamos a concisão, coesão e coerência, além das regras gramaticais para acentuação, pontuação e concordância) e despedida, sem deixar de lado a adequação que cada mensagem deve ter dependendo do destinatário e do assunto tratado.

Critérios de avaliação: Qualidade da produção textual e envio adequado dos correios eletrônicos.

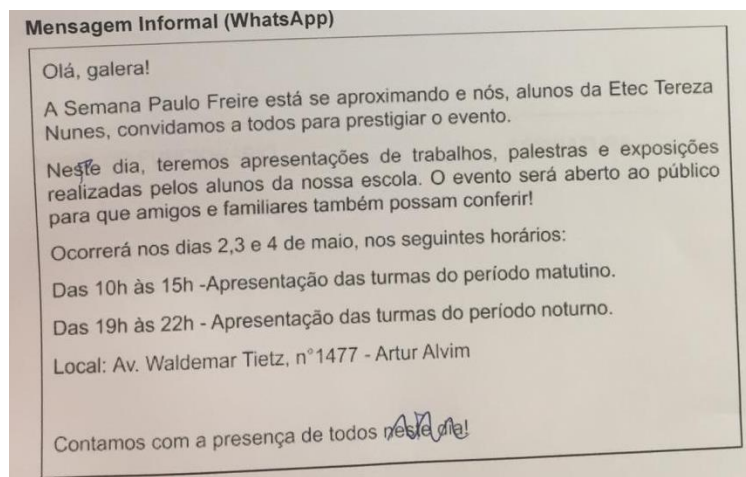
Resultados esperados: Com essa atividade, objetivamos oferecer subsídios para a construção de *e-mails* adequados a cada situação comunicativa específica.

Figura 3 – *E-mail* formal elaborado por estudantes



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 4 – Mensagem (convite) veiculada via WhatsApp elaborada por estudantes



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 5 – Comunicação em grupo de *Instant Messenger*



Fonte: Arquivo pessoal digital

#### Bibliografia:

- DEMAI, Fernanda Mello. *Português Instrumental*. São Paulo: Editora Érica, 2014.
- FERREIRA, Patrícia Ítala. MALHEIROS, Gustavo. *Comunicação empresarial*. São Paulo: Atlas, 2006.
- MASCHUSCHI, Luiz Antônio; Xavier, Antônio Carlos (Orgs.) *Hipertexto e gêneros digitais: Novas formas de construção de sentido*. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009.
- TERCIOTTI, Sandra Helena. MACARENCO, Isabel. *Comunicação empresarial na prática*, 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

### 3.4.5 Plano de aula 4 - Do modelo à adequação: sensibilizando o estudante para autonomia da produção textual no contexto profissional

A escrita compreende etapas distintas e integradas de realização (planejamento, operação e revisão), as quais, por sua vez, implicam da parte de quem escreve uma série de decisões (ANTUNES, 2003).

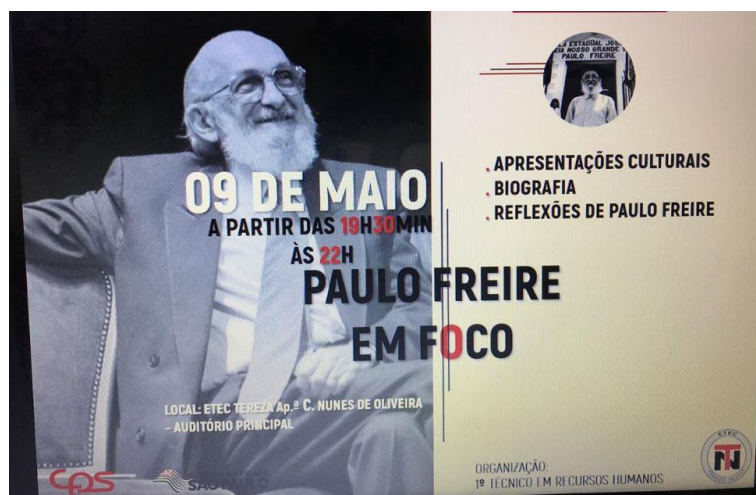
Tema: Redação Comercial: a palavra-chave é *adequação*

Objetivos: Indicar formas de diagnosticar fontes confiáveis para pesquisa de modelos de documentos; Sensibilizar os estudantes em relação às funções sociais dos documentos; Indicar as adequações necessárias em relação ao tempo e colocação da organização no cenário corporativo; Dar oportunidades para que o estudante tenha condições de criar seu próprio documento com vistas a uma estrutura.
Competências e Habilidades previstas no Plano de Curso: Analisar textos técnicos, administrativos e comerciais da área do curso por meio de indicadores linguísticos e indicadores extralinguísticos; Desenvolver textos técnicos, comerciais e administrativos aplicados à área do curso, de acordo com normas e convenções específicas; Identificar e aplicar elementos de coesão e coerência em artigos e em documentação técnico-administrativos relacionados à área de Recursos Humanos; Aplicar modelos de correspondência comercial [...]; Aplicar conhecimentos e regras linguísticas na execução de pesquisas específicas da área de Recursos Humanos.
Tempo: Semestre letivo
Metodologia: Em momentos oportunos durante o semestre letivo, trabalhamos com modelos da correspondência comercial que são usados na atualidade. Muitos dos documentos são veiculados por <i>e-mail</i> , outros, impressos e, posteriormente, digitalizados ou microfilmados e enviados por <i>e-mail</i> . Para uma prática dinâmica, criamos um evento na unidade escolar. As tarefas foram divididas entre várias equipes. Cada equipe desenvolveu uma atividade que envolvia as mais variadas linguagens. As atividades foram: comunicação via <i>e-mail</i> ; elaboração de um <i>folder</i> com a divulgação do evento; <i>banner</i> ; apresentação oral; comunicação via Power Point; registro fotográfico; vídeo com retrospectiva do evento; certificado aos participantes; ata e relatório final. Além da organização e participação do evento, os estudantes colocaram em prática, os conteúdos estudados.
Critérios de avaliação: Planejamento e elaboração adequada das tarefas específicas em linguagem formal e informal, dependendo do propósito da comunicação.



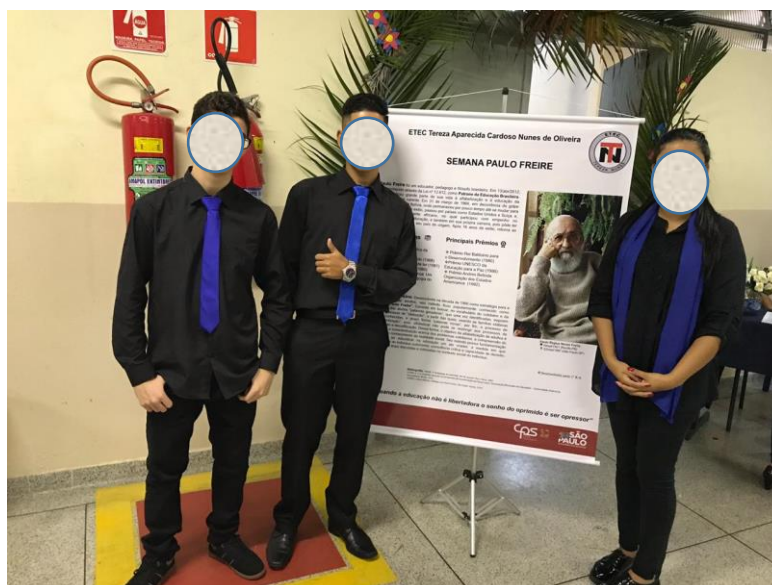
Resultados alcançados: Com o desenvolvimento do projeto, propiciamos o desenvolvimento da liderança, organização, planejamento e trabalho em grupo, além da adequação das linguagens nos textos utilizados e diferentes ferramentas para elaboração e divulgação.

Figura 6 – Convite para o evento “Semana Paulo Freire” veiculado nas mídias sociais e murais da ETEC Tereza Aparecida Cardoso Nunes de Oliveira



Fonte: Arquivo pessoal digital

Figura 7 - Recepção e *banner* do evento Semana Paulo Freire realizada na ETEC Tereza Aparecida Cardoso Nunes de Oliveira



Fonte: Arquivo pessoal digital – ETEC Tereza Aparecida Cardoso Nunes de Oliveira



Figura 8 - Certificado elaborado para os participantes da Semana Paulo Freire realizada na ETEC Tereza Aparecida Cardoso Nunes de Oliveira



Fonte: Arquivo pessoal

#### Bibliografia:

- ANTUNES, Irandé. Aula de Português: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.  
 \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Lutar com as palavras – Coesão e Coerência. São Paulo: Parábola, 2005.  
 \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- DEMAI, Fernanda Mello. Português Instrumental. São Paulo: Editora Érica. 2014.
- FERREIRA, Patrícia Ítala. MALHEIROS, Gustavo. Comunicação empresarial. São Paulo: Atlas, 2006.
- TERCIOTTI, Sandra Helena. MACARENCO, Isabel. Comunicação empresarial na prática, 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

#### 3.4.6 Plano de aula 5 - Comunicações em aplicativos de *instant messenger*

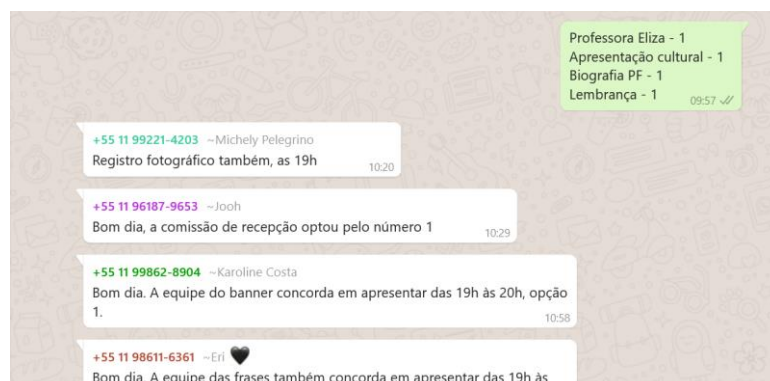
“Escrever, na perspectiva da interação, só pode ser uma atividade cooperativa” Antunes (2005).

Tema: Grupo de *WhatsApp* profissional/

Objetivos: Indicar formas adequadas para comunicações profissionais em grupos de <i>Instant Messenger</i> ; Rememorar regras de pontuação e acentuação gráfica; Indicar termos pressupostos e subentendidos.
Competências e Habilidades descritas no Plano de Curso: Desenvolver textos técnicos, comerciais e administrativos aplicados à área do curso, de acordo com normas e convenções específicas; Identificar e aplicar elementos de coesão e coerência em artigos e em documentação técnico-administrativos relacionados à área de Recursos Humanos; Aplicar modelos de correspondência comercial [...]; Aplicar conhecimentos e regras linguísticas na execução de pesquisas específicas da área de Recursos Humanos.
Tempo: 5 aulas
Metodologias: Visando a um projeto específico, criamos um grupo de <i>WhatsApp</i> para ser usado com a finalidade de agilizar a comunicação entre colegas de sala e professora. Em sala de aula, comentamos sobre as adequações necessárias que os textos usados nos aplicativos necessitam, embora seja uma comunicação informal, não podemos perder de vista a atividade profissional. Durante duas semanas, estudantes e professora se comunicavam no grupo. Como professora, enfatizei a cordialidade, adequação de horários, acentuação e pontuação corretas. Após o período estipulado, a plataforma das mensagens instantâneas foi aberta em sala e projetada para que todos pudessem refletir, mais uma vez, sobre os pontos positivos e negativos das mensagens trocadas. Em uma aula dialogada, apontamos os trechos das mensagens que poderiam ser escritos de maneira mais elaborada, quando houve uso excessivo de <i>emoticons</i> , ícones gráficos usados em substituição à linguagem verbal; extensão dos áudios enviados desnecessariamente, cruzamento de vários assuntos, entre outros pontos, todos sinalizados com objetivo que, em um grupo de mensagens profissional, esses deslizos não sejam cometidos.
Critérios de avaliação: Participação positiva no grupo de mensagens instantâneas. Reflexão em sala de aula sobre as adequações necessárias.

Resultados esperados: Desejamos, com as práticas propostas, fomentar o trabalho em equipe, liderança, planejamento e execução de tarefas, escrita com recursos tecnológicos informacionais, adequação da linguagem usada para as comunicações elaboradas à coordenação, alunos, egressos, visitantes em diversos meios de comunicação contemporâneos.

Figura 9 - Grupo de comunicação profissional em aplicativo de mensagens instantâneas



Fonte: Arquivo digital pessoal, 2019.

#### Bibliografia:

- BACICH, Lilian; MORAN, José. (Orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.
- GRANATO, Luiza. Os sete pecados capitais do grupo de WhatsApp do trabalho. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/os-sete-pecados-capitais-do-grupo-de-whatsapp-do-trabalho/>> . Acesso em 20 mai. 2019.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos (Orgs.). Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21.ed. Campinas: Papirus, 2013.

Além de pensar nos temas significativos para cada componente curricular, a metodologia escolhida deve refletir, também, sentidos e propósitos. Vale ressaltar a conferência dada na Pontifícia Universidade Católica em 1993 na qual Freire salientou que o saber pressupõe uma intencionalidade, não há espaço para orientações fora dos questionamentos e reais propósitos. Freire afirma que o melhor método é aquele que propuser a melhor aproximação com o objetivo e que a intencionalidade está inserida no processo de as mulheres e os homens produzirem o mundo e serem por ele (o mundo) produzidas e produzidos, com seus corpos e consciências e nos seus corpos e consciências.

Os planos de aula apresentados têm em comum o uso de metodologias ativas, que são métodos diversos que fomentam a prática do estudante. Ao contrário que muitos pensam, metodologias ativas não têm relação específica com as tecnologias informacionais. Metodologias ativas são estratégias que engajam os estudantes em seu processo de aprendizagem. (PRINCE, 2004). Esses métodos podem, ou não, usar a tecnologia informacional. Moran afirma que “Metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida”. (MORAN, 2018, p. 4).

Na intenção de distanciar a prática escolar da educação bancária (FREIRE, 1987), as ações que propiciam a atividade crítica discente são apontadas como mais eficazes para o desenvolvimento das competências e habilidades. Muitos autores apontam que melhor desenvolvem as competências e habilidades aqueles que participam ativamente desse processo. (MORAN, 2012).

Nessa experiência parcialmente relatava, não ignoramos a constituição da sala específica. Mais que pedir, no primeiro contato com os alunos, uma apresentação do nome, idade e “de onde veio”, coletamos dados preciosos de maneira cautelosa, pois são indicativos de quais métodos são mais adequadas ao perfil da turma.

As aulas expositivas, embora sejam estratégias válidas, não oferecem subsídios suficientes para a construção de saberes em Língua Portuguesa. O estudante precisa, após orientação, pesquisa e estudo, protagonizar sua aprendizagem, isto é, praticar. Essa prática se desvela nas propostas metodológicas orientadas pelo docente que traz propósitos à cada atividade. Sobre o fazer pedagógico nas aulas de LP, Antunes afirma que “[...] à escassez de oportunidades de uma escrita socialmente significativa se soma o agravante de uma escrita que é mero treinamento, para nada e para ninguém”. (ANTUNES, 2005, p. 27).

O protagonismo do educando, em momento algum, diminui a importância do professor em sala de aula. Vasconcelos (2016, p. 23) nos ensina que “Ainda que hoje muito se indague a respeito do papel docente nesta sociedade, invadida pela tecnologia e marcada por transformações constantes, a participação do professor no processo de formação das novas gerações permanece inquestionável”. A autora assevera, “[...] daí ser importante que cada professor reflita sobre sua própria prática e, conseqüentemente, sobre seu próprio discurso: o quanto, com sua prática, colabora efetivamente para que seu aluno venha ser o indivíduo consciente e crítico que ele deseja formar”. (VASCONCELOS, 2009, p. 20).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas, se dizer a *palavra verdadeira*, que é *trabalho*, que é *práxis*, é *transformar o mundo*, dizer a *palavra* não é privilégio de alguns homens, mas *direito de todos os homens* (Paulo Freire, 2018, grifos nossos).

A Educação Profissional e Tecnológica é uma ponte que une a Educação Básica e o mundo profissional. As propostas voltadas para a edificação de um novo profissional ajustam-se para o melhor desenvolvimento dos sujeitos imbuídos em uma sociedade e que nela participam ativamente.

Nessa perspectiva, a prática por uma Educação de qualidade no Brasil é um sonho antigo. Sonho este resgatado por todo educador que se levanta com a intenção de propiciar uma aprendizagem significativa. A ação docente, sem dúvidas, fomenta mudanças nos educandos que estão dispostos a fazerem das experiências da sala de aula, experiências para a vida. E é pensando na vida além dos muros da escola que a Educação Profissional e Tecnológica atua e reverbera formas possíveis de romper paradigmas junto a uma população não privilegiada na consolidação de seus direitos.

Entre o ideal e a realidade, a partir das reflexões incorporadas à linha de pesquisa Língua, Literatura: formação de professores e práticas docentes, a presente dissertação se propôs a discutir sobre a *práxis* docente na ministração das aulas de Comunicação Profissional, aproximando, assim, três aspectos: a orientação curricular, as necessidades comunicativas do mercado de trabalho e as especificidades da sala de aula da Educação Profissional e Tecnológica.

Dado enredamento do tema e suas possibilidades de análises, realizamos diferentes estudos para que, no agulhão da educação, nós, professores, tenhamos condições para reflexão sobre nossa atuação na contemporaneidade, realidade em que os antigos “alunos”, em alusão à nutrição de informações que recebiam passivamente, são concebidos “estudantes”, aqueles que buscam conhecimento, e nesse processo, têm prazer, sujeitos que não vão (ou deveriam ir) à escola à procura de informações, mas para vivenciarem experiências de aprendizagem.

Neste ponto, cabe um parêntesis em relação à (falta de) maturidade que grande parte dos estudantes brasileiros têm em relação aos estudos, à pesquisa. Por motivos aqui não comentados, porém por muitos professores observados, a educação brasileira carece do incentivo a uma *vida curiosa*, estudos que estão relacionados ao conhecimento, crescimento e

prazer, e não apenas a avaliações. Esses fatores, presentes em todas as instituições de ensino, ecoam na vida profissional dos jovens e adultos brasileiros.

Muitos dos percalços da sala de aula vinculam-se às atitudes dos estudantes que não favorecem a aprendizagem.

À turma participante da presente pesquisa, além da pesquisa enviada no início do semestre que buscou traçar uma identidade dos estudantes, pormenorizada no capítulo 3, enviamos outro questionário *on-line* no final do processo, desta vez, com a intenção de avaliar a aula de LTT perspectiva dos estudantes.

Quando questionados sobre “O que interfere, negativamente, no desenvolvimento das aulas de Linguagem Trabalho e Tecnologia”, citações como “Falta de interesse de alguns alunos”, “Ruídos” e termos confluentes foram citados, ou, quando solicitamos que completem a frase “Aprendo mais no componente curricular de Linguagem, Trabalho e Tecnologia quando...”, houve manifestações concernentes às atitudes dos estudantes como “Todos estão em silêncio”; “Não tem conversa paralela”; “Não há distrações, nem conversas paralelas”; “A sala está em silêncio, e a professora consegue explicar melhor”.

O tema *sala de aula* em cena, enfoca, muitas das vezes, a figura do professor (nesta pesquisa não foi diferente) e de suas abordagens pedagógicas que fazem fluir (ou não) a aprendizagem, contudo, é crucial que, similarmente, pensemos, enquanto autoridades, família e sociedade, em estratégias para que nossos estudantes sejam sujeitos conscientes e compreendam os propósitos da educação escolar, nos quais possamos reconhecer atitudes de respeito e cooperação.

Em vista disso, não podemos sucumbir e desvanecer frente às adversidades e temos, como docentes, uma vocação que, na voz de Alves (1985, p. 11), “nasce de um grande amor e de uma grande esperança”.

À luz dos levantamentos teóricos realizados, ficou evidente que a origem da Educação para o Trabalho recebeu aspirações iniciais assistencialistas e mecanicistas. A criação de escolas para o ensino de ofícios recebe, até hoje, consideráveis críticas, especialmente sobre a “alienação para o trabalho”, conceitos aprofundados por Marx (1818 - 1883) e pensadores que recepcionaram e desenvolveram suas ideias, perspectiva que, nesta pesquisa, não foi abordada e, dessa forma, poderá, no futuro, ser desenvolvida e somar aos estudos já realizados. Por outro lado, associamos as diversas legislações que orientam a EPT e percebemos um discurso que, na

atualidade, a formação técnica - profissional rompe com paradigma do saber meramente operacional e forma estudantes para atuarem em diferentes áreas da economia.

Vimos que as especificidades da língua usada nas relações de trabalho têm seus primeiros estudos evidenciados na Comunicação Empresarial, posteriormente chamada de Comunicação Organizacional. Os postulados realizados na grande área da Administração coincidem com a modernização das empresas, globalização e consolidação da tecnologia informacional, mas não reúnem informações suficientes para que a Comunicação Organizacional seja transformada em componente curricular para a formação de futuros profissionais e, dadas as transformações da sociedade e relações de trabalho, necessitam adequações.

Estudos linguísticos vigentes, especialmente os que sublinham as relações sociais pela linguagem, são exemplos de teorias relevantes para a comunicação estabelecida nas relações de trabalho e que encontram na formação dos especialistas da linguagem, melhor fundamentação. Contudo, aos docentes licenciados em Letras faltam conhecimentos sobre o mundo do trabalho para além do seu espaço de atuação, a escola. Dessa forma, é fundamental que o professor, enquanto profissional que atua na EPT, busque mecanismos para sua constante atualização sobre o mercado laboral.

Não podemos desconsiderar que, nos dias atuais, jovens (e também adultos que estiveram décadas distantes da escola) não possuem o conhecimento ideal da linguagem usada para além dos contextos coloquiais, portanto, as aulas de Comunicação Profissional na EPT representam oportunidades para crescimento cognitivo e pessoal dos estudantes. Pelo exposto, além da Comunicação Profissional, as instituições constituintes da EPT devem incorporar às matrizes curriculares componentes transversais, também conhecidos como socioemocionais, aqueles além dos componentes específicos, como forma de oportunizar uma formação plural e humanizadora, como tem feito o Centro Paula Souza.

Contudo, para que a prática pedagógica alcance seus propósitos, é preciso que haja correspondência entre o currículo escolar e as necessidades reais do contexto laboral, futuro cenário de trabalho do estudante em formação. Vimos, pela pesquisa direcionada aos colaboradores que, embora uma pesquisa incipiente, a Comunicação Organizacional permeia pelo uso massivo das tecnologias informacionais, apresenta níveis variados de formalidade e elevado fluxo de informações. São informações relevantes para o direcionamento das aulas de Língua Portuguesa para o Trabalho. No sentido da *práxis* docente, salientamos três aspectos:

Busca pela identidade da turma; estudo das orientações formais da instituição de ensino e as abordagens para as aulas de LTT.

Em consideração à identidade discente, faz parte da prática docente, no início do semestre, aplicar uma avaliação diagnóstica, com a intenção de verificar quais são os conhecimentos que os estudantes têm em relação ao componente que será ministrado, porém, em nossa proposta, fomos além do diagnóstico do conteúdo. Levantamos informações que ajudaram a compreender e traçar estratégias que acolhessem melhor as diferentes faixas etárias, formações anteriores, condições econômicas e experiências profissionais. Esta prática trouxe clareza para as estratégias compatíveis para o perfil da turma.

O segundo enfoque diz respeito às consultas realizadas para elaboração dos planos de aula. Destacamos, neste estudo, que as aulas devem ser elaboradas à luz do plano de curso da instituição, documento muitas vezes desconsiderado pelos docentes, e em sintonia com a vida fora dos muros da escola. Nesse sentido, sugerimos que no planejamento semestral seja dado enfoque à leitura e estudo do Plano de Curso, servindo este de conhecimento introdutório sobre o curso da formação técnica e o perfil profissional a ela atribuído. Esse estudo deverá ser feito em conjunto (professores que têm a mesma formação e coordenação pedagógica). As aulas de Língua Portuguesa para o Trabalho devem ser ministradas levando em consideração o perfil profissional, pois cada profissão requer habilidades particulares, conseqüentemente, abordagens diferenciadas.

Ademais, em atenção aos resultados da pesquisa realizada com colaboradores, indicamos, também, que as aulas de LTT sejam ministradas no Laboratório de Informática e com o uso dos mais diferentes dispositivos tecnológicos, fatores que requerem, da unidade escolar, espaço adequado e recursos necessários. Essa ação implica na qualidade dos ambientes pedagógicos da EPT e, também, na qualidade da formação do professor que deve, sobretudo, promover conhecimentos atualizados e prever os diferentes contextos de atuação profissional do presente e suas particularidades.

Como abordagens possíveis para Linguagem, Trabalho e Tecnologia, propusemos atividades que, além da aproximação à área de formação, tinham que ver com a realidade dos estudantes e da escola. Mais que modelos de documentos, cópias ou orientações subjetivas, os estudantes puderam vivenciar experiências associadas à Comunicação Profissional em diferentes contextos situacionais.



Segundo Antunes (2005), por muitos anos o ensino de língua materna na Educação Básica foi marcado pelo “certo e errado”, complete a frase, circule o dígrafo, limitando o estudo da língua materna a rotulações e repetições, ações nutridas pela escola tradicional, celetista e classificatória, além da recente prática de aulas de Língua Portuguesa voltadas para o Exame Nacional do Ensino Médio e vestibulares, particularidades importantes, contudo não podem ser as únicas abordagens válidas.

Em suma, nossas inquietações iniciais sobre o currículo para as aulas de Comunicação Profissional e as necessidades do mercado de trabalho encontraram na *práxis* docente possíveis refutações. Ainda que as orientações institucionais estejam, em parte, distantes da realidade por serem parte de um processo documental complexo e prolongado, e, por outro lado, estarmos imbuídos em uma sociedade acelerada cujo mercado de trabalho apresenta necessidades oscilantes, podemos, como docentes, harmonizar esses fatores enfocando nossas ações no desenvolvimento das competências e habilidades, uma prática que supera o cumprimento de conteúdos.

Com esse intento, a formação curricular da Educação para o Trabalho deve (sempre) evidenciar o ensino da língua, habilidade singular do ser humano usada em todas as instâncias sociais, especialmente no trabalho.

E que nós, enquanto professores, encontremo-nos na definição de Freire, perseverantes no fomento da *palavra* e na transformação do mundo.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Anthonie Mateus Magalhães; GONZALES, Wania Regina Coutinho. *Educação profissional e tecnológica: análises e perspectivas da LDB/1996 à CONAE 2014. Ensaio*: Rio de Janeiro, v.24, n. 92, p. 719-742, jul./set. 2016.

ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. 13. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1985.

ANTUNES, Irandé. *Aula de Português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Lutar com as palavras: Coesão e Coerência*. São Paulo: Parábola, 2005.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ATCHOARENA, David. *A parceria no ensino técnico e na formação profissional: o conceito e sua aplicação*. Brasília: UNESCO, SEMTEC/MEC, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *Gêneros do discurso*. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BATISTA, Ronaldo Oliveira. *Introdução à pragmática: A linguagem e seu uso*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2012.

\_\_\_\_\_. *A linguagem e os falantes: ideias linguísticas e sua história*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. *Sobre Educação e Juventude*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. 4ª ed. Moderna: São Paulo, 2016.

BRASIL. O Decreto n.º 979 de janeiro de 1903. Faculta aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses. Disponível em: <Faculta aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-norma-pe.html>>. Acesso em 25 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 5.241, de 27 de agosto de 1927. Cria o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Colégio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados e dá outras providências. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5241-22-agosto-1927-563163-publicacaooriginal-87295-pl.html>>. Acesso em 10 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930. Lei da criação do ministério da saúde, educação. Diário Oficial da União, DF, 18 de nov. 1930. Seção 1. Disponível em: <

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em 25 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 378, de 13 janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jan. 1937. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 03 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jan. 1937. Seção 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm)>. Acesso em 20 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 4.244 de 09 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Legislação Federal, 1942. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 abr. 1942 - Seção 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 05 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto – Lei de 06 de outubro de 1969. Cria, como entidade autárquica, o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1969/decreto.lei-0-06.10.1969.html>>. Acesso em 30 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 16.309 de 4 de dezembro de 1980. Integra unidades escolares no Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1980/decreto-16309-04.12.1980.html>>. Acesso em 08 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

\_\_\_\_\_. Decreto 37.735 de 27 de outubro de 1993. Autoriza a transferência das Escolas Técnicas Estaduais para o Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETPS e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/14724>>. Acesso em 01 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º. 9394 de 20 dezembro de 1996. Dispõe sobre a Educação Básica Brasileira. MEC, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em 20 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB n.º 02/97. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_parecer0297.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer0297.pdf) f. Acesso em 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB n.º 17/97. Estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_parecer1797.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer1797.pdf) f. Acesso em 20 de jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB n.º 04/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_resol0499.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_resol0499.pdf). Acesso em 20 de jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB n.º 16/99. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_parecer1699.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer1699.pdf). Acesso em 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, 1999.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9.870, de 23 de novembro de 1999. Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_lei9870.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_lei9870.pdf). Acesso em 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_lei10172.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_lei10172.pdf). Acesso em 21 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_dec5154.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_dec5154.pdf). Acesso em 22 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB n.º 1, de 21 de janeiro de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_resol1\\_21jan\\_2004.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_resol1_21jan_2004.pdf). Acesso em 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB n.º 39/2004. Aplicação do Decreto n.º 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_parecer392004.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer392004.pdf). Acesso em 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB N.º 40/2004. Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei n.º 9.394/96 (LDB). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_parecer402004.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer402004.pdf). Acesso em 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução N.º 1, de 3 de fevereiro de 2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n.º 5.154/2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_resol1\\_3fev\\_2005.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_resol1_3fev_2005.pdf). Acesso em 20 de jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução n.º 2, de 4 de abril de 2005. Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB n.º 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_resol2\\_4abril\\_2005.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_resol2_4abril_2005.pdf). Acesso em 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 11.180, de 23 de setembro de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei no 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_lei11180.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_lei11180.pdf). Acesso em 20 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Resolução n.º 4, de 27 de outubro de 2005. Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n.º 5.154/2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb04\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb04_05.pdf) >. Acesso em 27 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_dec5622.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_dec5622.pdf). Acesso em 05 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CES Nº: 277/2006. Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pces277\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pces277_06.pdf) >. Acesso em 20 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_dec5840.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_dec5840.pdf). Acesso em 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 6.301, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – eTec Brasil. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_dec6301.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_dec6301.pdf). Acesso em 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei n.º 11741 de 16 de julho de 2008. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11741.htm)>. Acesso em mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução n.º 3, de 9 de julho de 2008. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf). Acesso em 20 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei

n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.º 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6 n.º da Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lei11788\\_25\\_09\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lei11788_25_09_08.pdf). Acesso em 27 out. 2018.

\_\_\_\_\_. PARECER CNE/CEB n.º: 11/2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011_08.pdf). Acesso em 20 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007->](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-). Acesso em 15 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO CNE/CEB n.º 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012 Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: < [http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao-CNE\\_CEB-06\\_2012.pdf](http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao-CNE_CEB-06_2012.pdf)>. Acesso em 13 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em 10 out. 2018.

CARVALHO, Dirce Maran de. *A Gestão escolar em escolas públicas de ensino médio: teoria, legislação e a prática do cotidiano*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

CARVALHO, Marcelo Augusto Monteiro de. *A criação do SENAI no contexto da Era Vargas*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <doi:10.11606/D.8.2011.tde-18062012-102134>. Acesso em: 26 mar. 2019.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. v. 1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *A sociedade em rede*. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CELANI, Maria Antonieta Alba. Revivendo a aventura: desafios, encontros e desencontros. In CELANI, Maria Antonieta Alba; FREIRE, Maximina M.; RAMOS, Rosinda de Castro Guerra (Orgs.) *A abordagem instrumental no Brasil: Um projeto, seus percursos e seus desdobramentos*. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: EDUC, 2009.

CENTRO PAULA SOUZA. *Novas Modalidades de Ensino Médio*. Disponível em <<https://www.cps.sp.gov.br/cps-amplia-oferta-de-novas-modalidades-de-ensino-medio-em-2019/>>. Acesso em 01 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. *Plano de curso Técnico em Recursos Humanos*. 2013.

CINTRA, Anna M. M; PASSARELLI, L. G. *Revisitando o ensino de língua portuguesa para fins específicos*. In: CINTRA, Anna M. M. *Ensino de língua portuguesa: reflexão e ação*. São Paulo: EDUC, 2008.

CINTRA, Anna Maria Marques. Português Instrumental: um percurso. In: CELANI, Maria Antonieta Alba; FREIRE, Maximina M.; RAMOS, Rosinda de Castro Guerra (Orgs.) *A abordagem instrumental no Brasil: Um projeto, seus percursos e seus desdobramentos*. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: EDUC, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: UNESP, 2005.

DEMAI, Fernanda Mello. *Português Instrumental*. São Paulo: Editora Érica, 2014.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Missão Concepções e práticas do grupo de formulações e análises curriculares (GFAC): O laboratório de Currículo do Centro Paula Souza. In: ARAÚJO, Almério Melquíades de; DEMAI, Fernanda Mello (Orgs.). *Currículo Escolar em Laboratório: a Educação Profissional e Tecnológica*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2019.

DOWBOR, Ladislau. *O que acontece com o trabalho?*. São Paulo: SENAC, 2006.

ETEC TEREZA APARECIDA CARDOSO NUNES DE OLIVEIRA. Disponível em: <<http://etecterezanunes.com.br/etec-tereza-nunes-2/>>. Acesso em 28 mai. 2019.

FERREIRA, Patrícia Ítala. MALHEIROS, Gustavo. *Comunicação empresarial*. São Paulo: Atlas, 2006.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. v. 5, Rio de Janeiro: SENAI, 1986.

FREIRE, Paulo. *Educação e atualidade brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 27. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015 [1996].

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 66. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2018.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, v. 2 - Antonio Gramsci: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Ed. e tradução Carlos N., Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 [1960].

GRANATO, Luiza. *Os sete pecados capitais do grupo de WhatsApp do trabalho*. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/os-sete-pecados-capitais-do-grupo-de-whatsapp-do-trabalho/>>. Acesso em 20 mai. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Disponível em:<<https://novospo.spo.ifsp.edu.br/historico>>. Acesso em 22 nov. 2018.

KLEIMAN, Angela B. *Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna*. Signo, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 1-25, jul. 2007. ISSN 1982-2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/242/196>>. Acesso em: 18 out. 2019. doi: <https://doi.org/10.17058/signo.v32i53.242>.

KREEPS, Gary L. *La comunicación en las organizaciones*. 2. ed. Buenos Aires: Addison-Wesley Iberoamericana, 1995.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. 4. ed. rev. e atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Comunicação Organizacional: conceitos e dimensões dos estudos e das práticas*. In: MARCHIORI, Marlene (Org.) *Faces da cultura e da comunicação organizacional*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. (Org.). *Comunicação Organizacional: Histórico, fundamentos e processos*. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2009a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. (Org.). *Comunicação Organizacional: Linguagem, gestão e perspectivas*. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2009b.

LACERDA, Naziozênio A. *O ensino de português para fins específicos: questões e desafios*. IV ECLAE -Encontro das Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino. Teresina: EDUFPI, 2010.

LACERDA, Naziozênio Antonio; SOUSA, Maria Araujo de; SILVA, Maria Thaís Monte da. *Ensino de português para fins específicos: uma análise curricular em projetos pedagógicos de cursos de graduação da UFPI*. Disponível em: < <https://gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2014/anexos/593.pdf>>. Acesso em 30 out. 2019.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Atiea, 1993.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LIBANELO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização*. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Silvia Elena; SANTOS FILHO, Salvador dos; SANTOS FILHO, Clóvis Roberto dos. *Os (des) caminhos da educação profissional e tecnológica no estado de São Paulo - das raízes às reformas neoliberais: aspectos históricos e reflexões políticas*. São Paulo: Sinteps, 2008. Disponível em <<http://www.sinteps.org.br/images/cartilhas/Livro%20Sinteps%20-%20OS%20DESCAMINHOS%20DA%20EDUCACAO%20PROFISSIONAL%20E%20TEC%20NO%20ESTADO%20DE%20SP%20-%202008.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2019.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital*. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos (Orgs). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARQUESI, Sueli Cristina. *Novas perspectivas no ensino de língua portuguesa para fins específicos: da sala de aula para o ensino via internet*. In: FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS, Neusa Barbosa; MARQUESI, Sueli Cristina (Orgs.). *Língua portuguesa: pesquisa e ensino* - v. 2. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2007.



MARIANO, Rosana. Avaliação da eficácia do portal educacional no ensino médio do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Frédéric. Textos sobre educação e ensino. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MEC. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>>. Acesso em 20 set 2019.

MORAN, José Manuel. *A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá*. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2012.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, Lilian; MORAN, José. (Orgs.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 2018.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

O GLOBO. *Percentual do PIB brasileiro dedicado à educação é maior do que em países desenvolvidos*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/percentual-do-pib-brasileiro-dedicado-educacao-maior-do-que-em-paises-desenvolvidos-22858629>>. Acesso em 4 abr. 2019.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; PAULA, Maria Aparecida de. *O que é comunicação Estratégica nas organizações?* 2. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de. *Linguística funcional centrada no uso e ensino*. In: CASSEB-GALVÃO, VÂNIA; NEVES, Maria Helena de Moura. *O todo da língua: teoria e prática do ensino de português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

PAIVA, Francisco da Silva. *Ensino técnico: uma breve história*. Revista Húmus - ISSN: 2236-4358 mai/jun/jul/ago. 2013. Nº 8. Disponível em <<file:///C:/Users/jucnsadm/Downloads/1677-5776-1-PB.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2019.

PERRENOUD, Philippe. *A prática do professor reflexivo: profissionalização e razão pedagógica*. Tradução Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PRINCE, Michael. *Does active learning works? A review of the research*. Journal of Engineering Education, 93(3), 223-231, jul. 2004.

PUTNAM, Linda; PHILLIPS, Nelson; CHAPMAN, Pamela. *Metáforas da Comunicação Organizacional*. In: CLEGG, Stewart R. HARDY, Cyntia e NORD, Walter R. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais. Ação e análise organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2004, 3 v.

RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* 3. ed. Cortez: São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Políticas e Diretrizes para a educação profissional no Brasil*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial>. Acesso em 20 out. 2019.

ROJO, Roxane, MOURA, Eduardo. *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade (Org.). *O diálogo possível: Comunicação Organizacional e Paradigma da Complexidade*. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2008.

SILVA, Maria Cecília Pérez e Silva; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Linguística Aplicada ao Português: Morfologia*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 1 v.

SILVA, MONICA RIBEIRO DA. A BNCC DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO: O RESGATE DE UM EMPOEIRADO DISCURSO. *Educ. rev.* [online]. 2018, vol.34 [cited 2019-10-30], e214130. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 22 out. 2018.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. São Paulo: Editora Vozes, 2005. v 1.

TEIXEIRA, Hélio Janny; SALOMÃO, Sérgio Mattoso; TEIXEIRA, Clodine Janny. *Fundamentos da Administração: A busca do essencial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

TERCIOTTI, Sandra Helena. MACARENCO, Isabel. *Comunicação empresarial na prática*, 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

THAYER, Lee O. *Comunicação: Fundamentos e sistemas na organização, na administração, nas redes interpessoais*. Tradução Esdras do Nascimento e Sônia Coutinho. São Paulo: Atlas, 1976.

TORQUATO DO REGO, Francisco Gaudêncio. *Comunicação Empresarial/ Comunicação Institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estruturas, planejamento e técnicas*. São Paulo: Summus, 1986.

\_\_\_\_\_. Da gênese do jornalismo empresarial e das relações públicas à comunicação organizacional no Brasil. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). *Comunicação Organizacional: Histórico, fundamentos e processos*. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2009.

VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho., PEREIRA, Helena Bonito Couto. (Orgs.). *Linguagens na sala de aula do ensino superior*. Niterói: Intertexto, 2009.

VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho. (Org.). *Língua e Literatura: Ensino e formação de professores*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2016.

WOLTON, Dominique. *É preciso salvar a comunicação*. Tradução Vanise Pereira Dresch. São Paulo: Paulus. 2006.

## **ANEXO A– LISTA DE LEIS, PARECERES E RESOLUÇÕES RELATIVOS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

- Lei n.º 9.870, de 23 de novembro de 1999, dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências sobre inadimplência de alunos e procedimentos legais para as instituições de ensino;
- Lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), a partir das propostas apresentadas pela lei, os Estados, Distrito Federal e Municípios deverão organizar planos decenais e designa metas para os órgãos administrativos federais para acompanhamento e avaliação dos objetivos do PNE;
- Lei n.º 11.180, de 23 de setembro de 2005, institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei no 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências;
- Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre o estágio de estudantes. A lei determina o estágio como um ato educativo escolar supervisionado, que deverá ser desenvolvido no ambiente de trabalho, visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. Altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.
- Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Regulamenta a modalidade de Educação a Distância no país;
- Decreto n.º 5.840, de 13 de julho de 2006, institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências;
- Decreto n.º 6.301, de 12 de dezembro de 2007, Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – E-Tec Brasil.
- Parecer CNE/CEB n.º 02/97 dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio;
- Parecer CNE/CEB n.º 17/97 estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional;
- Parecer CNE/CEB n.º 16/99 trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;

- Parecer CNE/CEB n.º 39/2004 estabelece a aplicação do Decreto n.º 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio;
- O parecer CNE/CEB n.º 40/2004 trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei n.º 9.394/96 (LDB);
- O parecer CNE/CES n.º 277/2006 dá nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação,
- O parecer CNE/CEB n.º 11/2008, aprovado em 12 de junho de 2008, sobre a proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio;
- Resolução CNE/CEB n.º 3, de 9 de julho de 2008, dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio;
- Resolução CNE/CEB n.º 04/99 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, detalham como as escolas técnicas devem organizar a documentação escolar;
- Resolução CNE/CEB n.º 1, de 21 de janeiro de 2004, estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos;
- Resolução n.º 1, de 3 de fevereiro de 2005, atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n.º 5.154/2004. Diz respeito às novas nomenclaturas, carga horária e dá outras providências;
- Resolução n.º 2, de 4 de abril de 2005, modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB n.º 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação;
- Resolução CNE/CEB n.º 4, de 27 de outubro de 2005, inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005 que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n.º 5.154/2004, designando carga horária mínima à Educação Profissional Técnica de nível médio, na modalidade de Jovens e Adultos.

**ANEXO B - A QUE SE REFERE O ARTIGO 1.º DO DECRETO N. 37.735, DE 27 DE OUTUBRO DE 1993**

ESCOLAS TÉCNICAS AGRÍCOLAS ESTADUAIS DE SEGUNDO GRAU (ETAESG)

ETAESG "Eng. Herval Bellusci" - Adamantina

ETAESG de "Andradina" - Andradina

ETAESG "Astor de Mattos Carvalho" - Cabrália Paulista

ETAESG "Prof.<sup>a</sup> Helcy Moreira Martins Aguiar" - Cafelândia

ETAESG "Prof. Luiz Pires Barbosa" - Cândido Mota

ETAESG "Prefeito José Esteves" - Cerqueira César

ETAESG de "Dracena" - Dracena

ETAESG "Dr. Carolino da Motta e Silva" - Espírito Santo do Pinhal

ETAESG "Prof. Carmelino Correa Jr" - Franca

ETAESG "Dep. Paulo Ornellas Carvalho de Barros" - Garça

ETAESG "Antonio Junqueira da Veiga" - Igarapava

ETAESG "Eng. Agr. Narciso de Medeiros" - Iguape

ETAESG "Prof. Edson Galvio" - Itapetininga

ETAESG "Dr. Dario Pacheco Pedroso" - Taquarivaí

ETAESG "Martinho Di Ciero" - Itu

ETAESG "Cônego José Bento" - Jacareí

ETAESG de "Jales" - Jales

ETAESG "Prof. Urias Ferreira" - Jaú

ETAESG "Benedito Storani" - Jundiaí

ETAESG "Laurindo Alves de Queiroz" - Miguelópolis

ETAESG "Prof. Matheus Leite Abreu" - Mirassol

ETAESG "Padre José Nunes Dias" - Monte Aprazível

ETAESG "Augusto Tortorlo Araujo" - Paraguaçu Paulista

ETAESG "João Jorge Geraissate" - Penápolis

ETAESG "Prof. Antonio Eufrásio Toledo" - Presidente Prudente

ETAESG de "Presidente Venceslau" - Presidente Venceslau

ETAESG "Dr. Luiz César Couto" - Quatá

ETAESG de "Rancharia" - Rancharia ETAESG "Dr. José Coury" - Rio das Pedras

ETAESG "Maria Joaquina do Espírito Santo" - Santa Cruz do Rio Pardo

ETAESG "Manoel dos Reis Araújo" - Santa Rita do Passa Quatro  
ETAESG "Dona Sebastiana de Barros" - São Manoel  
ETAESG "Prof. Francisco dos Santos" - São Simão  
ETAESG "Paulo Guerreiro Franco" - Vera Cruz  
ETAESG "Frei Arnaldo Maria de Itaporanga" - Votuporanga  
ESCOLAS TÉCNICAS ESTADUAIS DE SEGUNDO GRAU - (ETESG)  
ETESG "Alberto Einstein" - Casa Verde/SP  
ETESG "Carlos de Campos" - Pari/SP  
ETESG "Guaracy Silveira" - Pinheiros/SP  
ETESG "José Rocha Mendes" - Vila Prudente/SP  
ETESG "Martin Luther King" - Tatuapé/SP  
ETESG "Prof. Aprigio Gonzaga" - Penha/SP  
ETESG "Prof Basilides de Godoy" - Vila Leopoldina/SP  
ETESG "Prof. Horácio Augusto Silveira" - Vila Guilhermina/SP  
ETESG "Prof. Eudécio Luiz Vicente" - Adamantina  
ETESG "João Belarmino" - Amparo  
ETESG "Prof.<sup>a</sup> Anna de Oliveira Ferraz" - Araraquara  
ETESG "Prefeito Alberto Feres" - Araras  
ETESG "Pedro D'Arcadia Neto" - Assis  
ETESG de "Barra Bonita" - Barra Bonita  
ETESG "Antonio de Pádua Cardoso" - Batatais  
ETESG "Dr. Domingos Ninicricci Filho" - Botucatu  
ETESG "Machado de Assis" - Caçapava  
ETESG de "Cachoeira Paulista" - Cachoeira Paulista  
ETESG "Bento Quirino" - Campinas  
ETESG "Dr. Francisco Nogueira de Lima" - Casa Branca  
ETESG "Elias Mechar" - Catanduva  
ETESG "Prof. José Sant'Anna de Castro" - Cruzeiro  
ETESG "Júlio Cardoso" - Franca  
ETESG "Monsenhor Antonio Magliano" - Garça  
ETESG "Prof. Alfredo de Barros Santos" - Guaratinguetá  
ETESG de "Ilha Solteira" - Ilha Solteira

ETESG "Pedro Leme Brizola Sobrinho" - Ipauçu  
ETESG "Dr. Demétrio Azevedo Júnior" - Itapeva  
ETESG "Rosa Perrone Scavone" - Itatiba  
ETESG "Joaquim Ferreira do Amaral" -Jaú  
ETESG "Trajano Camargo" - Limeira  
ETESG "Antonio Devisate" - Marília  
ETESG "Sylvio de Mattos Carvalho" - Matão  
ETESG "Francisco Garcia" - Mocóca  
ETESG "Pedro Ferreira Alves" - Mogi Mirim  
ETESG "Prof. Alcídio de Souza Prado" - Orlandia  
ETESG "Amin Jundí" - Osvaldo Cruz  
ETESG "Jacinto Ferreira de Sá" - Ourinhos  
ETESG "João Gomes de Araújo" - Pindamonhangaba  
ETESG "Cel. Fernando Febeliano Costa" - Piracicaba  
ETESG "José Martiniano da Silva" - Ribeirão Preto  
ETESG "Prof.Armando Bayeux da Silva" - Rio Claro  
ETESG "Philadelpho Gouvea Netto" - São José do Rio Preto  
ETESG "Aristóteles Ferreira" - Santos  
ETESG "Paulino Botelgo" - São Carlos  
ETESG "Pedro Badran" - São Joaquim da Barra  
ETESG "Sales Gomes" - Tatuí

A QUE SE REFERE O ARTIGO 1.º DO DECRETO N. 37.735, DE 27 DE OUTUBRO DE 1993

ESCOLAS TÉCNICAS AGRÍCOLAS ESTADUAIS DE SEGUNDO GRAU (ETAESG)

ETAESG de "Cruzeiro" - Cruzeiro

ETAESG de "Limeira" - Limeira

ETAESG de "Matão" - Matão

ETAESG de "Pindamonhangaba" - Pindamonhangaba

ETAESG de "Piracaia" - Piracaia

ESCOLAS TÉCNICAS ESTADUAIS DE SEGUNDO GRAU (ETESG)

ETESG de "Juquiá" - Juquiá

ETESG de "Leme" - Leme

ETESG de "Sertãozinho" - Sertãozinho

ETESG de Recursos Naturais e Meio Ambiente – Salesópolis



## ANEXO C – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS

**Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza**  
 Governo do Estado de São Paulo  
 Rua dos Andradas, 140 – Santa Ifigênia – CEP: 01208-000 – Tel.: (11) 3324.3300 – São Paulo – SP

<b>MATRIZ CURRICULAR</b>											
Eixo Tecnológico	GESTÃO E NEGÓCIOS		Curso		TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS						
Resolução SE n.º 78, de 7-11-2008; Lei Federal n.º 9394/96, Decreto Federal n.º 5154/2004, Parecer CNE/CEB n.º 39/2004, Lei Federal n.º 11741/2008, Resolução CNE/CEB n.º 6, de 20-9-2012, Parecer CNE/CEB n.º 11, de 12-6-2008, Resolução CNE/CEB n.º 3, de 9-7-2008, alterada pela Resolução CNE/CEB n.º 4, de 6-6-2012, Deliberação CEE n.º 105/2011, das Indicações CEE n.º 8/2000 e n.º 108/2011. Plano de Curso aprovado pela Portaria Cetec – 168, de 7-5-2013, publicada no Diário Oficial de 9-5-2013 – Poder Executivo – Seção I – página 57.											
MÓDULO I			MÓDULO II			MÓDULO III					
Componentes Curriculares	Carga Horária (horas-aula)		Componentes Curriculares		Carga Horária (horas-aula)		Componentes Curriculares			Carga Horária (horas-aula)	
	Teoria	Prática	Teoria	Prática	Teoria	Prática	Teoria	Prática	Total	Teoria	Prática
	40	00	II.1 – Práticas de Departamento Pessoal		60	60	III.1 – Práticas de Competências Sociais		60	00	60
	60	00	II.2 – Inglês Instrumental		40	00	III.2 – Qualidade de Vida e Segurança no Trabalho		100	00	100
	100	00	II.3 – Legislação Previdenciária e Tributária		100	00	III.3 – Espanhol Instrumental		40	00	40
	40	00	II.4 – Psicologia e Processo de Motivação e Liderança		100	00	III.4 – Gestão do Desempenho e Retenção de Talentos		100	00	100
	00	60	II.5 – Desenvolvimento Humano e Organizacional		100	00	III.5 – Gestão Estratégica de Resultados		100	00	100
	100	00	II.6 – Planejamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Recursos Humanos		40	00	III.6 – Tendências e Cenários em Recursos Humanos		40	00	40
	40	00	II.7 – Linguagem, Trabalho e Tecnologia		40	00	III.7 – Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Recursos Humanos		00	60	60
	60	00	II.8 – Gerenciamento de Rotinas Administrativas		60	00	TOTAL		440	60	500
<b>TOTAL</b>	<b>440</b>	<b>60</b>	<b>500</b>		<b>440</b>	<b>60</b>	<b>500</b>		<b>440</b>	<b>60</b>	<b>500</b>
MÓDULO I			MÓDULO I + II			MÓDULO I + II + III					
Qualificação Técnica de Nível Médio de AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS			Qualificação Técnica de Nível Médio de ASSISTENTE DE DEPARTAMENTO PESSOAL			Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS					
Total da Carga Horária Teórica	1320 horas-aula		Trabalho de Conclusão de Curso			120 horas					
Total da Carga Horária Prática	180 horas-aula		Estágio Supervisionado			Este curso não requer Estágio Supervisionado.					

Fonte: CENTRO PAULA SOUZA, 2013.

## ANEXO D – Plano do Curso Técnico em Recursos Humanos, Componente Curricular de Linguagem, Trabalho e Tecnologia

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
 Governo do Estado de São Paulo  
 Rua dos Andradas, 140 – Santa Inês – CEP: 01208-000 – Tel.: (11) 3324.3300 – São Paulo – SP

<b>I.7 – LINGUAGEM, TRABALHO E TECNOLOGIA</b>		
<b>Função: Montagem de Argumentos e Elaboração de Textos</b>		
<b>COMPETÊNCIAS</b>	<b>HABILIDADES</b>	<b>BASES TECNOLÓGICAS</b>
<p>1. Analisar textos técnicos/comerciais da área de Recursos Humanos (RH), por meio de indicadores linguísticos e de indicadores extralinguísticos.</p> <p>2. Desenvolver textos técnicos aplicados à área de RH, de acordo com normas e convenções específicas.</p> <p>3. Pesquisar e analisar informações da área de RH, em diversas fontes convencionais e eletrônicas.</p> <p>4. Definir procedimentos linguísticos que levem à qualidade nas atividades relacionadas com o público consumidor.</p>	<p>1. Utilizar recursos linguísticos de coerência e de coesão, visando atingir objetivos da comunicação comercial relativos à área de RH.</p> <p>2.1. Utilizar instrumentos da leitura e da redação técnica, direcionadas à área de RH.</p> <p>2.2. Identificar e aplicar elementos de coerência e de coesão em artigos e em documentação técnico-administrativa, relacionados à área de RH.</p> <p>2.3. Aplicar modelos de correspondência comercial aplicados à área de RH.</p> <p>3.1. Selecionar e utilizar fontes de pesquisa convencionais e eletrônicas.</p> <p>3.2. Aplicar conhecimentos e regras linguísticas na execução de pesquisas específicas da área de RH.</p> <p>4.1. Comunicar-se com diferentes públicos.</p> <p>4.2. Utilizar critérios que possibilitem o exercício da criatividade e constante atualização da área de Recursos Humanos.</p> <p>4.3. Utilizar a língua portuguesa como linguagem geradora de significações, que permita produzir textos a partir de diferentes ideias, relações e necessidades profissionais.</p>	<p>1. Estudos de textos técnicos/comerciais aplicados à área de RH, através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicadores linguísticos:             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Vocabulário;</li> <li>○ Morfologia;</li> <li>○ Sintaxe;</li> <li>○ Semântica;</li> <li>○ Grafia;</li> <li>○ Pontuação;</li> <li>○ Acentuação etc</li> </ul> </li> <li>• Indicadores extralinguísticos:             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Efeito de sentido e contextos socioculturais;</li> <li>○ Modelos preestabelecidos de produção de texto</li> </ul> </li> </ul> <p>2. Conceitos de coerência e de coesão aplicadas à análise e à produção de textos técnicos específicos da área de RH:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ofícios;</li> <li>• Memorandos;</li> <li>• Comunicados;</li> <li>• Cartas;</li> <li>• Avisos;</li> <li>• Declarações;</li> <li>• Recibos;</li> <li>• Carta-curriculo;</li> <li>• Curriculum vitae;</li> <li>• Relatório técnico;</li> <li>• Contrato;</li> <li>• Memorial descritivo;</li> <li>• Memorial de critérios;</li> <li>• Técnicas de redação</li> </ul> <p>3. Parâmetros de níveis de formalidade e de adequação de textos a diversas circunstâncias de comunicação</p> <p>4. Princípios de terminologia aplicados à área de RH:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Glossário com nomes e origens dos termos utilizados na área de RH;</li> <li>• Apresentação de trabalhos de pesquisas;</li> <li>• Orientações e normas linguísticas para a</li> </ul>